

**UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA.**  
**FACULDADE DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM HISTÓRIA DO BRASIL**  
**Área de Concentração: História Social e Política do Brasil**

**GEORGE LUIZ DE ABREU VIDIPÓ**

**TÍTULO DA DISSERTAÇÃO:**

**A GAZETA DE NOTÍCIAS DO RIO DE JANEIRO E OS MOMENTOS  
DECISIVOS (1888-1889).**

Niterói, 2016.

Vidipó, George Luiz de Abreu.

A Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro e os momentos decisivos (1888-1889) / George Luiz de Abreu Vidipó. Niterói, 2016. 148p.

Bibliografia: p. 133-148.

Dissertação de Mestrado apresentada para obtenção do Grau de Mestre em História – Universidade Salgado de Oliveira, 2016.

Orientadora: Profa. Dra. Erica Sarmiento da Silva.

1. Brasil – História. 2. Rio de Janeiro (RJ) – Imprensa – História – 1888-1889. 3- Abolição – História. 4. República – História. 5. Gazeta de Notícias – Rio de Janeiro. 5- Imprensa Neutra – Rio de Janeiro (RJ). I- Título.

GEORGE LUIZ DE ABREU VIDIPÓ

**“A GAZETA DE NOTÍCIAS DO RIO DE JANEIRO E OS MOMENTOS  
DECISIVOS (1888-1889)”**

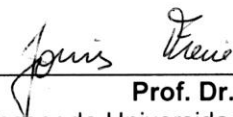
Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História do Brasil aprovada no dia 31 de agosto de 2016 pela banca examinadora, composta pelos professores:



---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Érica Sarmiento da Silva**

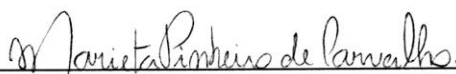
Professora do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da  
Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)



---

**Prof. Dr. Jonis Freire**

Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF)



---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marieta Pinheiro de Carvalho**

Professora do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da  
Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)



---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karoline Carula**

Professora do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da  
Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

VIDIPÓ, George Luiz de Abreu. *A Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro e os momentos decisivos (1888-1889)*. Programa de pós-graduação stricto sensu em história do Brasil. Universidade Salgado de Oliveira. Niterói. Rio de Janeiro, 2016.

## Resumo

A *Gazeta de Notícias*, no último quartel do século XIX, foi um dos mais importantes jornais do Rio de Janeiro. A pesquisadora Marialva Barbosa o classificou como um dos *Donos do Rio* devido a sua influência e poder. O jornal declarava-se neutro. Na política o periódico propunha apenas informar os fatos políticos sem tomar posição. No entanto a análise das colunas e notícias do jornal se observa que a política ocupava mais de 30% de suas edições. Nossa pesquisa consiste em entender como a *Gazeta de Notícias*, um jornal “neutro” ou imparcial, relacionou-se e estimulou os seus leitores a requererem a Abolição da Escravidão (1888) e Proclamação da República (1889).

## Palavras chave:

Gazeta de Noticias – Ferreira de Araújo – Imprensa Neutra.

## AGRADECIMENTOS.

Esta pesquisa foi longa e tive que superar dificuldades: doenças graves na família e problemas pessoais. Muitas vezes pensei em desistir, mas o trabalho de investigação me motivou a continuar. Agradeço a minha orientadora, Profa. Dra. Erica Sarmiento da Silva, pela profunda paciência e ajuda ao longo desses vinte seis meses.

Meu agradecimento maior vai para a Magnífica Reitora Marlene Salgado de Oliveira por ter decidido que os alunos desse Programa de Pós-graduação de Mestrado, receberiam uma bolsa de estudo de 100%. Sem ela, não teria feito esta pesquisa. A Universidade tem colhido frutos com tal decisão, pois tem melhorado sua classificação no CAPES e, neste ano, o programa cresceu com a adição do doutorado. Muito me orgulho de ter feito parte deste momento da instituição.

Não podia deixar de agradecer a banca de examinadora da dissertação de mestrado composta pelos professores Dr. Jonis Freire, Dra. Marieta Pinheiro de Carvalho e Dra. Karoline Carula, por seus comentários e dicas que enriqueceram essa versão final. Os erros e enganos por acaso ainda apareçam são de minha única responsabilidade.

Agradeço também a minha irmã Lucina Vidipó pela ajuda e a Renata Patrocínio que me deu seu colo muitas vezes.

Novembro de 2016.

Segundo nos transmitiram os mesmos  
que os presenciaram desde o princípio, (...).

Pareceu-me também a mim conveniente  
descrevê-los a ti, (...), por sua ordem,  
havendo-me já informado minuciosamente  
de tudo desde o princípio.

Para que conheças a certeza das coisas de

que já estás informado. (Luc. 1:2-4)

Para  
Hadassa ,  
Matheus e  
Paola.

# S U M Á R I O

|                                                                                   |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-----|
| I - INTRODUÇÃO.                                                                   | 01  |
| CAPÍTULO I – A política e os chamados jornais “neutros” do Império (1870 a 1889). | 07  |
| 1.1- A política e a mudança da forma de governo.                                  | 07  |
| 1.2- A camada média e a República.                                                | 19  |
| 1.3- Imprensa chamada “neutra” .                                                  | 27  |
| CAPÍTULO II- A Gazeta de Notícias na Abolição da escravidão e Pós-abolição.       | 40  |
| 2.1- Ferreira de Araújo e a Gazeta de Notícias.                                   | 38  |
| 2.1.1- Tratamento visual e organização da Gazeta de Notícias.                     | 50  |
| 2.2- Gazeta de Notícias e a Abolição.                                             | 53  |
| 2.3- Gazeta de Notícias no Pós-Abolição.                                          | 69  |
| CAPÍTULO III - Gazeta de Notícias: o caminho da imigração e da República.         | 85  |
| 3.1- Pós-Abolição e a discussão imigratória na Gazeta de Notícias.                | 85  |
| 3.1.1- Colonização, Sociedade Central de Imigração, Burgos Agrícolas e os Chins.  | 93  |
| 3.1.1.1- Os “chins” e os pretos.                                                  | 99  |
| 3.2- Gabinete de Ouro Preto, a Gazeta de Notícias e o fim da Monarquia.           | 103 |
| 3.2.1- O fim da Monarquia.                                                        | 121 |
| IV- CONCLUSÃO.                                                                    | 131 |
| V- FONTES.                                                                        | 133 |
| VI – REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.                                                    | 133 |

## I- INTRODUÇÃO.

Nos anos de 1888 e 1889, culminaram dois movimentos de máxima importância para a História do Brasil: o abolicionismo e o republicanismo. Dentro desse contexto histórico, a imprensa apresentou-se como um importante meio de divulgação, ampliação e aceitação das ideias que permearam esses acontecimentos.

No último quartel do século XIX, havia dois tipos de imprensa: a partidária ou de opinião e a chamada “neutra”. A imprensa partidária - monarquista, abolicionista, ou republicana - defende uma ideia, e todos os fatos e acontecimentos diários são utilizados pelo jornal para defender seu ponto de vista. Já a imprensa chamada “neutra”, se propõe a acompanhar os fatos e os acontecimentos diários sem assumir nenhum compromisso com os partidos políticos do Império. A *Gazeta de Notícias*, por exemplo, pode ser considerado um importante jornal “neutro” do Rio de Janeiro.

A historiadora Andrea Santos da Silva Pessanha, ao estudar os jornais *O Paiz* e a *Gazeta Nacional*, do fim do século XIX, se deparou com a proposta do primeiro se declarar “neutro” e do segundo de ser um “Órgão Republicano”. Para a historiadora esse posicionamento de neutralidade do jornal: “... [estava] vinculada ao público almejado. (...) A busca de convencer ao leitor que *O Paiz* era isento foi um indício do público alvejado. O importante era ter a simpatia daqueles que poderiam ser convencidos das vantagens da república...”<sup>1</sup> O esforço do periódico, para se mostrar “neutro”, também indicava que o público leitor e consumidor da cidade do Rio de Janeiro não preferia jornais partidários, pois enquanto a *Gazeta Nacional* durou efêmeros dois anos<sup>2</sup>, o jornal *O Paiz*, fundado em 1884, sobreviveu até a década de 1930.

Nossa pesquisa irá analisar a *Gazeta de Notícias*, um jornal que se propunha “neutro”, nos anos de 1888 e 1889. Foi um dos periódicos mais vendidos e inovadores do último quartel do século XIX. Nelson Werneck Sodré o descreve como um “jornal popular

---

<sup>1</sup> PESSANHA, Andrea Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição. Rio de Janeiro, 1884-1888*. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2006, p. 94-95.

<sup>2</sup> Andrea Pessanha nos informa que era comum nas edições da *Gazeta de Notícias* a solicitação de doações e ajuda financeira para os leitores e simpatizantes republicanos para que o periódico continuasse funcionando. – Vide: PESSANHA, Andrea Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição. Rio de Janeiro, 1884-1888*. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2006.

e barato”.<sup>3</sup> Este apareceu no ano de 1875 com o objetivo de ser imparcial, de noticiar e levar literatura. Na edição inaugural expõe: “Além de um romance, a *Gazeta de Notícias* todos os dias dará um folhetim de atualidade. Artes, literatura, teatros, modas, acontecimentos notáveis, de tudo a *Gazeta de Notícias* se propõe trazer ao corrente os seus senhores”.<sup>4</sup>

A grande mudança gerada pelo aparecimento da *Gazeta de Notícias* foi devido ao seu estilo “barato, popular, vendido a quarenta réis o exemplar”.<sup>5</sup> O inovador era a sua distribuição, saindo do convencional e vendido em livrarias. O periódico passou a ser comercializado onde estava o leitor, nas ruas, esquinas, barcas, trens, estações ferroviárias, bondes, etc. O jornal foi fundado pelos editores Ferreira de Araújo, Manuel Carneiro e Elísio Mendes e pelos redatores Henrique Chaves e Lino de Assunção.<sup>6</sup>

Ferreira de Araújo foi o editor-chefe do jornal desde a sua criação até o ano de 1900, ano de seu falecimento. A sua formação era em medicina e foi um grande incentivador de José de Patrocínio, que trabalhou no jornal nos anos de 1877 a 1881, e se firmou como um importante jornalista da Corte. No entanto, Patrocínio teve sua saída antecipada da empresa devido à sua posição intransigente na questão do abolicionismo rápido, sem condições e sem indenização. Ferreira de Araújo e seus sócios mantiveram o jornal de forma moderada na questão abolicionista.<sup>7</sup>

Com essa opção editorial, o jornal *Gazeta de Notícias* procurava atingir a maior parte da população letrada e não se indispor contra o *status quo* político. Nos anos difíceis da República da Espada (1889-1891), o jornal conseguiu manter o seu funcionamento.

---

<sup>3</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

<sup>4</sup> *Gazeta de Notícias*, 2 agosto, 1875, p. 1. (Grifo nosso)

<sup>5</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 257. Os jornais e revistas vendidos naquele momento eram extremamente caros. Por exemplo, na década de 1870, a *Revista Ilustrada* custava mil reis ou, *Ferrões*, jornal de Demerval da Fonseca e Patrocínio, tinha o valor unitário de 600 rs.

<sup>6</sup> Ferreira de Araújo era filho de portugueses e Manuel Carneiro e Elísio Mendes imigrantes portugueses.

<sup>7</sup> ALVES, Uelinton Farias. *José do Patrocínio: a imorredoura cor de bronze*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

Nesse período, os jornais *Cidade do Rio*<sup>8</sup>, *Jornal do Brasil* e *Tribuna Liberal*, foram fechados pelo governo republicano por fazerem-lhes pesadas críticas.

Isso não quer dizer que deixava de ser influente, tanto que Marialva Barbosa o considera como um dos “Donos do Rio”<sup>9</sup>, da última década do século XIX e das primeiras do século XX.

O estudo das edições diárias do jornal *Gazeta de Notícias* nos permitirá acompanhar os acontecimentos que levaram à Abolição da Escravidão e à Proclamação da República. O jornal reflete os fatos do presente que ele tenta interpretar, embora os editores-chefes, redatores e jornalistas tenham o poder de escolha dos fatos que serão reproduzidos na impressão. A escolha dos temas mostrados nas reportagens, cartas dos leitores e colunas permite-nos observar o seu objetivo de influenciar.<sup>10</sup>

A pesquisadora Marialva Barbosa admite que, a partir da década de 1880, se forma um novo tipo de imprensa, a imprensa-empresa. Essa empresa tem uma preocupação maior com a venda do seu produto e a sustentabilidade econômica, que é conquistada através da venda de anúncios e das matérias pagas. Esse jornalismo tenta fugir da polêmica política e procura divulgar cada vez mais a ideia de imparcialidade.<sup>11</sup>

Angela Alonso<sup>12</sup> e Nelson Werneck Sodré<sup>13</sup> apontam que, na década de 1870, apareceu um novo tipo de imprensa, a primeira denominou “Nova Imprensa” e o segundo “Grande Imprensa”. Alonso defende que “... até meados de 1860, havia basicamente um jornal nacional e não partidário estabelecido no país, o *Jornal do Commercio*”.<sup>14</sup> Até então,

<sup>8</sup> O jornal *Cidade do Rio* (1887-1903) foi o segundo jornal de propriedade de José do Patrocínio, pois 1887 havia se desligado da direção da *Gazeta da Tarde*. – Vide: Alves, Uelinton Farias. *José do Patrocínio: a imorredoura cor de bronze*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p. 200-202.

<sup>9</sup> Marialva Barbosa, em seu livro “Os Donos do Rio”, esgotado na editora, desenvolve um estudo sobre os cinco maiores jornais do Rio de Janeiro: *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *O Paiz*. Nesse trabalho ela analisa o poder e influência que essas cinco empresas jornalísticas exerciam na cidade do Rio de Janeiro, capital do Império e da República. – Vide: BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

<sup>10</sup> OLIVEIRA, Rodrigo Santos. *A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930)*. Rio Grande: Revista Histórias, nº 2, p. 125-142, 2011.

<sup>11</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

<sup>12</sup> ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 276.

<sup>13</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

<sup>14</sup> ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 276.

a maioria dos jornais era individual, partidarizado e de curta duração, “... que davam vazão pública a pleitos e dissensos de políticos e aspirantes à carreira [política]. (...) Quando seus proprietários se emendavam, normalmente tendo sua reivindicação atendida, o jornal se esfumava”.<sup>15</sup>

Na década de 1870, surge os jornais “independentes em relação aos partidos políticos imperiais”<sup>16</sup>, especialmente no Rio de Janeiro. Esse tipo de imprensa foi possível devido a modernização dos processos de impressão e a venda dos anúncios. Tais mudanças permitiram que com recursos técnico e financeiro pudesse montar jornais e tipografias<sup>17</sup>. Os periódicos passaram a ser tratados como um empreendimento econômico e gerador de lucro<sup>18</sup>. Um correspondente francês no Brasil, Max Leclerc, em 1889, observou:

... [existem] grandes jornais muitos prósperos, providos de uma organização material poderosa e aperfeiçoada, vivendo principalmente de publicidade, organizados em suma e antes de tudo como uma empresa comercial e visando mais penetrar em todos os meios e estender o círculo de seus leitores para aumentar o valor de sua publicidade, (...). Os dois maiores jornais brasileiros, *Jornal do Comércio* e a *Gazeta de Notícias*, realizam excelentes negócios; têm tantos anúncios que, não lhes bastando a terceira e quarta páginas, dedicam-lhes um suplemento.<sup>19</sup>

Essa nova imprensa, na década de 1880, se denominava imprensa “neutra” e o principal representante no Rio de Janeiro foi a *Gazeta de Notícias* e o seu editor-chefe jornalista Ferreira de Araújo. Recorremos a outro contemporâneo do periódico, o jornalista Alcindo Guanabara, que em 1894 fez uma descrição do aparecimento do jornal:

... [1875] data do aparecimento da *Gazeta de Notícias*, que tomou seu lugar definindo-se “imprensa neutra”, isto é, indiferente e alheia as questões dos dois partidos constitucionais que eram o campo exclusivo da atividade jornalística.<sup>20</sup>

<sup>15</sup> ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 277.

<sup>16</sup> Ibidem, p. 278.

<sup>17</sup> Gondim da Fonseca expõe a evolução da imprensa: “Tínhamos uma tipografia, apenas em 1808; meia dúzia, em 1822; vinte e cinco em 1850; trinta em 1862; um sem número delas em 1889; quase que uma a cada esquina em 1908”. – Vide: FONSECA, Gondim da. *Biografia do jornalismo carioca (1808-1908)*. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1941, p. 220.

<sup>18</sup> Gondim da Fonseca afirma: “Mesmo, porém, transformado em indústria, o jornal não perdeu o valor como arma de propaganda. A prova é que Campos Sales se viu obrigado a comprar a imprensa carioca – segundo afirma em seu livro “Da propaganda à Presidência”, - para poder governar sossegado. Pelo menos desde 1836, ao que sabemos todos os governos compraram jornais. (...) O melhor negócio, no tempo de Campos Sales, era, pois, fundar papéis públicos que atacassem, não se vendessem. E vários espertalhões descobriram tal mina de ouro, ...”. – Vide: FONSECA, Gondim da. *Biografia do jornalismo carioca (1808-1908)*. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1941, p. 221, 222.

<sup>19</sup> MAX LECLERC. Apud: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 252, 253.

<sup>20</sup> ALCINDO GUANABARA. Apud: FREIRE, Felisbello. *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983, p. 23.

Assim, ao estudarmos a *Gazeta de Notícias* poderemos recuperar esse período cheio de acontecimentos e como ele se refletiu na cidade do Rio de Janeiro e de certa forma no Brasil. Seguiremos a orientação de Rodrigo de Oliveira:

Ao selecionar o texto jornalístico como sua fonte de pesquisa, o historiador deve levar em conta que sua fonte não é um documento “puro e cristalino” que contenha todas as verdades. É importante dialogar com essas fontes, fazer entrecruzamento com outras informações e, às vezes, buscar as razões do seu silêncio ou de sua omissão. Acima de tudo, o historiador procura manter o seu olhar crítico, pois considera que a objetividade da notícia de um texto jornalístico é “vista como uma falácia, até para o mais ingênuo dos profissionais”. No momento em que seleciona, partir de critérios subjetivos – “o que o jornalismo está fazendo é uma seletiva reconstrução do passado”. Então, o historiador consciente da forma de concepção do texto jornalístico, pretende manter constante o diálogo com sua fonte para poder melhor compreender o passado.<sup>21</sup>

Desenvolvemos nossa pesquisa através da leitura das edições diárias do periódico, dos anos de 1888 e 1889. Esses jornais, de segunda a sábado, são compostos de quatro páginas, sendo que as duas primeiras são de notícias e literatura, a terceira tem as cartas-artigos e a quarta somente anúncios. Aos domingos as edições variavam de seis a oito páginas, sendo as duas últimas de anúncios. Nossa atenção se concentrou nas colunas opinativas e de abordagem política como: *Boletim Parlamentar*, *Diário das Câmaras*, *Telegrammas*, *Chronica da Semana e Cousas Políticas*<sup>22</sup>, além da página 3 onde estavam as cartas-artigos. Observamos que a neutralidade proposta pelo periódico, e sobretudo, pelo seu editor-chefe, Ferreira de Araújo, estava em não fazer parte de nenhum partido político do Império – Liberal, Conservador ou Republicano – embora suas críticas se concentravam nos primeiros e poupava os republicanos.

Toda nossa análise para esta dissertação sobre o jornal *Gazeta de Notícias* também levará em consideração a hipótese estabelecida no estudo de Asa Briggs e Peter Burke, sobre a mídia no período de 1450 a 2010, que entenderam que a mesma age sobre a ação das pessoas. Assim, eles argumentam:

... A grande questão, aqui como em qualquer lugar deste estudo, é a extensão do efeito da mídia e suas mensagens sobre **as mudanças de atitude e mentalidade das pessoas**. Alguns estudiosos têm enfatizado a banalização das matérias políticas nas folhas de notícias, mas o outro lado da moeda foi a entrada da política nacional na vida cotidiana.<sup>23</sup>

<sup>21</sup> OLIVEIRA, Rodrigo Santos. *A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930)*. Rio Grande: Revista Histórias, nº 2, p. 125-142, 2011, p. 127-128.

<sup>22</sup> Mantivemos a grafia original.

<sup>23</sup> BRIGGS, Asa e BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 96. (Grifo nosso)

Embora a *Gazeta de Notícias* tenha declarado que não tinha lado partidário, a política ocupava cerca de 30% das edições diárias. Dessa forma, foi possível verificar como o periódico retratou os acontecimentos marcantes do período: Abolição da escravidão, a Pós-abolição, a Imigração europeia e a Proclamação da República. Além de observar como o jornal estimulou seus leitores a requererem ou aceitarem essas mudanças.

Esse trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro oferece uma visão geral sobre a transição da Monarquia para a República, apresentando a crise política que gerou o aparecimento do Partido Republicano e sua evolução na década de 1870 e 1880 até sua Proclamação em 1889. Mostra, também, como a imprensa se insere nesse momento de transição, o surgimento dos jornais “chamados neutros” e, especificamente, o periódico *Gazeta de Notícias* que nasceu, no ano de 1875, com objetivo de informar e ser imparcial, de ser uma genuína imprensa-empresa, ou seja, ser autossustentável financeiramente e geradora lucro para seus proprietários.

No capítulo II, apresentaremos o jornal *Gazeta de Notícias* e o seu editor-chefe Ferreira de Araújo. Ele também era o autor da principal coluna política do jornal, “Cousas Políticas”. Analisaremos como o periódico se comportou até a Abolição da Escravidão e Pós-abolição em relação aos libertos e aos ex-proprietários dos escravos.

No capítulo III, é observado o crescimento da ideia de mudança do sistema político e o modelo de política migratória. Nos anos de 1888 e 1889, há uma discussão grande no Parlamento sobre para implantação de colônias com pequena propriedade para os nacionais e para o imigrante europeu. Analisaremos como o jornal se apresentou e se posicionou nesses eventos.

## CAPÍTULO I – A política e os chamados jornais “neutros” do Império (1870 a 1889).

### 1.2- A política e a mudança da forma de governo.

A década de 1870 é marcante para a história do Império, pois crescem as discussões sobre a forma de governo, a transição da mão de obra, o medo da haitinização do Brasil e o tipo de imigração que deveria acontecer no Brasil. Essas discussões começaram a tomar corpo com a queda em 1868 do gabinete liberal-progressista de Zacarias Gois de Vasconcelos e a aprovação da Lei do Ventre Livre pelo gabinete do Visconde do Rio Branco em 1871. Nessa década, também se amplia a imprensa “neutra”, aquela cujo objetivo era informar sem ter posição política definida.

Angela Alonso aponta que, nas últimas décadas do Império, três dimensões estavam em curso. A primeira corresponde a um dilema na intransigente, que compreendeu a necessidade de reformas essenciais na organização da economia e do sistema político, mas essas mudanças poderiam abalar as instituições políticas; a segunda dimensão dizia respeito aos recursos materiais e políticos de todos os grupos sociais que foram afetados pela crise política pós-1868; e a terceira, era a combinação entre mudança social e crise política, que forçou a explicitação das assunções tácitas do universo cultural do império e o debate público.<sup>24</sup>

Em 1868, o Gabinete liberal-progressista<sup>25</sup> de Zacarias Gois de Vasconcelos foi derrubado, em uma atitude legal e constitucional de Dom Pedro II, possibilitando ao Partido Conservador o direito de fazer o novo gabinete, designando o Visconde de Itaboraí para presidente do Conselho. Os liberais-progressistas defendiam que o Imperador convidasse um liberal ou um progressista para compor um novo governo. Desta forma, o gabinete de Visconde de Itaboraí foi considerado ilegítimo, pois as urnas haviam dado outro resultado. Dom Pedro II foi acusado de “imperialista”<sup>26</sup>, por ter muita concentração

---

<sup>24</sup> ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

<sup>25</sup> Zacarias Gois e Vasconcelos era um Conservador que se fez Liberal, representava a Liga ou Partido Progressista. A Liga Progressista era uma espécie de Nova Conciliação de 1853 que, com a bandeira de progresso, atraiu os elementos mais moderados do Partido Liberal. Os gabinetes progressistas (1862-1868) foram três vezes com Zacarias e um com Marquês de Olinda.

<sup>26</sup> Segundo Sérgio Buarque de Holanda o termo vinha da França, associado a Luís Napoleão, que se assumira como imperador em 1850. - Vide: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico: do império a república*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

de poder. O Senador Liberal José Tomás Nabuco de Araújo Filho (1813-1878) assim discursou sobre o feito do monarca:

Ora dissei-me: não é isto uma farsa? Não é isto um verdadeiro absolutismo, no estado em que se acham as eleições no nosso país? Vede este sorites fatal, este sorites que acaba com a existência do sistema representativo: o Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz eleição, (...), esta eleição faz a maioria. Eis aí está o sistema representativo do nosso país.<sup>27</sup>

Lucia Maria Bastos das Neves e Humberto Fernandes Machado<sup>28</sup> demonstram que a designação de “imperialismo ou imperialista” para Dom Pedro II foi cunhada pelos conservadores ortodoxos e liberais históricos que se sentiam excluídos do poder. Os autores sugerem que essa pressão se intensificou com a proposta de estudo feita por Dom Pedro II ao Conselho de Ministro pela emancipação dos escravos em 1866.

Os deputados consideraram a atitude do Imperador um estelionato, semelhante ao praticado em 1848, e se falava até em golpe de Estado. Em 19 de julho de 1868, a Câmara foi dissolvida, o Partido Conservador assumiu o poder, mas novas formações políticas se fizeram necessárias, ou melhor, se organizaram.

Com isso, o Partido Liberal se renovou no Novo Partido Liberal, liderado por Nabuco de Araújo, com membros do Partido Liberal histórico e dos Progressistas. Enquanto os liberais extremados se afastaram da Monarquia, com a criação do Clube Radical, posteriormente, em 3 de novembro de 1870 fundaram, no Rio de Janeiro, o Partido Republicano. Em dezembro do mesmo ano, os republicanos lançaram o Manifesto Inaugural, em que foram criticados aspectos da vida do país, o regime de corrupção e os privilégios de uma elite próxima ao poder. Além disso, criticavam os direitos autoritários do trono, a centralização administrativa, a ausência de liberdade econômica, de consciência e de imprensa e o sistema representativo limitado.

O documento foi redigido pelos jornalistas Quintino Bocayúva<sup>29</sup> e Salvador Mendonça e foi assinado por 58 personalidades políticas. Desses, doze eram advogados, oito jornalistas, nove médicos, quatro engenheiros, dois professores, três funcionários

<sup>27</sup> JOSÉ TOMÁS NABUCO DE ARAÚJO FILHO. Apud: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O império do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999, p. 255.

<sup>28</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O império do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

<sup>29</sup> Mantivemos a grafia original do século XIX.

públicos e um fazendeiro, ou seja, a maioria estava formada por profissionais liberais, representantes das camadas médias.

Para Décio Saes<sup>30</sup> e Angela Alonso<sup>31</sup> a camada média, embora com abordagens diferentes, há uma convergência entre os autores sobre esse grupo social, buscava um reconhecimento na sociedade<sup>32</sup>. Os fazendeiros paulistas, que engrossaram as fileiras do Partido Republicano, também buscavam reconhecimento, principalmente político, pois entendiam que não eram plenamente representados no Parlamento ou nos governos.

O Manifesto Republicano buscava informar e denunciar a corrupção do governo e propunha uma revolução moral, sem armas, uma revolução pelo direito e pela ordem. Para isso, apelava para o patriotismo. Acusava, também, o Imperador de absolutista e a Câmara de Deputados de ser subserviente ao Monarca. A falta de liberdade e democracia foi denunciada várias vezes. Segundo esse trecho do Manifesto:

Uma câmara de deputados demissível à vontade do soberano, e um senado vitalício à escolha do soberano, não podem constituir de nenhum modo a legítima representação do país. A liberdade de consciência nulificada por uma igreja privilegiada; a liberdade econômica suprimida por uma legislação restritiva-a liberdade da imprensa subordinada à jurisdição de funcionários do governo; a liberdade de associação dependente do beneplácito do poder; a liberdade do ensino suprimida pela inspeção arbitrária do governo e pelo monopólio oficial; (...), tais são praticamente as condições reais da atual forma de governo.<sup>33</sup>

Os republicanos acusavam a Monarquia como responsável pelos problemas da pátria, de censura e de controle da liberdade de imprensa. Quanto à censura e liberdade de imprensa, era apenas um instrumento de retórica, pois foi nesse veículo de comunicação, a imprensa, que os signatários se utilizavam para divulgar suas ideias e propostas. A

---

<sup>30</sup> SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz editor, 1984.

<sup>31</sup> ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

<sup>32</sup> O grande número dos intelectuais estudados por Angela Alonso era sua maioria profissionais liberais, que não podem ser classificados como parte da elite econômica ou de grandes proprietários de terras, como exemplo: Silva Jardim, Aníbal Falcão, Quintino Bocayúva, André Rebouças, etc.

<sup>33</sup> Manifesto Republicano de 1870.

[http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/132887/mod\\_resource/content/2/manifeto%20republicano%201870.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/132887/mod_resource/content/2/manifeto%20republicano%201870.pdf) – acesso em 20/03/2015. (Grifo nosso)

primeira ação dos partidários da República foi a criação de um jornal intitulado “*A República*”<sup>34</sup>.

Entre os signatários do Manifesto Republicano encontravam-se ex-deputados gerais, como Aristides Lobo, Cristiano Otoni, Henrique Limpo de Abreu, José Maria de Albuquerque Melo e Manuel Benicio Fontenelle. Lafayette Rodrigues Pereira e Saldanha Marinho haviam sido presidentes de província. Com a ascensão dos Liberais ao governo em 1878, Lafayette Rodrigues<sup>35</sup> e outros retornaram para o seio de Partido Liberal. Tal movimento obrigou os líderes republicanos a encontrarem meios de impedir a morte do Partido, e o caminho encontrado foi participar das eleições para as Câmaras Provinciais e para o Parlamento.<sup>36</sup>

Quintino Bocayúva, líder do Partido Republicano, entendia que a vitória do movimento político deveria ser feita através da propaganda. Ele afirmava que “a publicidade deve ser nossa força”<sup>37</sup>. Silva Jardim usou os *meetings*<sup>38</sup> e a publicitação de suas ideias para divulgar e realizar a “revolução republicana”<sup>39</sup>.

Em São Paulo, principalmente, os militantes do Partido Republicano na década de 1870 apareciam nas chapas eleitorais do Partido Liberal para deputado geral ou provincial. Já na década de 1880, os republicanos se aproximaram do Partido Conservador e com o apoio da principal liderança deste Partido, Antônio Prado, conseguiram eleger para deputado geral Prudente de Moraes e Campos Sales. Sérgio Buarque de Holanda estudou a atuação desses deputados republicanos e verificou que estes tinham liberdade de atuação,

---

<sup>34</sup> “Propriedade do Club Republicano. (...) Suspendeu a publicação a 28-2-1874. Resultou da fusão do *Correio Nacional* e da *Opinião Liberal*”. – Vide: FONSECA, Gondin da. *Biografia do jornalismo carioca* (1808-1908). Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1941, p. 343.

<sup>35</sup> Lafayette Rodrigues em 1878 foi ministro do Gabinete de Sinimbu e em 1879 elegeu-se Senador. Posteriormente se tornou Presidente do Conselho de 24 de maio de 1883 a 4 de junho de 1884.

<sup>36</sup> HOLLANDA, Sérgio Buarque. *Brasil Monárquico: do império a república*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 263.

<sup>37</sup> MELLO, Maria Tereza de Chaves. *A república consentida*. Rio de Janeiro: FGV Editora; Edur, 2007, p. 56.

<sup>38</sup> Segundo Ronaldo de Jesus as manifestações de ruas variavam em três tipos: os cortejos, os meetings comemorativos e de reivindicação e os meetings de protestos. O primeiro eram passeatas espontâneas a partir de aglomerações na multidão para homenagear alguém e circulava pelas vias das cidades; o segundo e terceiro tipo eram manifestações coletivas contando com roteiro de ação definido. - Vide: JESUS, Ronaldo P. de. *Visões da Monarquia: escravos, operários e abolicionistas na Corte*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 152.

<sup>39</sup> MELLO, Maria Tereza de Chaves. *A república consentida*. Rio de Janeiro: FGV Editora; Edur, 2007, p. 56.

não se alinhando com as posições dos conservadores e votando, até mesmo, junto com os liberais.<sup>40</sup>

Com a estrutura organizacional eleitoral e partidária que mantinha o Partido Republicano, ele não podia chegar muito longe, mas era significativa a sua influência em algumas províncias. Buarque de Hollanda observa:

Quanto ao partido republicano, os seus aderentes eram menos de metade do total apresentado nas cifras correspondentes a cada um dos partidos monárquicos. Isolado, pouco poderia fazer, mas apesar disso era suficientemente forte para, aliado a um dos agrupamentos tradicionais, influir sobre os resultados das disputas.<sup>41</sup>

A República ou republicanismo agregou alguns abolicionistas, embora não há nenhuma referência no Manifesto de 1870 à questão escravista. Ao longo da história do Partido Republicano, sua posição será ambígua em relação à escravidão, principalmente no PRP (Partido Republicano Paulista) que fez com que o abolicionista Luís Gama saísse do Partido.<sup>42</sup> Com grande número de proprietários de escravos, principalmente do Oeste Paulista Velho, o Partido Republicano chegou à posição em que a escravidão era uma questão social e não política, devendo ser resolvida por cada província isoladamente.<sup>43</sup>

Sérgio Buarque de Hollanda<sup>44</sup> e José Murilo de Carvalho<sup>45</sup> observaram que o Império não estava completamente atrelado aos interesses dos grandes proprietários de terras, agroexportadores e escravistas. Para Hollanda, o último Presidente do Conselho ligado estritamente à lavoura foi Zacarias Gois de Vasconcelos, em 1882. Nesse caso, era a lavoura do Vale do Paraíba. Para os dois estudiosos do Império, o governo que baseou as suas ações nos interesses dos fazendeiros de São Paulo, esse fato aconteceria somente a partir da implantação da República. Para Sérgio Buarque de Hollanda, a Monarquia só atendia a elite agroexportadora com “honras e mercês”:

O que importa é insistir em que essa influência, mormente a dos fazendeiros de café, que tiveram na economia nacional papel em confronto com a que lhes caberia durante a

---

<sup>40</sup> HOLLANDA, Sérgio Buarque. *Brasil Monárquico: do império a república*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

<sup>41</sup> Ibidem, p. 265.

<sup>42</sup> COSTA, Emília Viotti da. *A Abolição*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

<sup>43</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O império do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

<sup>44</sup> HOLLANDA, Sérgio Buarque. *Brasil Monárquico: do império a república*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, Vol. 5.

<sup>45</sup> JESUS, Ronaldo P. de. *Visões da monarquia: escravos, operários e abolicionistas na corte*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009, p. 64.

república. Aos fazendeiros atribuíam-se honras e mercês, mais do que altos postos na administração: calculou-se que perto da terça parte dos títulos nobiliárquicos distribuídos no Brasil deste o primeiro reinado, foi dada a fazendeiros de café e a pessoas que lidavam com a lavoura ou negócio desse produto, os “barões do café”, como se chamavam. Era como uma ficha de consolação.<sup>46</sup>

Lúcia Bastos das Neves e Humberto Machado perceberam que as fileiras do Partido Republicano se ampliavam com os proprietários rurais, devido ao descontentamento em relação às leis emancipacionistas, como a Lei do Ventre Livre (1871), a Lei dos Sexagenários (1885) ou a Lei a abolicionista (1888). No entanto, os republicanos buscavam a queda do Império pelas vias eleitorais, embora nunca tivessem uma representação expressiva na Câmara Geral. Também não havia uma unidade de pensamento de como seria a futura República brasileira. Esse era um problema a ser resolvido ou superado, quando ela acontecesse. Neves e Machado desenvolvem essa explicação:

A unidade do republicanismo era aparente, pois existiam profunda divergência, principalmente, entre os quadros partidários de São Paulo e do Rio de Janeiro [também do Rio Grande do Sul]. Enquanto os paulistas pregavam a autonomia provincial, de acordo com os interesses dos grandes proprietários, o grupo do Rio se identificava mais com as medidas contidas no “Manifesto de 1870” priorizando as liberdades individuais, incentivando a participação popular, de acordo com a própria concepção de República, isto é, res publica.<sup>47</sup>

A “participação popular”, defendida pelos republicanos do Rio de Janeiro, tem que ser entendida de forma relativa. Os republicanos procuravam se aproximar dos letrados e não dos analfabetos e trabalhadores braçais. A historiadora Maria Tereza Chaves de Mello constata:

... em textos de época, republicanos ou não, há uma condescendência piedosa e mesmo admiração pelo “Zé Povinho”, humilde, ignorante, ingênuo, mas trabalhador. Talvez aqueles a quem Lucio Mendonça chamou de “verdadeiro povo” quando da Revolta do Vintém. Nesse incidente, a participação popular, embora em episódio de desordem e violência, foi louvada por toda a imprensa independente.<sup>48</sup>

Maria Tereza Chaves de Mello observou que Silva Jardim, nos anos de 1888 e 1889, procurou legitimar a ascensão da República junto ao “Zé Povinho” com a adesão dos

<sup>46</sup> HOLLANDA, Sérgio Buarque. *Brasil Monárquico: do império a república*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, Vol. 5, p. 285.

<sup>47</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O império do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999, p. 404.

<sup>48</sup> MELLO, Maria Tereza Chaves. *A república consentida*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007, p. 204.

negros. Para o político, a conquista do “povo” era fundamental. Neves e Machado, sobre o tema “povo”, observam:

... os segmentos mais humildes da população urbana, especialmente da Corte, que não tinham grandes simpatias pela República, apesar de todo discurso de modernização dos republicanos. Os antigos escravos, que tinham grande apreço ao imperador D. Pedro II e à princesa Isabel, em virtude do fim do fim da escravidão, desconfiavam da atuação dos defensores da República. (...) A rejeição aos republicanos também pode ser avaliada por uma manifestação ocorrida na rua do Ouvidor, em 22 de dezembro de 1889, isto é, após a proclamação da República, quando um grupo de populares dava “vivas à monarquia e morte aos republicanos”. Distantes dos segmentos populares e com divisões internas, os republicanos não tinham forças para a derrubada da monarquia, só alcançada após a adesão do exército.<sup>49</sup>

Ironicamente foi o Partido Conservador, nos anos finais do Império, que mais se aproximou dos subalternos, “gente miúda”, na Capital, como forma de luta e sobrevivência política. Segundo Ronaldo P. de Jesus: “Os conservadores foram mais sensíveis aos “novos momentos””,<sup>50</sup> lutando exaustivamente pela manutenção de seu poder e promovendo a aproximação com os grupos de ex-escravos e livres pobres, em busca de ““aliados decisivos” no jogo político”.<sup>51</sup>

Os republicanos não conseguiram representação política para, através do Parlamento, fazerem a mudança da forma de governo. No entanto, no espaço público, no segmento dos letrados o republicanismo avançava. As ideias difusas de República penetravam nas faculdades, nas academias militares, nos bares, nos salões, nas confeitarias e nos jornais. Era uma clara expansão do espaço público.

Asas Briggs e Peter Burke<sup>52</sup>, em seu estudo sobre a mídia<sup>53</sup> na Europa e nos Estados Unidos, constataram que o espaço público pode ser conjuntural ou estrutural,

<sup>49</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O império do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999, p. 405.

<sup>50</sup> JESUS, Ronaldo P. de. *Visões da monarquia: escravos, operários e abolicionistas na corte*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 64.

<sup>51</sup> Ibidem.

<sup>52</sup> BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Guttemberg a Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

<sup>53</sup> Para Roger Parry a mídia evoluiu em fases ou eras que se sucederam de forma não ordenada. Cada nova fase não elimina a anterior, mas absorve alguns aspectos do período que passou e modificam-na. “Cada era disponibiliza meios mais ricos e amplos de comunicação que suas predecessoras”. Para ele os formatos da mídia são: **Gráfica**, desenhos das cavernas (30000 a.C.), perspectiva (1415 d.C.); **Oral**, discurso (10000 a.C.), teatro ateniense (534 a.C.); Escrita, placas de argila (3500 a.C.), códice (100 d.C.); **Impressa**, Bíblia de Guttemberg (1450), Prensa Rotativa (1843); **Auditiva**, telefone (1876), fonograma (1877), rádio (1885); **Visual**, fotografia (1839), cinema (1895), televisão (1926); **Digital**, internet (1971), World Wide Web

sendo uma ampliação da Teoria da Esfera Pública de Habermas<sup>54</sup>. Eles perceberam que em três momentos importantes da história europeia o espaço público foi ampliado, para que houvesse uma revolução, ou mudança de costumes e de políticas. A primeira foi a Reforma religiosa de Lutero, depois as Revoluções Inglesa e Francesa. Os autores observaram que nesses três momentos um grupo da sociedade (religiosos e nobres alemães, puritanos ingleses e burgueses franceses) não tendo força para fazer uma revolução, ampliou o espaço público, atraindo novos segmentos sociais. Para isso, utilizavam-se das mídias disponíveis (panfletos, cartazes, jornal e teatro), sendo suas ideias e anseios conhecidos, tornando-se, ainda, vencedores. Em alguns casos, após a vitória, o segmento vencedor eliminava o espaço público e, em outros, era perdido o controle, não conseguindo ser fechado. Briggs e Burke explicam esse movimento:

Esses eventos seguiram um padrão recorrente, que pode ser descrito como um modelo “aprendiz de feiticeiro” de mudança política no início da Europa moderna. Repetidas vezes as disputas entre as elites levaram-nas a requisitar apoio de um grupo maior, frequentemente descrito como “o povo”. Para atingir esse grupo mais amplo, as elites não podiam se basear na comunicação boca a boca, e então começaram a promover debates públicos e utilizar panfletos [e jornais]. Muitas vezes o apelo ao povo teve sucesso. Na realidade, foi mais bem-sucedido do que o esperado ou desejado pelos solicitantes. Em certas ocasiões, amedrontada pelo que havia começado, a elite tentava acabar com o debate, somente para descobrir que era tarde demais e o fogo já estava fora de controle.<sup>55</sup>

A postura dos republicanos pareceu-nos ser semelhante. Eles buscaram ampliar o espaço público e lançaram-se em busca dos letrados através das mídias disponíveis naquele momento histórico, como conferências, livros, panfletos e jornais. Ao longo de vinte nove anos, de 1870 a 1889, o republicanismo cresceu no seio da sociedade imperial. A partir do discurso político do Parlamento, principalmente no de 1888, podemos observar como o tema República era recorrente. Afonso Celso Junior<sup>56</sup>, em 6 de junho de 1888, constatou essa evolução:

Desprovido de recurso materiais, sem poder de exercer influência nos negócios públicos, a despeito das deserções e da tibieza de seus chefes, da guerra dos dois partidos coligados, que dispõem, para combatê-lo, de todos os meios de corrupção e satisfação de ambições e interesses, esse partido [Republicano] caminhou extraordinariamente durante o tempo

---

(1993), iPad (2010). – Vide: PARRY, Roger. *A Ascensão da Mídia: A história dos meios de comunicação de Gilgamesh ao Google*. Rio de Janeiro: Elivier, 2012, p. 2-3.

<sup>54</sup> HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

<sup>55</sup> BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Guttemberg a Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 82.

<sup>56</sup> O Deputado Geral, pelo Partido Liberal, por quatro consecutivos mandatos, era filho do Visconde de Ouro Preto, Afonso Celso Assis Figueiredo, o último Presidente do Conselho dos Ministros do Império, no período de 7 de junho de 1889 a 15 de novembro de 1889.

decorrido, conquistado aos poucos o espírito nacional, crescendo, avultando, com progressiva energia e vigor. Hoje, é inegável, a mocidade que surge das academias, dos seminários, do Exército, da Armada, é francamente republicana. (...)

Há 10 anos ninguém falava em República. Hoje raro é o dia em que na tribuna e na imprensa não se clama por ela e o Governo ouve os brados, sem os poder reprimir. Juntaí a isto as exigências das reformas, que cada vez mais acentuadamente se fazem sentir, a precária situação em que nos achamos em relação à crise do trabalho, as conquistas que o espírito público foi efetuado, e respondi-me em consciência se não vem perto talvez a vitória do sentimento republicano, que tem calado fundamente na alma nacional. Não há no Brasil uma única classe interessada diretamente na manutenção da monarquia. (...) Não temos tradição monárquica, não temos aristocracia. O povo é, quando muito, indiferente à forma de governo.<sup>57</sup>

Afonso Celso Júnior, monarquista, historiador e poeta, um intelectual, não conseguiu ou não quis explicar o crescimento do republicanismo, pois os republicanos eram “desprovido de recurso materiais”<sup>58</sup> dos partidos tradicionais do Império e mesmo assim, havia um crescimento constante no seio da “sociedade”. Ele constatou, também, que, na mocidade, os jovens que estudavam nas instituições criadas pelo governo Imperial, tinham um sentimento pela República, pois para eles esta representava o “moderno”. Como foi possível a sua evolução de 1870 até 1888? Pode-se pensar que a estratégia de Quintino Bocayúva, a publicidade, tinha dado certo.

José Murilo de Carvalho<sup>59</sup> e Sérgio Buarque de Hollanda<sup>60</sup> observaram que a elite econômica nos anos finais do Império não mais se preocupava com o destino do Monarca ou da forma de governo. Para eles, tal processo estava associado às necessidades econômicas da lavoura e à Abolição sem indenização. Segundo Murilo de Carvalho:

Como observa S. Stein em seu estudo de Vassouras descrevendo a situação pós-abolicionista: “Da noite para o dia, o reduzido grupo dos tolerados republicanos de Vassouras expandiu-se a ponto de incluir a maioria dos ressentimentos fazendeiros”. Os que não se fizeram republicanos tornaram-se indiferentes à sorte da Monarquia, como ficou claro a 15 de novembro de 1889. A Coroa foi esgotando seu crédito de legitimidade perante os fazendeiros ao ferir seus interesses...<sup>61</sup>

A pesquisadora Andrea Pessanha, que estudou os republicanos Aristides Lobo e Quintino Bocayúva, editores-chefes da *Gazeta Nacional* e *O Paiz*, respectivamente, e

<sup>57</sup> AFONSO CELSO JÚNIOR. Apud: MELLO, Maria Tereza Chaves. *A república consentida*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007, p. 45.

<sup>58</sup> Ibidem.

<sup>59</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem: a elite política. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

<sup>60</sup> HOLLANDA, Sérgio Buarque. *Brasil Monárquico: do império a república*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

<sup>61</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem: a elite política. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 322-323.

verificou a busca de apoio dos republicanos junto aos agroexportadores. Bocayúva colocou o jornal *O Paiz* apoiando a indenização dos ex-proprietários de escravos nos anos de 1888 e 1889. Pessanha descreve que ele tinha prazer em relatar reuniões com grandes proprietários de terras, pois tal apoio era de proverbial importância.<sup>62</sup>

Lúcia Bastos das Neves e Humberto Machado apontam que a teoria que serviu de base para parte dos republicanos foi o positivismo, pois buscava explicar o mundo e o desenvolvimento da civilização europeia. Para uns segmentos da sociedade imperial, tais explicações passavam a fazer sentido. O progresso deveria ser associado à ordem, à separação socioeconômica, à valorização do intelecto, etc. Os autores demonstram que “(...) o positivismo preencheu uma lacuna ideológica daqueles que desejavam mudanças, o fim da escravidão (...), ou seja, estabelecer condições favoráveis para que o país ingressasse em uma etapa capitalista”.<sup>63</sup>

Em seu estudo, Humberto Machado<sup>64</sup> observa que parte da intelectualidade do Rio de Janeiro havia a necessidade de se dizer positivista ou de aceitar as perspectivas positivistas. Isso aconteceu com José do Patrocínio, que, em alguns momentos do seu discurso, deixava passar os valores positivistas. Para Machado, essa opção de Patrocínio vinha do seu envolvimento com o Clube Republicano e com a *Gazeta da Tarde*. “Entretanto isto não implicava em subordinação, pois seus textos possuíam, em linhas gerais, maior identificação com o liberalismo”.<sup>65</sup>

De acordo com os positivistas, somente pode-se afirmar que uma teoria é correta se ela for comprovada através de métodos científicos válidos. A filosofia não considerava os conhecimentos ligados às crenças, superstição ou qualquer outro que não fosse comprovado cientificamente. Para eles, o progresso da humanidade dependia exclusivamente dos avanços das ciências e as sociedades passavam por três estágios: o teológico, o metafísico e o científico ou positivista. A sociedade científica ou positiva deveria ser governada pelo interesse do “povo”. Em uma República, no entanto, os

<sup>62</sup> PESSANHA, Andrea Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição. Rio de Janeiro, 1884-1888*. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2006.

<sup>63</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O império do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999, p. 437.

<sup>64</sup> MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. Niterói: Editora da UFF, 2014.

<sup>65</sup> Ibidem, p. 84.

governantes deveriam ser cientistas ou industriais (burgueses)<sup>66</sup>. O mundo Ocidental tinha entrado na fase de transição da etapa metafísica para a positiva, com a Revolução Francesa (1789-1799), derrubando a Monarquia (metafísica). Desta forma, os positivistas nacionais interpretavam que o atraso do Brasil era devido ao Império, pois, na linha evolutiva de Comte, o Brasil encontrava-se na etapa metafísica.<sup>67</sup>

A comparação com a França era necessária, assim o Brasil deveria seguir o mesmo caminho. Maria Tereza Chaves de Mello nos explica esse paradigma:

... Já se tratava de um lugar comum comparar o trajeto histórico brasileiro ao francês, posto que éramos os “filhos diletos da República”. Assim é que, em 1789, a Revolução Francesa correspondeu à revolta de Tiradentes; frente à Monarquia de Julho, em 1831 fizemos o 7 de Abril; no ano da destronização de Luís Felipe, aconteceu a Revolução Pernambucana; em 1870, quando da proclamação da 3ª República, aqui apareceu o Manifesto Republicano.<sup>68</sup>

Parece que o Positivismo podia explicar o atraso que os intelectuais, as academias militares e as faculdades constatavam, comparando-se com a Europa civilizada. A solução para o atraso era a República e a ciência. No entanto, havia uma divergência em como deveria ser essa forma de governo. Parte dos positivistas defendia uma República Ditatorial, com um governante forte, que gozasse de popularidade e fechasse o Parlamento. Para eles, o Parlamento era exercido por políticos corruptos, venais e sem patriotismo. A outra visão era a República dos liberais democratas, que tinha como referência os Estados Unidos.<sup>69</sup>

Dois personagens importantes da campanha republicana, Benjamin Constant e Silva Jardim, haviam sido positivistas ou frequentaram as reuniões. Ambos romperam por motivos semelhantes, devido à ortodoxia positivista de adotar as práticas religiosas em relação a Comte. Constant e Jardim eram favoráveis à República Ditatorial. Lúcia Bastos das Neves e Humberto Machado assim descrevem:

<sup>66</sup> Segundo José Murilo de Carvalho quando o positivismo passa a ser uma religião, August Comte (1798-1857) passou a entender que o governo científico tinha que ser exercido por um representante do povo, um trabalhador. Essa concepção não foi considerada pelos republicanos ou positivistas. - Vide: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>67</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>68</sup> MELLO, Maria Tereza Chaves. *A república consentida*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007, p. 209.

<sup>69</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Como professor de matemática da Escola Militar desde 1873, Benjamin Constant, em suas pregações aos “cadetes filosóficos”, exaltava a integridade dos militares, “puros e patriotas”. Esses jovens oficiais se sentiram responsáveis por uma missão salvadora, destinada a arrancar o país do atraso e dos políticos “corruptos, venais e sem nenhum patriotismo”. A ideia salvacionista dos militares exerceu um papel fundamental no estabelecimento da República. Os lemas “Reforma conservando” e “Ditadura republicana” dos positivistas vinculados à preservação da ordem se encaixavam com uma luva nos galões militares, insatisfeitos com a monarquia.<sup>70</sup>

Ao menos a mocidade militar<sup>71</sup>, que tinha uma formação científica, cria que a república administrada pelos militares poderia modificar o atraso e trazer o progresso, embora esses estudantes militares tivessem pouca motivação para a caserna e o serviço militar. O historiador Celso Castro identificou que os mesmos buscavam um governo que valorizasse o mérito e o talento, algo que não viam na carreira militar, devido ao arcaísmo da Monarquia<sup>72</sup>. Nesse sentido, o sentimento de Benjamin Constant e da mocidade militar era parecido, pois no posto de major por mais de 15 anos, Constant se angustiava com a demora pela promoção. Fora preterido três vezes por militares ligados ao Partido Conservador e ao Império. Ele sempre buscou o reconhecimento e sua nomeação da cátedra de matemática na Escola Militar.

Celso Castro identificou que a mocidade militar gostava de ser chamada de “científica”, um claro sentimento de negação com a carreira militar. A carreira militar, para esses estudantes, era uma opção de ascensão social, pois a maioria provinha de famílias de poucos recursos e de pouca relação com a elite política do Império. Desta forma, defendia o mérito contra os privilégios, e o progresso contra o atraso. Segundo Castro:

O republicanismo da “mocidade militar” era oriundo da valorização simbólica de mérito individual somada à cultura cientificista hegemônica entre os alunos e jovens oficiais “científicos”. As últimas década do século XIX viram a aproximação cada vez mais estreita entre o “culto à ciência” e o republicanismo. Na França, centro cultural, do “mundo civilizado” de então, o surgimento da Terceira República [1870-1940] elevou o culto da ciência, da razão, da evolução e do progresso à condição de ideologia oficial. “Ciência” tornou-se palavra comum nos manifestos republicanos e serviu com arma ideológica contra monarquistas e conservadores.<sup>73</sup>

<sup>70</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O império do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999, p. 439.

<sup>71</sup> Mocidade Militar foi uma identificação feita por Celso Castro dos estudantes das Escolas de formação do Exército, Escola Militar da Praia Vermelha. O autor considera a mocidade militar os alunos da Escola Militar no período de 1888/1889 e os oficiais com menos de trinta anos que eram recém-egressos. – Vide: CASTRO, Celso. *A proclamação da república*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

<sup>72</sup> CASTRO, Celso. *A proclamação da república*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

<sup>73</sup> Ibidem, p. 23.

Devido à sua fraqueza de formação em economia e política, com valorização da matemática e ciência, a “mocidade militar” não tinha uma visão de como deveria se organizar a República. Sabiam o que ela solucionaria, mas como construí-la não sabiam. Castro assim nos explica:

Entre a “mocidade militar” não havia clareza a respeito de como a República vindoura seria organizada. Parece ter sido suficiente saber que se tratava da única forma científica de governo, aquela onde reinava o mérito, ordenador de toda a vida social. A falta de definição a respeito de como seria a República facilitou, por um lado, a unidade de pensamento e ação da “mocidade militar” antes do golpe de 1889; por outro lado ajudou a apressar sua fragmentação tão logo a República foi instituída.<sup>74</sup>

Já Buarque de Hollanda, observa que a classe militar, responsável pela mudança da forma de governo, na década de 1880 esteve sempre cortejada pela liderança do Partido Republicano. Tais lideranças intuíram que a instituição era a única capaz de fazer a mudança pretendida.

### 1.2.1- A camada média e a República.

O Brasil a partir da década de 1850 iniciava um período de estabilidade política e econômica. Era um movimento de prosperidade. O café se tornou o principal produto de exportação devido à elevação dos preços internacionais e à extraordinária produtividade brasileira, que destruiu todos os competidores internacionais. A acumulação de capital foi intensa nesse período, devido aos ganhos com o café e o fim do tráfico internacional de escravo. No período de 1850 e 1880, esse recurso foi direcionado para o transporte, para o setor financeiro e para a experiência industrial. Aliado ao capital nacional, houve uma grande entrada de recursos estrangeiros no Brasil, principalmente inglês, que se vinculou aos bancos, seguradoras, ferrovias e empresas de navegação.<sup>75</sup>

O Brasil, entre 1850 e 1890, passou de uma população de sete para dezoito milhões de habitantes, com uma concentração maior na região com maior dinamismo econômico: Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Mesmo com uma concentração populacional rural intensa no interior, nesse mesmo período houve um desenvolvimento de um mercado interno. João Antônio de Paula faz uma observação sobre esse momento:

<sup>74</sup> CASTRO, Celso. *A proclamação da república*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p. 27.

<sup>75</sup> DE PAULA, João Antônio. *O processo econômico*. In: CARVALHO, José Murilo de (coord.). *A construção nacional: 1830-1889*. Madrid: Fundación Mapfre e Rio de Janeiro: Objetiva, p. 179-224, 2012.

... o Brasil não ficou à margem do processo de expansão capitalista [mundial], marcado por uma significativa disseminação de valores e ideias, instituições, mercadorias e pela modernização dos meios de transporte e comunicações, como o telégrafo, o telefone, a ferrovia, as embarcações modernas... O país também experimentou tais mudanças só que de modo fragmentário e seletivo.<sup>76</sup>

Este crescimento econômico trouxe novas relações de trabalho, pois novas necessidades surgiram. Foram criadas novas empresas de transporte, comércio, importação e exportação, bancos, seguradoras, contabilidades e indústrias. Estas necessitavam de novos tipos de trabalhadores para utilizar os novos equipamentos e atuar nos escritórios das empresas. Esse dinamismo permitiu o crescimento e ocupação das camadas médias. No entanto, é necessário saber qual foi a origem desse segmento da sociedade imperial.

Décio Saes<sup>77</sup> observa que as camadas médias, em sua maioria, tiveram sua origem na população rural que veio para as cidades preencher as novas funções que surgiram com o desenvolvimento econômico do período. Esse processo aconteceu devido à expansão cafeeira e à concentração rural que destruíram os médios proprietários, que, decadentes, retiravam-se para as cidades. No entanto, aos aristocratas empobrecidos, a estrutura econômico-social urbana reservou os melhores cargos da burocracia de Estado, as profissões liberais e os postos de direção na administração privada.<sup>78</sup> A origem aristocrática permitiu que pudessem conquistar postos de trabalhos que lhes dessem uma remuneração apropriada. No entanto, outros ficaram à margem, causando transtornos políticos, que foram a origem da crítica ao Império e ao desejo de mudança. Décio Saes também aponta que a notícia de sucesso dos grupos médios, “aristocráticos empobrecidos”, mobilizou outros grupos rurais (nacionais e estrangeiros) a se deslocarem para as cidades. Esse grupo procurava uma ascensão social, uma vida melhor do que a do campo. Segundo Saes: “Como as condições socioculturais impediam seu acesso às melhores posições (...), restava-lhes apenas o trabalho operário ou as modalidades menos prestigiadas de “trabalho não-manual”. Uma parte das massas rurais urbanizadas fugiu à “proletarização””,

<sup>76</sup> DE PAULA, João Antônio. *O processo econômico*. In: CARVALHO, José Murilo de (coord.). *A construção nacional: 1830-1889*. Madrid: Fundación Mapfre e Rio de Janeiro: Objetiva, p. 179-224, 2012, p. 195.

<sup>77</sup> SAES, Décio. *A formação do estado burguês no Brasil (1888 – 1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz editor, 1984.

<sup>78</sup> SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz editor, 1984, p. 43.

tornando-se funcionários dos bancos, do Estado, escritórios de contabilidade e de empresas<sup>79</sup>.

Décio Saes salienta que essa diferenciação da origem e do nivelamento dessas camadas médias os colocavam próximos e afastados dos interesses da oligarquia agroexportadora. Por exemplo, quanto à oligarquia agrária paulista, esta não se via representada no Estado Imperial pós-1870; sua força econômica não era reconhecida nos cargos políticos do Império. O Manifesto Republicano de 1870 desenvolvido por profissionais liberais e intelectuais foi assinado somente por um proprietário de terras. No entanto, em 1873, na primeira conferência dos republicanos, em Itu, 50% dos conferencistas eram proprietários de terras. O que isso pode significar? Décio Saes sugere que os interesses da camada média e dos proprietários de terras se complementavam, pois para ele a elite agroexportadora paulista seria a classe dominante e as camadas médias a dirigente. Ambos tinham como referência a exclusão da classe operária, “Zé Povinho”. Saes ressalta:

... Desde 1870, a burguesia cafeeira tinha se organizado para a luta pela hegemonia política no seio da classe dominante agrária; em proveito da consolidação de sua posição no plano nacional, (...). Além do mais, as oligarquias de São Paulo podiam contar com o apoio das camadas médias tradicionais [que têm origem na aristocracia decadente] mais extensas, mais abastadas e mais cultas do país...<sup>80</sup>

Já Maria Tereza Chaves Mello constata no Rio de Janeiro o mesmo descontentamento e aliança entre as camadas médias e a elite agrária. Segundo a autora:

O fenômeno do inchamento das camadas médias letradas foi aqui significativamente mais sentido. Esse setor compunha com membros da antiga elite uma sensação de marginalização em relação às possibilidades de colocação no aparelho do Estado, que antes os absorvia, mas que não tinha agora mais elasticidade para acompanhar o ritmo de crescimento da população. Tal demanda insatisfeita forjava um sentimento de frustração e de animosidade em relação ao regime.<sup>81</sup>

<sup>79</sup> SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz editor, 1984, p. 45.

<sup>80</sup> Ibidem, p. 52.

<sup>81</sup> MELLO, Maria Tereza Chaves. *A república consentida*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007, p. 65.

José do Patrocínio, intelectual importante do final do século XIX<sup>82</sup>, observou como era essa relação de dependência entre os profissionais liberais republicanos e a oligarquia agroexportadora.:

... Eram os republicanos de São Paulo que dirigiam o partido; a lei para a ideia republicana deveria vir de São Paulo; e entendiam que não era possível de forma alguma prejudicar o partido, tratando da questão abolicionista. E como os republicanos de São Paulo são fazendeiros e advogados de fazendeiros, estes, os advogados que falam sempre a linguagem de interesses estribados nos de seus clientes, foram mais francos e disseram: “Não nos metemos nesta questão porque perderemos grandes adesões se formos abolicionistas”.<sup>83</sup>

Tal aliança não se resumia à camada média paulista, mas a todas as camadas médias regionais. Angela Alonso que estudou os intelectuais da década de 1870, representantes desse setor, e verificou que parte deles tinha origem familiar na oligarquia agrária decadente. Esse grupo incluía pessoas que chegaram à vida adulta e iniciaram sua atividade intelectual e política ao longo dos anos 1870 e início dos anos de 1880. Os membros desse movimento, embora formassem um grupo heterogêneo em termos das ideias e da ação política, tinham uma experiência social em comum, uma vez que sentiam sua ascensão social e política bloqueada pelos privilégios monárquicos. Na obra de Alonso, são analisadas as trajetórias de um conjunto de cerca de 120 indivíduos, com foco concentrado na vida de algumas lideranças. Elas foram divididas em seis grupos: liberais republicanos (como Quintino Bocayúva e Salvador de Mendonça), novos liberais (Joaquim Nabuco, Ruy Barbosa e André Rebouças), positivistas abolicionistas da Corte (Miguel Lemos e Teixeira Mendes), positivistas de Pernambuco e de São Paulo (Clóvis Beviláqua, Aníbal Falcão e Silva Jardim), federalistas científicos de São Paulo (Pereira Barreto, Campos Sales e Francisco Glicério) e federalistas positivistas do Rio Grande do Sul (como Júlio de Castilhos e Assis Brasil).

Nesse grupo, havia tanto amigos como beneficiados da Monarquia, como eram os casos de Joaquim Nabuco Neto e André Rebouças. Rebouças era amigo da família imperial, tendo, após a queda do Império, se dirigido para o exílio junto com o Imperador. No entanto, embora defensor da Monarquia e do Terceiro Reinado, era um crítico da plutocracia do Império e do atraso econômico do Brasil. Suas críticas eram importantes e

<sup>82</sup> MACHADO, Humberto. *Palavras e Brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. Niterói: Editora da UFF, 2014.

<sup>83</sup> *Gazeta de Notícias*, 30 de setembro de 1888, p. 4.

conhecidas pelo Imperador, com quem tinha longos encontros e reuniões.<sup>84</sup> Já Joaquim Nabuco Neto era filho de senador do Império, representante da oligarquia agrária do nordeste, mas decadente. Propunha, tal como o seu pai, reformas políticas no Império. Assim como André Rebouças, Nabuco entendia que o desenvolvimento do Brasil passava pela eliminação do elemento servil.

Para Angela Alonso, esses intelectuais sofriam uma marginalização política, retida, em círculos concêntricos de distanciamento progressivo em relação a um centro de poder, a saber, o poder social da sociedade de corte e o poder político, além do controle das instituições de comando do regime sob o mando do Partido Conservador. Nesses círculos concêntricos, os mais próximos do poder eram os representantes do Novo Partido Liberal, André Rebouças e Nabuco de Araújo, que tinham acesso à Corte, mas com uma posição secundária na política. Um pouco mais afastados estavam os liberais republicanos, como Quintino Bocayúva e Salvador Mendonça. Esses haviam nascido fora da elite, não tinham ligação com a agroexportação, eram urbanos, jornalistas, e se rebelaram contra a falta de oportunidades da carreira política. Eles defendiam uma representação política semelhante ao modelo norte-americano.<sup>85</sup>

Outros grupos se formaram como os positivistas abolicionistas da Corte (Rio de Janeiro), de Recife e de São Paulo. Seus representantes haviam nascido nos estratos médios da sociedade. São os casos de Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes; ou eram oriundos das vagas abertas do ensino superior, como Silva Jardim, Aníbal Falcão e José Isidoro Jr. Suas críticas vinham da falta de prestígio que possuíam, bem como, por considerarem dignos de receber uma melhor remuneração devido à formação superior que haviam conquistado.

A pesquisadora Angela Alonso definiu que o grupo mais distante do núcleo do poder do Segundo Reinado era os federalistas positivistas do Rio Grande do Sul, que possuíam recursos econômicos próprios, mas não tinham acesso à sociedade da Corte e aos partidos imperiais. Eram estancieiros e ligados à agroexportação. Sentiam-se sistematicamente prejudicados pelo Partido Liberal, que controlava a sua província; e reclamavam do poder político local e reivindicavam maior liberdade para seus negócios.

---

<sup>84</sup> SANTOS, Sydney M. G. dos. *André Rebouças e seu tempo*. Rio de Janeiro: Moderna, 1985.

<sup>85</sup> ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

Esse grupo tinha como representante Júlio de Castilho e Joaquim Francisco de Assis Brasil.

Os federalistas científicos contribuíram com outro importante grupo, que possuíam as mesmas demandas dos gaúchos. Esses eram os federalistas de São Paulo, que estavam insatisfeitos com a lentidão das reformas e os entraves do sistema político. Buscavam uma autonomia provincial e reforma nos mecanismos da representação política. Seus representantes foram Luiz Pereira Barreto e Alberto Sales. Segundo Angela Alonso: “A experiência unindo esses grupos é a situação de marginalização”<sup>86</sup>

Com exceção do Novo Partido Liberal, a crítica dos demais grupos de intelectuais da situação política e econômica do Império terá como solução a mudança da forma de governo. Os contestadores, como Angela Alonso classifica a “Geração de 1870”, precisavam encontrar uma teoria doutrinária, uma vez que os representantes da tradição e do *status quo* também eram leitores e tinham as suas linhas doutrinárias como Gizot, Thiers, Royer-Collard, Chauteaubriand e Lamartine. A autora assim expõe essa busca:

Os grupos contestadores usaram um critério político para a triagem dos esquemas de pensamento do repertório europeu, apropriando-se tão somente daqueles que os auxiliassem a compor uma crítica do status quo. E fundamentar projetos de reforma. (...) Juntando a tais análises às teorias evolucionistas francesas, os grupos contestadores puderam reinterpretar os processos de formação do Estado e da nação brasileiros, frisando a obsolescência da herança colonial e a necessidade de reformas para pôr o país na marcha da civilização ocidental. (...) Daí a necessidade de substituí-las para alcançar o progresso. A conjuntura brasileira evidenciaria a crise de desagregação em sócio-política colonial e reclamaria ação política no sentido de gerar as instituições brasileiras da civilização moderna.<sup>87</sup>

Outra estratégia seguida pelos intelectuais da “Geração de 1870” foi o resgate ou releitura dos personagens e eventos da história brasileira inseridos na “tradição nacional”, como o período regencial (experiência republicana), a Confederação do Equador, a Revolta da Praieira, além dos heróis Frei Caneca e Tiradentes. Essas revoltas e heróis da história do Brasil procuravam criar um país moderno e civilizado. Essa interpretação variava de acordo com os grupos de intelectuais. Contudo, existiu uma homogeneização que, segundo Angela Alonso:

---

<sup>86</sup> ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 92.

<sup>87</sup> Ibidem, p. 98.

Seus livros [artigos em jornais e conferências] teceram com isso interpretações do Brasil que, simultaneamente, criticavam e dialogavam como *status quo*. Não produziram obras teóricas, mas textos de intervenção no debate público, o que fica claro em seus assuntos: são avaliações dos pilares da tradição imperial, do indianismo, do liberalismo, do catolicismo e de suas instituições, sobretudo a monarquia centralizada e a escravidão.<sup>88</sup>

O exterior moderno e civilizado passou a ser valorizado. A França e os EUA são constantemente citados e as suas histórias conhecidas. A Revolução Francesa é festejada por ter inaugurado a sociedade moderna. A Monarquia no mundo civilizado era considerada “governo de privilégios”, sinônimo de atraso, como os casos da Rússia, Itália, Espanha e Portugal.

Alberto Sales e Assis Brasil, representantes dos grupos de intelectuais paulistas e gaúchos, tinham algumas preocupações em comum. A Monarquia não reconhecia suas províncias nas deliberações nacionais; nem os impostos que retiravam dos recursos da província e o desequilíbrio da representação política. Eles concluíram que a solução para esses problemas estava na República e na Federação. O exemplo era os Estados Unidos, com sua federação e o respeito aos direitos civis e políticos.

O intelecto e a formação eram valorizados por esses grupos de intelectuais e na sociedade de então. Angela Alonso concluiu que a “geração de 1870” programava uma mudança, mas não uma revolução. A autora analisa que essa elite “contestadora” buscava ou propunha uma reforma, com a manutenção da ordem.

A principal apropriação da tradição, contudo, foi a prevenção contra a entrada massiva do povo na política. A diferença da tradição imperial atestou a existência de um povo brasileiro e propôs sua inclusão disciplinada na ordem sociopolítica. Aí estava um desdobramento democrático, que explodia a circunferência estamental da cidadania. O reformismo, porém, não dava ao povo as rédeas da política: temia a revolução, buscava, tal como os políticos imperiais, transformações controladas.

(...) Na universalização da cidadania pós-abolição ideavam restrições das decisões políticas a uma elite afinada com os novos tempos, que identificavam consigo mesmos. Esse tipo de raciocínio não era nenhuma aberração, corria solto pelo mundo oitocentista, na França, e na Espanha, na Prússia e no México.<sup>89</sup>

No estudo de Angela Alonso, percebe-se a presença das ideias do positivismo em todos os grupos de contestadores. No entanto, os positivistas tinham um projeto de assunção ao poder definido. Para Comte, a transição da fase metafísica para o positivo, seria através de uma ditadura, exercida por um representante do proletariado. Ele

---

<sup>88</sup> ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 98.

<sup>89</sup> Ibidem, p. 112.

acreditava que esse era o grupo social mais preparado para essa transição. Os representantes do positivismo no Brasil tiveram, então, que buscar esse grupo social para prepará-los. Miguel Lemos, após fazer uma análise da sociedade brasileira, chegou à conclusão que não era possível esse grupo fazer a transição. Em uma carta resgatada por José Murilo de Carvalho, ele explica:

Aqui, são as classes liberais e instruídas que farão a transformação. Não temos proletariado propriamente dito, nossa indústria é exclusivamente agrícola, e o trabalhador rural é o negro, escravo. Isso modifica muito a situação dos positivistas brasileiros e torna-a muito diferente do que ela é em Paris e em Londres. Lá, vossa ação ainda é latente; ainda estais como que perdidos no meio dessas grandes cidades, onde procurais vos apoiar na elite do proletariado. Aqui, pelo contrário, estamos em plena evidência, pertencendo nós mesmos às classes liberais, sobre as quais agimos diretamente. Todos os olhares estão voltados para nós, todos os nossos atos e palavras se tornam imediatamente os acontecimentos do dia. Os mundos científico e oficial, longe de ser como o vosso, cidadelas da reação, são aqui, ao contrário, os elementos mais modificáveis, e neles obtemos todos os dias adesões e simpatias. Tudo isso exige do Positivismo uma atividade extraordinária, a fim de estar preparado para atender as necessidades do público. Amanhã teremos sábios, estadistas, indivíduos altamente colocados, aceitando uma parte das nossas concepções, ou mesmo totalmente convertidos ao Positivismo. Deveremos nos mostrar à altura das circunstâncias indicadas acima, não precisaremos apenas de devotamente e atividade, mas também de uma organização e uma disciplina suficientemente desenvolvida.<sup>90</sup>

Para Comte, os liberais não podiam exercer a liderança de regeneradores da sociedade. As classes liberais, camadas médias, na França, não tinham lugar na sociedade futura, pois pareciam por demais atraídas para o liberalismo ou para esquerda revolucionária, dois exemplos da metafísica que Comte abominava.<sup>91</sup> O positivismo no Brasil teve que se adaptar às circunstâncias sociais e de sua adesão. Murilo de Carvalho expõe as escolhas dos positivistas brasileiros para cumprir o ideal de Comte:

Os ortodoxos no Brasil mais pareciam um grupo político com ideias muito precisas sobre a tarefa a realizar e os meios a utilizar do que um bando de fanáticos religiosos e loucos. Poder-se-ia mesmo dizer, forçando um pouco a comparação, que propunham um bolchevismo de classe média, isto é, um voluntarismo político que acreditava poder forçar a marcha da história pela ação de uma vanguarda política bem organizada, homogênea, disciplinada ou, na expressão de Comte, pela ação de um núcleo fortemente organizado.<sup>92</sup>

Os bolcheviques tiveram como estratégia para divulgação de suas ideias e arregimentação de adeptos os soviets, que são organizações instaladas no interior das fábricas, comércios e no campo, nas quais se discutiam os problemas locais, as ideias e

<sup>90</sup> MIGUEL LEMOS. Apud: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 136.

<sup>91</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>92</sup> Ibidem, p. 139.

propostas do partido. “Os bolcheviques de classe média”<sup>93</sup>, proposto por Murilo de Carvalho, não tinham nada similar ao soviéticos, pois as igrejas positivistas, centro de divulgação das ideias de Comte, eram poucas. Era necessário aumentar o espaço público para que a reforma ordeira acontecesse. No entanto a ortodoxia dos religiosos não foi adotada pelos intelectuais, camadas médias ou militares, mas sim parte da visão e interpretação do mundo e do Brasil.<sup>94</sup>

A camada média procurava uma mudança no Império que permitisse ter uma ascensão social mais plena. Para ela, a forma de governo, ou a política monárquica, era inibidora de seu desejo. A imprensa foi o veículo homogeneizador e amplificador dessa aspiração. Como veremos abaixo, para isso contribuiu um novo tipo de imprensa, a chamada “neutra”, ou não partidarizada.

### 1.2.3- Imprensa chamada “neutra”.

No espaço público, as ideias e opiniões são propagadas nos cafés, nos salões, nas confeitarias, teatros, mídias, etc. Para Jürgen Habermas<sup>95</sup>, as ideias são desenvolvidas para os letrados no “Espaço Público”. Neste sentido, a mídia impressa é o veículo mais importante. Os republicanos, como havia proposto Quintino Bocayúva, utilizaram a imprensa como base para conquistar adeptos. Jornais republicanos foram criados em várias partes do país e livros foram editados para divulgarem as ideias republicanas. Mas esses jornais tiveram vidas intermitentes, como o caso do jornal *A República*, órgão do Clube Republicano do Rio de Janeiro que circulou entre 1870 e 1874 e teve como editor Quintino Bocayúva. Posteriormente, ele foi editor-chefe do jornal *O Paíz*, onde desenvolveu as ideias republicanas e críticas à Monarquia.

As ideias republicanas foram divulgadas em jornais como *O Paiz*, *Diário de Notícias* e *Gazeta de Notícias*. No entanto, esses jornais não eram partidários, não pertenciam a partidos políticos, mas propunham-se “neutros”. Jornais neutros, ou seja, sem

<sup>93</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 139.

<sup>94</sup> HOLLANDA, Sérgio Buarque. *Brasil Monárquico: do império a república*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

<sup>95</sup> HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

partido, aparecem com frequência a partir da década de 1870. No lançamento do *Diário de Notícias*, em 2 de agosto de 1870, já aparece a proposta de neutralidade:

Surge hoje o primeiro número do Diário de Notícias, tão ansiosamente esperado pelo público que acolheu da forma a mais lisonjeira o programma que fizemos distribuir. (...) Ninguém ignora quanto são dispendiosas as empresas desta ordem, e que ellas sem a proteção valiosa do publico não podem progredir na sua marcha civilisadora, (...) attenção a índole inofensiva do Diário, a sua indiferença absoluta ao movimento dos partidos que se gladiam, o receberão com aquella benignidade que caracteriza um povo essencialmente laborioso e honrado.(...)

Já foi publicado o nosso programma, mas cumpre-nos reproduzil-o como lei fundamental que temos de seguir e respeitar. O Diário de Noticias, extranho completamente a facções, não deixará de dar conta de todos os movimentos da política, da governação e do estado; publicará todas as occorrencias do mundo, descrevendo com exactidão e minuciosidade todos os successos da corte e os do vasto império do Brasil; não enserira em suas columnas artigos offensivos a dignidade e honra de qualquer, fazendo manter a maior sisudez nas correspondencias particulares e nos assumptos a pedido [coluna do publico ou leitores]; publicara o movimento commercial, festividades religiosas e ephemerides, assim como diversos materiais sobre hygiene, instrucção e recreio; dará uma resenha de todos os espetáculos, apreciando o desempenho das diversas peças que se representarem; publicara romances em folhetins, assim como, chistosos folhetins typicos, locaes e phantasiosos...<sup>96</sup>

É mister ressaltar que já aparecem valores caros à camada média e à sociedade, como “a marcha civilizadora”<sup>97</sup>. O Jornal propõe contribuir para ampliação da civilização no Império. A imparcialidade é o marcante em sua proposta, como se pode observar nos excertos “...atenção a índole inofensiva do Diário, a sua indiferença absoluta ao movimento dos partidos que se gladiam”<sup>98</sup>. Nesse momento, em 1870, como já vimos, o país estava em confronto político entre o Novo Partido Liberal e o Partido Conservador. Os liberais acusavam o Monarca de “imperialista”; e os partidários da República, os liberais radicais, estavam se organizando. Alguns meses depois da fundação do jornal, o Partido Republicano lançaria o “Manifesto Republicano” (2 dezembro de 1870). Nesta arena política e conflituosa, o *Diário de Notícias* propõe ter posição “inofensiva”, “descrevendo com exatidão e minuciosidade todos os sucessos da corte e os do vasto império do Brasil”<sup>99</sup>.

O pesquisador André Azevedo observa que a “civilização” era um termo recorrente no século XIX no Rio de Janeiro. Neste período, o termo estava associado a movimento, a

<sup>96</sup> *Diário de Notícias*. – Vide: <http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/di%C3%A1rio-de-not%C3%ADcias> – acesso 04/11/2014. (Mantivemos a grafia original).

<sup>97</sup> Ibidem.

<sup>98</sup> Ibidem.

<sup>99</sup> Ibidem.

progresso e a evolução. Azevedo afirma que o termo progresso, na década de 1880, estava ligado a industrialização. O progresso conduziria o Brasil à civilização, ou, no pior dos casos, ao aperfeiçoamento da civilização brasileira<sup>100</sup>. O autor constata que os profissionais liberais foram formados com este princípio, e buscavam, com as suas formações técnicas, civilizar o país. Esses profissionais procuraram colocação nos órgãos do Estado e parte deles atuou na imprensa carioca.

Marialva Barbosa<sup>101</sup>, em sua ampla pesquisa sobre a imprensa do século XIX, observou que o Estado era o objetivo dos jornalistas e editores-chefes. O emprego estatal dava segurança para uns e *status* para outros. De uma forma geral, esses profissionais estavam fora do sistema de poder do Império, embora os editores-chefes e proprietários, em sua maioria de famílias ricas, não tinham oportunidades no sistema de poder.

A autora, Marialva Barbosa, observa que os altos dirigentes dos jornais tinham alguma relação com o Império e, posteriormente, com a República, tendo tido cargos no sistema político ou sendo altos funcionários ou dele beneficiado. As famílias desses dirigentes eram fazendeiros, advogados, comerciantes, professores e militares. Marialva argumenta: “todos possuem o capital simbólico e a efetiva participação junto ao grupo dominante”.<sup>102</sup> Dos altos dirigentes havia dois nobres, o Conde de Pereira Carneiro (José Pereira Carneiro); e o proprietário do *O Paiz*, o Conde de Matosinho, imigrante português chamado João José dos Reis Júnior. A formação superior básica dos dirigentes era a de direito, exceto na medicina de Ferreira de Araújo (*Gazeta de Notícias*) e farmácia de Dunshee Abranches (*Jornal do Brasil*). A formação de José do Patrocínio, proprietário do jornal *Gazeta da Tarde e Cidade do Rio de Janeiro*, também era de farmacêutico.<sup>103</sup>

A Faculdade de Direito formava profissionais plurais, não só para exercerem funções na justiça, mas também para exercerem cargos políticos e atuarem no aparelho burocrático. No final do século XIX, o curso de direito estava voltado para o ecletismo. A ciência e a modernidade foram amplamente discutidas nos bancos escolares por professores e alunos da faculdade. Em uma sociedade que valorizava o intelecto e o

<sup>100</sup> AZEVEDO, André Nunes. *Da monarquia a república: Um Estudo dos Conceitos de Civilização e Progresso na Cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PUC, 2003.

<sup>101</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Maud X, 2010.

<sup>102</sup> Ibidem, p. 145.

<sup>103</sup> ALVES, Uelinton Farias. *José do Patrocínio: a imorredoura cor do bronze*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

conhecimento, a Faculdade de Direito fornecia a possibilidade de manejar a palavra de forma inflexível, percebida por essa sociedade como essencial. Esses bacharéis, que se tornaram jornalistas, foram abraçados como verdadeira essência da sabedoria.<sup>104</sup>

Marialva Barbosa explica-nos como os jornais eram vistos pela sociedade no fim do século XIX:

A valoração da ciência levada ao extremo; a missão de condutor dos pensamentos e das ações da população, que deve ser submeter às novas normas de conduta, alcançando naturalmente a civilização e o progresso, a idealização de uma nação, identificando-se suas diferenças, para, a partir daí, estabelecer a unidade são, resumo, o pensamento corrente nesses periódicos e que reflete os esquemas e sistemas de pensamento da academia, da qual esses dirigentes [e jornalistas] são produto. Os jornais apresentam a nação como moderna, industrial, civilizada e científica e, divulgando o ideário evolutivo-positivista de Darwin, Spencer e Comte, associam conceitos como ciência e modernidade.<sup>105</sup>

As formas anteriores de convencimento e arregimentação, como as conferências, os panfletos e os livros, foram superados pela periodicidade dos jornais, que passaram a ser donos da imparcialidade ou da verdade. Tal evolução era reconhecida pela sociedade que conferia aos jornais um poder. A autora Marialva Barbosa comenta:

Sob a capa da neutralidade [os jornais], entretanto, escondem-se inúmeras facetas: um novo tempo mais programado e fielmente dividido; a manipulação das camadas letradas e unificação dos discursos.

(...) A partir de 1880, num processo, os diários, ao lado de outras instituições da sociedade civil, formulam e sedimentam imagens. Entre essas construções, destacam-se, como enfatizamos, as considerações em torno da visão da imprensa. O jornalismo é o lugar da imparcialidade e da neutralidade e os jornais são a expressão da verdade, porque representam o pensamento da sociedade, graças a sua popularidade. O jornal é a própria verdade, porque o impresso transforma-se em documento, o que *a priori*, identifica o que está contido em suas páginas com a verdade absoluta.<sup>106</sup>

O que se pode observar, através da pesquisa de Marialva Barbosa, é que os jornais já na década de 1880, propunham ser a expressão da verdade, pois representavam o lugar da imparcialidade e da neutralidade. Tal construção pode ter sido desenvolvida, em parte, como o jornalista se apresentava para a sociedade, um lutador, um defensor do Brasil. A pesquisadora Andrea Pessanha constata:

A imagem que se constituía do jornalista era de um lutador que sacrificava sua própria vida pessoal para colocar em primeiro plano as necessidades do país. O progresso, meta dos

<sup>104</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Maud X, 2010, p. 149-150.

<sup>105</sup> Ibidem, p. 150.

<sup>106</sup> Ibidem, p. 129-131.

intelectuais do século XIX, era apresentado, nos discursos, como fundamento das posições desses homens de imprensa.<sup>107</sup>

O movimento de poder da mídia impressa era entendida como “quarto poder”<sup>108</sup>. Seu poder era pelo fato de abranger um grande público, as camadas sociais letradas e as não letradas. Embora no Brasil, em 1880, a taxa de alfabetização era de 19 %, já na cidade do Rio de Janeiro a taxa de alfabetização era de 50%<sup>109</sup>. Desta forma, para uma população na Corte de 400 mil pessoas em 1880, 200 mil eram alfabetizadas. No entanto, os analfabetos tinham contato com os jornais e as notícias. Humberto Machado considera que essa população desenvolveu a “leitura de ouvido”<sup>110</sup>. Essa leitura deu-se devido à distribuição dos jornais, feita por meninos jornaleiros que gritavam as notícias como estratégia de venda. Nas ruas, nas confeitarias e nos bondes, também os jornais eram lidos em voz alta. Assim, as informações chegavam aos analfabetos.

A imprensa pôde exercer esse “quarto poder”<sup>111</sup> devido à expansão de títulos e tiragem dos jornais. Gondin da Fonseca levantou que só no período de 1870 a 1880 foram criados 379 jornais e revistas no Rio de Janeiro. Tal produção demonstra que havia um público consumidor. Nesse período começou a se formar as imprensas-empresas, ou indústrias, como Gondin da Fonseca<sup>112</sup> definia os grandes jornais do século XIX.

<sup>107</sup> PESSANHA, Andrea Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição. Rio de Janeiro de 1884-1888*. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2006, p.36.

<sup>108</sup> Para Briggs e Burke o “Quarto poder” foi cunhado por Macaulay para a imprensa, pois o conceito medieval de Estado ou Poder era dividido em espiritual, temporal e comum. No Prédio do Parlamento inglês havia um local para acompanhar as sessões, eram ocupadas pelos representantes dos jornais, esse era o quarto poder do Parlamento, pois podia influenciar a opinião pública, exaltando ou destruindo um político. Já para Roger Parry o termo “Quarto Poder” surgiu: “ Durante um debate parlamentar, Edmund Burke [1729-1797] supostamente teria olhado para cima, para a recém-criada galeria dos repórteres, comentando: “Lá se senta o quarto Estado – é o mais importante de todos””. – Vide: BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Guttemberg a Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. PARRY, Roger. *A ascensão da mídia: a história dos meios de comunicação de Gilgamesh ao Google*. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2012.

<sup>109</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem: a elite política. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. MACHADO, Humberto. *Palavras e Brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. Niterói: Editora da UFF, 2014, p. 114.

<sup>110</sup> MACHADO, Humberto. *Palavras e Brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. Niterói: Editora da UFF, 2014, p. 130.

<sup>111</sup> Constatamos em nossa pesquisa na *Gazeta de Notícias* que os intelectuais na fins da década de 1880 tinham noção que a imprensa representava um Quarto Poder.

<sup>112</sup> FONSECA, Gondin da. *Biografia do jornalismo carioca (1808-1908)*. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1941.

Em 1875 foi fundado o jornal *Gazeta de Notícias*, que propôs atingir um público leitor múltiplo. Para isso, adotou a ideia do *Diário de Notícias*<sup>113</sup> de fazer um jornal barato e não partidário, mas com o objetivo de reproduzir os acontecimentos políticos diariamente. Contudo, trouxe uma novidade para o mercado, uma nova estratégia de comercialização: o jornal passou a contratar pessoas, jornaleiros, em sua maioria imigrante<sup>114</sup>, para venderem seus exemplares nas ruas, esquinas, bares, barcas, bondes, estações e nos trens, fugindo, assim, das vendas tradicionais nas livrarias e quiosques. Na década de 1880, a *Gazeta de Notícias* se tornou o principal jornal do Rio de Janeiro, o mais popular<sup>115</sup>, e competia com o *Jornal do Commercio* pela liderança. Sua popularidade era devido à sua proposta editorial e ao seu custo.

Essa estratégia não era nova. Jornais baratos e populares eram comuns na Inglaterra, França, Estados Unidos e até em Portugal. Esses jornais surgiram na década de 1830, nos Estados Unidos. Em 1833, Benjamim Day lançou o *Sun* em Nova York. Segundo Roger Parry:

Em uma época em que a maioria dos jornais custava \$0,06, ele vendia o *Sun* por \$0,01, cada exemplar. E declarou: O objetivo deste jornal é apresentar ao público, a um preço dentro das possibilidades de todos os leitores, as notícias do dia, e, ao mesmo tempo, proporcionar um canal vantajoso para os anunciantes.  
... Ele rompeu com a tradição da entrega em domicílio, oferecendo o *Sun* aos jornaleiros por \$0,67 o cento de cópias, reservando-lhes, pois um lucro de \$0,33, o que muito contribuiu para o aumento da circulação.<sup>116</sup>

<sup>113</sup> O *Diário de Notícias* foi o primeiro jornal do Rio de Janeiro a ter o valor do exemplar de 40 réis, no entanto não sobreviveu por muito tempo. Gondin da Fonseca comenta que ao longo da década de 1860 e 1870 houve dois periódicos com o título de *Diário de Notícias*: “O catálogo da Biblioteca Nacional menciona como datas extremas da vida deste jornal 1868-1872. Ora, o *Diário de Notícias* de 1872 é outro: é o de 1870. Este de 1868, propriedade de A. de S. Paio e Souza Viana não coexistiu com a de Climaco dos Reis, fundado em 2 de agosto de 1870”. – Vide: FONSECA, Gondin da. *Biografia do jornalismo carioca (1808-1908)*. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1941, p. 340.

<sup>114</sup> Esses jornaleiros, em sua maioria, eram imigrantes italianos. Posteriormente, eles criaram as bancas de jornal e o mercado de distribuição de jornais, no Rio de Janeiro foi dominado por esses imigrantes e seus descendentes. – Vide: Observatório da Imprensa – Pequeno jornaleiro. <https://www.youtube.com/watch?v=aVfzshHG2S8> - acesso 19/12/2014.

<sup>115</sup> Lavina Ribeiro se confronta com esse tema, “popular”, e assim define: “Transformações advindas não apenas dos dados demográficos e materiais, mas, sobretudo, no ritmo impresso à sociabilidade e à diversificação de interesse e iniciativas. É contemporâneo deste ambiente o primeiro jornal “popular e barato” fluminense, (...), a *Gazeta de Notícias*. Ela concerne a uma espécie de produto resultante dos novos atributos e expectativas da vida urbana da cidade. O conceito de popularidade neste caso, é relativo ao exercício inédito, de uma política editorial francamente voltada para o diálogo com as camadas médias da sociedade...” – RIBEIRO, Lavina Madeira. *Imprensa e espaço público: a instituição do jornalismo no Brasil 1808-1964*. Rio de Janeiro: e-paper, 2004, p.121.

<sup>116</sup> PARRY, Roger. *A ascensão da mídia: a história dos meios de comunicação de Gilgamesh ao Google*. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2012, p.141.

O *Sun*, devido à estratégia adotada, passou a ser o líder do mercado nova-iorquino, com uma tiragem de 20 mil exemplares. Na Inglaterra, os jornais populares e baratos, surgiram na década de 1850 com a abolição do imposto postal. Briggs e Burke explicam que, com a quebra do imposto e o barateamento dos jornais, eles se transformaram e o objetivo passou a ser o entretenimento, ou seja, mostrar a informação correta sobre um evento, mas não se posicionar.

No fim do século XIX, o clima era outro, e as manchetes dos jornais, replicadas em cartazes nas ruas e gritadas por pequenos jornaleiros, tornavam-se mais importante do que os textos ou as reportagens sobre acontecimentos legislativos. A ênfase recaía sobre “histórias”, acompanhadas ou suplementadas pelo que veio a ser chamado de “modelos” (alguns deliberadamente dirigidos às mulheres) e, a partir de 1880, por colunas de fofocas e entrevistas.<sup>117</sup>

A opção central pela “história” não invalida a informação política, que passa a ser secundária para o público, porém necessária. O público passa, assim, a visualizar a política de uma forma distante. Os jornais passavam a ser o intermediário, no entanto imparciais, não partidários, entre a política e o público leitor. Sobre o jornal *The Times* um observador, desse período, assim o descreveu: “... não se apoia em classe alguma, não representa qualquer partido exclusivo, não advoga qualquer interesse específico. Pretende englobar e exprimir a opinião corrente de todos os setores ...”.<sup>118</sup>

Em Portugal, o aparecimento do jornal popular e noticioso foi em 1865, o *Diário de Notícias*, criado por Eduardo Coelho. Esse periódico foi inspirado na experiência francesa dos *Petit Jornal*, *La Presse* e o *Figaro*. Esses jornais perceberam que os custos permaneciam constantes, mas, ao aumentar a produção, haveria mais anúncios e eles podiam ser mais custosos quanto maior fosse o público leitor. Para se obter mais anúncios, era necessário que o jornal não fosse de opinião, mas sobretudo de entretenimento. José Tengarrinha, estudioso da imprensa de Portugal, assim explica o surgimento e o sucesso do *Diário de Notícias*:

... Eduardo Coelho, ao fundar em 1 de janeiro de 1865 o *Diário de Notícias*, jornal popular de preço (100 réis) e estilo de alcance de todos, moldado no jornal de 5 anéis parisiense, essencialmente noticioso e sem participação partidária. (...)

<sup>117</sup> BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Guttemberg a Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 206.

<sup>118</sup> Ibidem, p. 205.

Seguia, pois, a orientação já tomada pelo primeiro diário exclusivamente noticioso o inglês *Daily Courant* (1702-1735), cujo diretor, o impressor Buckley, baseava-se em que “os leitores são capazes de refletir por eles próprios”.<sup>119</sup>

A saúde financeira da imprensa-empresa estava na relação entre a tiragem e a ampliação de anúncios. Gondin da Fonseca<sup>120</sup> observa que o primeiro jornal no Brasil, *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808), não cobrava pelos anúncios. Bastava ir à sede do jornal e solicitar. Com o tempo, o jornal passou a ter anúncios constantes dos leiloeiros da cidade e a cobrar por eles. O *Jornal do Commercio*, já em 1827, passou a cobrar pelos anúncios. Segundo Fonseca, foram feitos mais de um milhão de anúncios sobre venda e captura de escravos. E aí se encontravam a riqueza e a longevidade do jornal. Por exemplo, o *Jornal do Commercio* em 1827 cobrava 80 réis a linha, quando para cada exemplar o valor era de 100 réis.

Gondin da Fonseca também credita aos anúncios o sucesso e a prosperidade a outro importante e popular jornal na virada do século XIX, o *Jornal do Brasil*.

... Mas ninguém me parece ter admirado, por exemplo, o Fernando Mendes de Almeida, que reabriu o *Jornal do Brasil* no governo de Prudente. E ele foi uma das raras pessoas que viu como ter sucesso no jornalismo comercial moderno. Conseguiu o monopólio do pequeno anúncio no Rio de Janeiro, que o *Jornal do Brasil* ainda guarda. Publicando anúncios, não dava notícias, sem ter opiniões.

- Como assim?

Os anúncios de empregadas, de casas, etc., davam notícias sobre as empregadas que ofereciam ou sobre as casas que alugavam, e o dono jornal não emitia parecer a respeito... O anunciante é que dizia o que queria. Na parte editorial, todo o seu cuidado consistia em vogar sem leme na onda da opinião média do Rio de Janeiro.<sup>121</sup>

Os anúncios, publicidade impressa, segundo Briggs e Burke aparecem com o crescimento da produção de livros, no século XVI. Os livreiros, para vender mais exemplares, produziam catálogos e cartazes com os seus títulos e, nas páginas iniciais ou finais de seus livros, faziam propaganda de outros títulos. Nos periódicos, a publicidade se desenvolveu no século XVII, um jornal saía com apenas seis anúncios em 1650<sup>122</sup>, cem anos depois com mais de 50 anúncios.

<sup>119</sup> TENGARRINHA, José. *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Editora Caminho, 1989, p. 215.

<sup>120</sup> FONSECA, Gondin da. *Biografia do jornalismo carioca (1808-1908)*. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1941.

<sup>121</sup> Ibidem, p. 221.

<sup>122</sup> Para Roger Parry a publicidade nos jornais iniciou em 1657 com o primeiro anúncio de Café no *The Publick Adviser*. O termo “classificado” deriva dos primeiros jornais de agrupar os tipos de produtos ou

Nos Estados Unidos, os anúncios tiveram outra orientação, diferente da Europa ou do Brasil, onde os anúncios eram comercializados diretamente com o jornal e sua sede. Na América, devido ao crescimento das empresas varejistas e fabricantes e de suas intensas competições pelo mercado consumidor, surgiram especialistas em comunicação visual, o chamado agente publicitário. Esses profissionais organizariam a publicidade das empresas e compraria espaços nos jornais. Estes por sua vez, pagavam aos agentes 15% de comissão pela propaganda. Roger Parry conta a história de seu início:

... O primeiro caso ocorreu em 1841, quando certo Volney Palmer fundou American Newspaper Agency, na Filadélfia. Seu objetivo era vender espaço em nome dos jornais locais e criar para seus clientes peças publicitárias que chamassem atenção. Provavelmente o mais venerável nome em propaganda, J. Walter Thompson tenha despontado em 1864, quando J. Walter pendurou sua tabuleta em Nova York propondo-se a vender espaço publicitário em revistas. Foi quem teve a ideia de separar o departamento de criação dos executivos da conta.<sup>123</sup>

Não se tem notícia de algo parecido no Brasil<sup>124</sup>. No entanto, é importante conhecer como eram desenvolvidos os grandes anúncios que saíam nos principais jornais do Rio de Janeiro no século XIX, uma vez que a propaganda existia, seja para a divulgação dos produtos, peças de teatros, recitais, palestras, conferências, chamamentos de investimentos, oferecimentos de serviços, contratação de trabalhadores, etc. Os grandes periódicos se beneficiavam com os anúncios que lhes davam a prosperidade e a sobrevivência.

A análise realizada nos parágrafos acima sobre os periódicos de outros países visa demonstrar que no Brasil a imprensa estava vivendo no período anterior à República próximo as inovações e propostas da imprensa europeia, iniciadas na década de 1850, e que penetraram no Brasil a partir da década de 1870. A publicidade e a necessidade de se ter um maior público eram preocupações dos grandes jornais do período no Rio de Janeiro. Nessa busca estava a sobrevivência da imprensa-empresa e o poder que a divulgação da informação trazia. A *Gazeta de Notícias*, por exemplo, na década de 1880, vivia o seu momento mais importante.

O jornal *Gazeta de Notícias* foi fundado em 1875 por José Ferreira de Araújo, Manoel Carneiro e Elísio Mendes. O editor-chefe, nos anos iniciais, foi Manoel Carneiro,

---

serviços em colunas. - Vide: PARRY, Roger. *A ascensão da mídia: a história dos meios de comunicação de Gilgamesh ao Google*. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2012.

<sup>123</sup> PARRY, Roger. *A ascensão da mídia: a história dos meios de comunicação de Gilgamesh ao Google*. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2012, p.33.

<sup>124</sup> Para o pesquisador Juarez Bahia as agências de propagandas iniciaram suas atividades no Brasil a partir de 1913. - Vide: BAHIA, Juarez. *História da Imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 282.

posteriormente substituído por José Ferreira de Araújo. Esse dirigiu o jornal até o seu falecimento, em 1900. Não se falava do periódico sem falar de Ferreira de Araújo<sup>125</sup>. O jornalista Luiz Edmundo afirmou: “o primeiro ano do século [XX], Ferreira de Araújo, a quem a *Gazeta de Notícias* tanto deve, já não mais existe”.<sup>126</sup> Já Gondin da Fonseca, no seu longo trabalho sobre a imprensa do século XIX, assim o define: “foi um sujeito notável, um renovador. E seu jornal o *Gazeta de Notícias*, o melhor dos melhores, - onde França Junior e dezenas de outros cronistas cintilaram. Quintino [Bocayúva] admirava muito Ferreira de Araújo.”<sup>127</sup>

O que fazia a *Gazeta de Notícias* o “melhor dos melhores”<sup>128</sup> era a atração dos literatos para o jornal. Através de uma boa remuneração, permitia-se que esses intelectuais pudessem viver de seus escritos, ou, ao menos, melhorarem seus orçamentos mensais. A estratégia editorial do periódico era de levar ao público a literatura e os folhetins nacionais e estrangeiros. Escreveram no jornal literatos como Eça de Queiroz, Machado de Assis, Coelho Neto, Guilherme de Azevedo, José do Patrocínio, Pinheiro Chagas, Ramalho Ortigão, França Júnior, Joaquim Serra, Valentim Magalhães, Raul Pompeia, entre outros.<sup>129</sup>

José do Patrocínio iniciou como jornalista na *Gazeta de Notícias*, com o incentivo de Ferreira de Araújo. Quando saiu do jornal, devido a seus excessos na defesa da Abolição, adquiriu, com o apoio do sogro, a *Gazeta da Tarde*. Logo, esse passou a ter a *Gazeta de Notícias* como referência, por ser um jornal literário e com preço baixo. José do Patrocínio atraiu para a sua folha literatos como Olavo Bilac, Coelho Neto entre outros<sup>130</sup>. O periódico<sup>131</sup> foi o quarto jornal da cidade, com tiragem de 12 mil exemplares.

<sup>125</sup> Nas edições da década de 1950 da *Gazeta de Notícias* constava, na primeira página, que o fundador do jornal era Ferreira de Araújo.

<sup>126</sup> EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003, p. 567.

<sup>127</sup> FONSECA, Gondin da. *Biografia do jornalismo carioca (1808-1908)*. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1941, p. 221.

<sup>128</sup> Ibidem.

<sup>129</sup> ASPERTI, Clara Miguel. *A vida carioca nos jornais: Gazeta de Notícias e a defesa da crônica*. São Paulo: Revista Contemporânea, nº 7, p. 45-55, 2006.

<sup>130</sup> ALVES, Uelinton Farias. *José do Patrocínio: a imorredoura cor de bronze*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

<sup>131</sup> Maria Tereza de Mello enumera que vários jornais seguiram a estratégia da *Gazeta de Notícias*, como: *Cidade do Rio de Janeiro* (2º jornal de José do Patrocínio), *Novidades* (São Paulo) e o *Diário Mercantil* (Pernambuco). - Vide: MELLO, Maria Tereza Chaves. *A república consentida*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.

Para Humberto Machado a *Gazeta de Notícias* era o jornal mais vendido na década de 1880: “... Em 1881, era o seguinte: Jornal do Comércio – 12.000; Gazeta de Notícias – 22.000; O Cruzeiro – 7.000; Gazeta da Tarde – 5000”.<sup>132</sup> A *Gazeta da Tarde* passou a ter a tiragem de 12 mil exemplares no ano de 1884<sup>133</sup>.

Olavo Bilac, em um depoimento, mostra a importância da *Gazeta de Notícias* para sua vida:

Escrevendo este nome [*Gazeta de Notícias*], revivo muitos anos de minha mocidade. Este nome e estas velhas laudas vêm lembrar-me o tempo em que, desconhecido e feliz, com o cérebro e o coração cheios de esperança e versos, eu parava muitas vezes naquela feia esquina da travessa do Ouvidor, e quedava a namorar, como olhos gulosos, a duas portas estreitas da velha Gazeta, que para a minha ambição literária, eram as duas portas de ouro da fama e da glória. (...) escrever na Gazeta; ser colaborador da Gazeta; ser de casa, estar ao lado de gente ilustre que lhe dava brilho – que sonho!

Não era, pois, o desejo de ganhar dinheiro que me impelia para a Gazeta (...). Os da casa, os que a dirigiam e serviam – esses já não me causavam tanta inveja. Mas os cortejadores íntimos, os convidados frequentes, os colaboradores regulares – que invejáveis! Como eu silabava os seus nomes Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão, Alberto de Oliveira, tantos outros... Quando as minhas mãos abriam a Gazeta (...) eu imaginava tocar um ídolo (...) incensado pela admiração e pelo aplauso de um milhão de homens.

É que a Gazeta daquele tempo, a Gazeta de Ferreira de Araújo, era a consagradora excelência.<sup>134</sup>

O periódico também era conhecido pela sua neutralidade, pois fugia de ter posição política partidária. O jornalista e político Alcindo Guanabara, em um artigo que faz uma crítica ao livro de Felisbello Freire, *História Constitucional da República do Estado Unidos do Brasil*, fala da importância da imprensa na propaganda e vitória da República em 1889. O livro de Felisbello Freire, de 1894, procurava explicar porque o país mudou a forma de governo. Para ele, era devido a causas econômicas (o déficit das contas do Império e a escravidão), políticas (a centralização e o parlamentarismo) e sociais (forças armadas e imprensa). No entanto a imprensa, estudada por Freire, era a republicana. Esta imprensa, segundo Freire, fora a responsável pelo crescimento da aceitação da República. Alcindo Guanabara (1865-1918), ex-proprietário do jornal *Novidades* (1887-1892), Deputado Federal e Senador da República, discordava dessa interpretação. Para ele, essa imprensa

<sup>132</sup> MACHADO, Humberto. *Palavras e Brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. Niterói: Editora da UFF, 2014, p.137.

<sup>133</sup> ALVES, Uelinton Farias. *José do Patrocínio: a imorredoura cor de bronze*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

<sup>134</sup> OLAVO BILAC. Apud: MELLO, Maria Tereza Chaves. *A república consentida*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007, p. 77.

republicana fora insuficiente para definir a vitória da República. Segundo a interpretação de Guanabara:

Aqui, porém, ha uma lacuna que inquina de parcialidade o julgamento sobre a acção da imprensa. Tenho para mim que a imprensa confessadamente republicana pouca influencia exerceu na propaganda da idéa. Por muitos annos, raros jornaes que tai se confessavam, eram, por via de regra, jornaes de academia, redigidos por estudantes, de vida por conseguinte ephemera e de influencia limitadissima. Aqui, na capital, a imprensa não tinha, por assim dizer, vida popular: era o reinado inconteste e absoluto do *grande órgão*, como a *blague*, que aliás constava um facto verdadeiro, appellidou por muito tempo o *Jornal do Commercio*. Nas províncias medravam apenas os órgãos sustentados pelas influencias dos dous partidos constitucionaes e nas suas columnas não se discutiam senão as questiúnculas de puro interesse partidario. N'esse periodo, que vai até depois de 1875, a acção da imprensa quer na propaganda da nova orientação do ensino superior, quer na disseminação da idéa republicana foi nula ou quasi nula. Reinava a paz em Varsovia... A acção da imprensa n'este terreno data da implantação dos jornaes populares, data do apparecimento da *Gazeta de Noticias*, que tomou o seu lugar definindo-se "imprensa neutra", isto é, indifferente e alheia ás questões dos dous partidos constitucionaes que eram o campo exclusivo da atividade jornalística. D'esse ponto de partida, a sua acção assumiu dous caracteres: quebrou os moldes convencionaes do dogmatismo solemne da imprensa da época, abrindo assim caminho no seio das massas populares e atacou as instituições agindo como um elemento dissolvente. Em pouco tempo, todos os jornaes que aqui se fundaram revestiram a mesma fórma; e em virtude da influencia decisiva d'esta capital, a pouco e pouco os jornaes provincianos foram perdendo os velhos tons solemnes com que se debatiam nomeações de subdelegados, e toda a imprensa deste paiz proclamou-se neutra.<sup>135</sup>

O jornalista Alcindo Guanabara demonstrou a importância da *Gazeta de Notícias* por ser referência da “imprensa neutra”, e com isso, os leitores ficavam livres para acreditarem no tom da verdade que ela passava a impor. O jornal não tinha partido, não tinha lado, propunha ser verdadeira. Essa passava a ser em prol de todos e da nação. Alcindo Guanabara, então, explica como essa neutralidade passou a ser aplicada:

Durante um certo período, essa neutralidade traduziu-se pelo ataque a todos os partidos, a todas as instituições e a todos os homens publicos, ataque cuja fórma era a indifferença bonacheirona de quem não vê nas cousas sérias senão a face que faz rir. Concurrentemente com essa acção, releva destacar a da imprensa illustrada. Nos dias que atravessamos, é curioso folhear as collecções da *Revista Illustrada*: não houve quem escapasse ao ridiculo vibrado pelo lapis, nem sempre subtil, de seu desenhador. Todos os aspectos da vida politica ou administrativa, todos os homens, desde o mais obscuro subdelegado até o imperador, eram expostos inexorável á risota da galeria. Iam-se, destarte, desthronando a tradição, dissolvendo o respeito publico, alluindo as instituições...<sup>136</sup>

Alcindo Guanabara diferente de Afonso Celso Junior e do próprio Felisbello Freire demonstra que o crescimento e vitória do movimento republicano estavam nos periódicos produzidos pelas imprensas-empresas. Essas tinham como premissa a neutralidade, e

<sup>135</sup> ALCINDO GUANABARA. Apud: FREIRE, Felisbello. *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Aldina, 1894, p. XXIII. (Mantivemos a grafia original)

<sup>136</sup> Ibidem, p. XXIV. (Mantivemos a grafia original)

devido a isso lhes permitiam atacar todas as instituições do império, partidos e homens públicos. Tais agressões deixavam o público leitor pensar que a solução seria a República, pois a mesma não era confrontada ou agredida. Nesse sentido a imprensa “neutra” acabava assumindo uma posição.

A pesquisadora Andrea Pessanha comenta que o jornal *O Paiz* se declarava um periódico “neutro”, o que era contestado pelos seus pares, devido às posições que assumia e, sobretudo, pela presença do editor-chefe Quintino Bocayúva, líder do Partido Republicano. Para Pessanha, a neutralidade proposta pelos jornais era uma estratégia de venda e, com isso podiam alcançar um público maior.<sup>137</sup>

O depoimento de Alcindo Guanabara nos expõe que a neutralidade não era só uma estratégia de venda, mas que o público leitor aceitava e consumia os jornais e revistas como tal. Os jornais neutros, por serem sem partido, relatavam a “verdade” e buscavam a melhoria do país. A pesquisadora Marialva Barbosa concluiu que por se propor “neutro” tornavam os jornais e os jornalistas donos da verdade<sup>138</sup>. Por isso podiam criticar e desconstruir a política imperial e o Imperador. Nesse caminho, a *Gazeta de Notícias* foi um dos principais periódicos.

---

<sup>137</sup> PESSANHA, Andrea Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição*. Rio de Janeiro de 1884-1888. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2006.

<sup>138</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Maud X, 2010, p. 145-150.

## CAPÍTULO II- A Gazeta de Notícias na Abolição da escravidão e Pós-Abolição.

### 2.1- Ferreira de Araújo e a Gazeta de Notícias.

Qualquer pessoa que passe pelo Passeio Público, no centro da cidade do Rio de Janeiro, verá na grama, entre arbustos e árvores, um pequeno busto de bronze. Nele encontrará uma inscrição com o nome de “Jornalista Ferreira de Araújo”. Essa escultura de Rodolfo Bernardelli foi inaugurada nessa praça em 1912<sup>139</sup> em homenagem ao jornalista e proprietário do jornal *Gazeta de Notícias*. O periódico, nessa época ainda era um jornal de grande influência junto ao público leitor do Distrito Federal e do Estado do Rio de Janeiro.

Quando foi inaugurado o busto, Ferreira de Araújo havia falecido há 12 anos. Em seu enterro compareceram dois Senadores, vários Deputados Federais e um representante do Presidente da República, Campos Sales. O jornalista e Senador Ruy Barbosa fez o discurso de homenagem em seu túmulo. Todos os jornais da cidade do Rio de Janeiro lhe renderam homenagem. O editorial necrológico da *Gazeta de Notícias* assim descreveu:

Durante 25 anos em que ele dirigiu esta folha em todas as questões políticas e sociais, passando por todas as crises que a alma nacional atravessou, numa quadra de transformações e de indecisões, nunca nenhum jornalista, nenhum escritor tendo a disposição este instrumento – o jornal – o excedeu, nem na luta pelos princípios que defendia, nem soberana independência com que nela se mantinha.<sup>140</sup>

Ao longo de sua carreira Ferreira de Araújo fez críticas às figuras políticas importantes do Império. Como os ministros, o Imperador e os políticos-jornalistas que procuravam a mudança da forma de governo, o republicano Quintino Bocayúva e o liberal-republicano Ruy Barbosa. Esses dois jornalistas puderam, com a queda do Império, alcançar os postos no governo e na política que tanto almejavam. O jornalismo foi o instrumento para alcançarem seus objetivos, cargos e reconhecimento social. Araújo

---

<sup>139</sup> É provável que esse busto tenha sido oferecido à cidade pela *Gazeta de Notícias*, pois em 22 de agosto de 1901, primeiro aniversário de morte de Ferreira de Araújo, foi inaugurado o busto de Araújo na redação do periódico oferecida pelo escultor Rodolfo Bernardelli.

<sup>140</sup> *Gazeta de Notícias*, 22 de agosto de 1900, p.1.

trilhou um caminho diferente, talvez o único<sup>141</sup>, o de posicionar o seu jornal de forma “imparcial” e não ter benefícios nos governos republicanos<sup>142</sup>.

Para ele, o jornalismo não era um meio nem de fazer carreira política ou literária, nem puro industrialismo<sup>143</sup>: era o posto que ele havia escolhido com melhor e o mais adequado a sua índole e as suas tendências, para servir os legítimos e os grandes interesses de sua pátria, com a coragem de um forte e altivez que emana da força da própria consciência.

(...) Nasceu jornalista e jornalista morreu.

Não foi, não quis e nada mais queria ser.<sup>144</sup>

Quintino Bocayúva e Ruy Barbosa são os exemplos acabados da apreciação do editorial da *Gazeta de Notícias*. Ambos foram críticos mortais do Imperador e dos políticos do Império e, com a mudança da forma de governo, tornaram-se os primeiros Ministros e, posteriormente, Senadores. A República, para ambos, representou uma ascensão social e econômica<sup>145</sup>.

Ferreira de Araújo inaugurou o jornal *Gazeta de Notícias* em 2 agosto de 1875 com o objetivo do veículo, noticiar, levar literatura e neutralidade. Em sua edição inaugural o periódico estabelecia: “Além de um romance, a *Gazeta de Notícias* todos os dias dará um folhetim de atualidade. Artes, literatura, teatros, modas, acontecimentos notáveis, de tudo a *Gazeta de Notícias* se propõe trazer ao corrente os seus senhores”<sup>146</sup>. Em outra nota, na mesma página, estabelece sua proposta de neutralidade: “Não sendo a *Gazeta de Notícias* folha de partido apenas tratará de questões de interesse geral, aceitando nesse terreno o concurso de todas as inteligências que quiserem utilizar das suas colunas”<sup>147</sup>.

<sup>141</sup> Max Leclerc, correspondente francês no Rio de Janeiro, em 1889, assim descreveu Ferreira de Araújo: “O dr. Araújo é um excelente jornalista; julga homens e coisas com condescendente ironia; escreve com precisão, elegância e sobriedade raras; coloco-o nessa elite de brasileiros muito cultos, muito superiores e a seus concidadãos. (...). Talvez seja o único, em seu jornal e no seu país, a ter uma ideia justa da verdadeira missão do jornalista, mas, sozinho, não conseguirá levar a cabo a tarefa”. – Vide: MAX LECLERC. Apud: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad, p.253.

<sup>142</sup> Marialva Barbosa observa que os donos dos jornais e os jornalistas tinham nos governos republicanos acesso a cargos e posições de destaque. Entretanto, em 1901 a *Gazeta de Notícias* fechou vultosos contratos com a Prefeitura do Rio de Janeiro para publicações dos atos oficiais. A autora identificou que o periódico com esses contratos aumentou seus lucros, não mais preso a venda avulsa e os anúncios. – Vide: BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público*. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 1996, p. 68.

<sup>143</sup> O termo “industrialismo” que o editorial se refere é a busca pelo lucro financeiro por um jornal, ou seja, vender o máximo possível de exemplares e anúncios. – Vide: FONSECA, Gondin da. *Biografia do jornalismo carioca (1808-1908)*. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1941.

<sup>144</sup> *Gazeta de Notícias*, 22 de agosto de 1900, p.2.

<sup>145</sup> NEEDEL, Jeffrey. *Belle époque tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>146</sup> *Gazeta de Notícias*, 2 de agosto de 1875, p. 1.

<sup>147</sup> Ibidem.

O periódico trilhava o caminho do *Diário de Notícias*, lançado em 1870, com o preço de 40 réis. Embora com uma grande venda, não conseguiu se sustentar e fechou as portas, pois não tinha uma tipografia própria. Ferreira de Araújo, médico de formação, participou dessa experiência, no *Diário de Notícias*, como escritor de uma coluna sobre cuidados de higiene<sup>148</sup>.

Ferreira de Araújo formou-se em medicina em 1865. Aos 19 anos, foi médico da Santa Casa de Misericórdia e do Hospital Militar do Andaraý, onde tratou dos feridos da Guerra do Paraguai. Trabalhou também na clínica médica da colônia italiana da Corte, e pelos bons serviços foi condecorado Cavaleiro da Real Ordem da Coroa Italiana.<sup>149</sup>

Após a experiência no *Diário de Notícias* colaborou no jornal *Mosquito*, jornal caricato e crítico, e no *Guarany*, folha ilustrada e literária, artística, noticiosa e crítica.<sup>150</sup> Após esses experimentos, junto com os editores Manuel Carneiro e Elísio Mendes e com os redatores Henrique Chaves e Lino de Assunção, fundaram o jornal *Gazeta de Notícias*. Vendido a 40 réis, o periódico era inovador na sua distribuição, passou a ser distribuído onde estava o leitor: nas ruas, esquinas, barcas, trens, estações ferroviárias, bondes, etc. O periódico nascia já com uma tipografia própria na Rua Sete de Setembro nº 70, a antiga residência dos pais de Ferreira de Araújo.

Rapidamente o periódico se tornou um sucesso, alcançando uma tiragem de 12 mil exemplares e, posteriormente, 24 mil. A *Gazeta de Notícias* propunha-se a ter uma linguagem leve e moderna, com artigos e notícias sem o peso estilístico dos concorrentes.

Não temos com isso a pretensão, nem de encorajar os inteligentes e virtuosos, porque não precisamos disso, nem corrigir os maus, por que não somos palmatoria do mundo. Nossa preocupação é simples: o que pensamos e sentimos, se o que somos.<sup>151</sup>

A *Gazeta de Notícias* para seus contemporâneos era um jornal literário e “neutro”, pois atraiu para suas folhas os melhores literários do Império. José Veríssimo, em 1900, dá um importante testemunho sobre o jornal.

Jornal barato, popular, livre de compromisso partidário ou semelhante, e também o jornal fácil de fazer, (...). Escritores dos mais estimados, e realmente distintos, do tempo, dando as

<sup>148</sup> *Gazeta de Notícias*, 22 de agosto de 1900, p.2.

<sup>149</sup> Ibidem.

<sup>150</sup> SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. Vol. 4.

<sup>151</sup> *Gazeta de Notícias*, 2 agosto de 1875, p.1.

suas colaborações e conceitos, a sua espirituosa, a sua variedade e leveza a fizeram popular.<sup>152</sup>

A existência de dois folhetins, na página um e dois, e colunas redigidas por escritores como Machado de Assis, Ortigão e outros, levariam um observador a avaliar o com um perfil mais literário. No entanto, com a leitura contínua do periódico, essa percepção cai por terra. A política e a análise da sociedade do Império eram frequentes nas crônicas e colunas da *Gazeta de Notícias*. O tema político ocupava cerca de 30% do jornal com colunas como: “Cousas Políticas”, “Tellegramas”, “Boletim Parlamentar”, “Diário das Câmaras”, “Chronica da Semana” e as cartas-artigos da página três.

Ana Flavia Cernic Ramos estudou a *Gazeta de Notícias* na década de 1880, especificamente duas colunas do jornal: “Cousas Políticas”<sup>153</sup> e “Balas de Estalo”<sup>154</sup>. A primeira era escrita pelo editor-chefe Ferreira de Araújo e a segunda era uma obra coletiva. Essa era assinada por vários cronistas que utilizavam pseudônimos: Lulu Senior (Ferreira de Araújo), Mercutio e Blick (Capistrano de Abreu), Zig-zag e José Tesourinha (Henrique Chaves, editor da *Gazeta de Notícias*), Lélío (Machado de Assis), José do Egito (Valentim Magalhães), Decio e Publicola (Dermeval da Fonseca, jornalista da *Gazeta de Notícias*), Confúcio, Ly, João Bigode, Carolus e Farina<sup>155</sup>. A autora observa que o tema político era majoritário na coluna “Balas de Estalo”, escrita sempre com ironia e deboche, mas com muita inteligência. No entanto, na coluna “Cousas Políticas” Ferreira de Araújo utilizava mais a moderação na crítica aos políticos e na atividade política.

Para melhor exemplificar essa moderação é necessário que uma comparação entre alguns temas discutidos nessa coluna [Cousas Políticas] e em “Balas de Estalo” seja feita. O tema da monarquia dá destaque à forma diversa como Lulu Sênior e Ferreira de Araújo trataram os mesmos assuntos. “Balas de Estalo” sempre foi bastante contundente em suas críticas ao imperador e à monarquia. Ao longo do ano de 1883, os narradores da série, e principalmente Lulu Sênior, criticaram o caráter autoritário do imperador, a falta de coerência de algumas suas decisões políticas e, principalmente, o uso do Poder Moderador. Ora tido como despótico, ora como apenas um “joguete político” nas mãos do Senado e do Conselho de Ministros, o imperador foi também ridicularizado por seus rituais – com a Fala do Trono que, segundo Lulu Sênior, era apenas um “carnaval” que dava início à Sessão Legislativa, e por sua intelectualidade, que para os cronistas era superficial e

<sup>152</sup> JOSÉ VERÍSSIMO. Apud: RIBEIRO, Lavina Madeira. *Imprensa e espaço público: a instituição do jornalismo no Brasil 1808-1964*. Rio de Janeiro: e-paper, 2004, p.122.

<sup>153</sup> Coluna de autoria de Ferreira de Araújo existiu na *Gazeta de Notícias* até 1896, quando ficou doente, e sua contribuição para o jornal passou a ser esporádica.

<sup>154</sup> Coluna apareceu na *Gazeta de Notícias* de 1883 a 1886.

<sup>155</sup> RAMOS, Ana Flavia Cernic. *Ferreira Araújo nas “Balas de Estalo” e nas “Cousas Políticas” da Gazeta de Notícias: imprensa, modernidade e neutralidade*. São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2011.

ornamental. No caso de Lulu Sênior, as críticas ainda iam mais longe. Crítico ferrenho dos padres e da união entre Igreja e Estado, este narrador utilizou-se de muitas de suas crônicas para apontar o quanto a monarquia estava vinculada à religião e como isso poderia afetar o desenvolvimento do país.<sup>156</sup>

A autora observa que Ferreira de Araújo utilizava a proteção do pseudônimo para fazer críticas mais agressivas contra o Imperador, a política e a sociedade imperial. Já em sua coluna “Cousas Políticas”, ele era mais moderado. Tal ambiguidade, para Ana Flávia Ramos, foi favorável para o jornal, já que se tornou um dos mais vendidos da Corte.

O que é certo é que “Balas de estalo” se constituiu como um espaço de ataques recorrentes à Monarquia e à religião oficial. E a “neutralidade política” da *Gazeta* torna-se bastante vulnerável se pensarmos que foi justamente este espaço de confronto direto que se tornou um dos mais lidos do jornal.<sup>157</sup>

Os pseudônimos representavam uma estratégia utilizada no século XIX. Ferreira de Araújo utilizava os seguintes: “Lulu Senior”, “João Telha” e “F. A”. Os pseudônimos tinham dupla função, a de proteger o emissor de suas opiniões e críticas aos poderosos e de ser um recurso literário. Um jornalista ou cronista podia escrever em vários jornais com opiniões diferentes. Segundo Ana Flávia Ramos, sobre o uso do pseudônimo nos fins do século XIX:

Para Chalhoub, Neves e Pereira, um dos grandes exemplos da elaboração narrativa das crônicas está na “cuidadosa escolha dos pseudônimos”, artifício comum entre os cronistas brasileiros da segunda metade do século XIX. Segundo os autores, Coelho Neto cronista da virada do século, em entrevista dada em 1912, ao jornal *Gazeta de Notícias* afirmava que o pseudônimo “não era bem disfarce, uma máscara”, mas constituía-se em uma “cuidadosa opção narrativa adotada pelo autor em cada uma das séries”. O pseudônimo, dessa forma, adequar-se-ia ao “assunto e à preocupação da época”, marcando “épocas diferentes, verdadeiros períodos da vida literária de um autor”. “Mais do que um escudo”, concluem os autores, os pseudônimos era fruto de uma elaboração literária, ...<sup>158</sup>

Já Lavina Madeira Ribeiro<sup>159</sup> observa que o pseudônimo permitia que um jornalista pudesse variar de opinião e trabalhar em vários jornais com linhas editoriais diferentes. Para exemplificar, observou a experiência de Carlos Laet que, no ano de 1889, trabalhou na *Tribuna Liberal* do Visconde de Ouro Preto, e assinava o folhetim “Microcosmo” no *Jornal de Commercio*. Em 1889, com o fechamento da *Tribuna Liberal*, levou o

<sup>156</sup> RAMOS, Ana Flavia Cernic. *Ferreira Araújo nas “Balas de Estalo” e nas “Cousas Políticas” da Gazeta de Notícias: imprensa, modernidade e neutralidade*. São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2011, p. 8.

<sup>157</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>158</sup> RAMOS, Ana Flavia Cernic. *As Máscaras de Lúlio: ficção e realidade nas “Balas de estalo” de Machado de Assis*. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 2010, p. 30.

<sup>159</sup> RIBEIRO, Lavina Madeira. *Imprensa e espaço público: a instituição do jornalismo no Brasil 1808-1964*. Rio de Janeiro: e-paper, 2004.

“Microcosmo” para *O Paiz*. Ou seja, o pseudônimo era uma proteção para o salário e o emprego.

No estudo da *Gazeta de Notícias*, nos anos de 1888 e 1889, observamos que o recurso do pseudônimo era muito utilizado pelos jornalistas e pelos autores das cartas-artigos. Nesses artigos dos leitores, a crítica aos governos do Império, províncias e municípios era a prática comum. Encontravam-se, também, elogios ao Imperador e às decisões dos governos. Nessas cartas-artigos, quase não havia assinaturas reais, mas sim pseudônimos como XXX, +++, ++, Porthos, Conservador Arrependido, Lavradores, Decio, Assinante do economista, etc. Tais escritores eram recorrentes nas folhas da *Gazeta*. Mais do que um recurso literário, esses escritores buscavam a proteção para suas opiniões e críticas.

Esses autores desenvolviam verdadeiros estudos compostos por várias partes, na página três da *Gazeta de Notícias*. Por exemplo o pseudônimo “Assinante do economista” desenvolveu um estudo que durou dois meses, pois apoiava as medidas econômicas do Visconde de Ouro Preto da expansão da moeda feita por bancos privados. Ferreira de Araújo mostrava preocupação com essa medida, pois embora fosse necessária para tirar os lavradores de situação difícil que se encontrava, pela falta de moeda para pagar os salários dos trabalhadores, poderia fazer surgir empresas de fachada para obter dinheiro emprestado e não pagar os empréstimos, levando em curto espaço de tempo o Império para uma crise econômica. Em 1889 o “Assinante do economista” iniciou uma série criticando os artigos de Araújo, em “Cousas Políticas”, sendo publicada na página três. Com a repercussão das cartas-artigos do “Assinante do economista”, seus artigos se deslocaram para a página dois e em algumas edições passaram para a página um. Não nos foi revelado o autor ou autores desses artigos, mas demonstra que a *Gazeta de Notícias* sabia tirar proveito dessas cartas-artigos espontâneas e pagas.

As cartas-artigos, às vezes, eram simples reproduções de artigos de outros jornais, da Corte ou de São Paulo, sendo muito comum réplicas de reportagens da própria *Gazeta de Notícias*, onde o atingido se manifestava respondendo as questões levantadas pelo jornal. Os Presidentes do Conselho nunca se manifestaram nessas colunas, mas órgãos do Estado apareciam nas edições, com certa periodicidade. Tal procedimento dava mais legitimidade ao periódico e a sua proposta de neutralidade.

A pesquisadora Lavina Madeira Ribeiro considera que a *Gazeta de Notícias* com sua proposta popular e com seu formato, iniciou o aumento dos leitores na Corte. Para ela o espaço público tem sua ampliação mais significativa no século XIX:

A noção de “imprensa popular” tem, neste jornal [*Gazeta de Notícias*], a sua primeira formulação mais acabada. Neste momento, ela se define por oposição ao discurso “sisudo”, longamente opinativo e analítico do jornalismo político, reconhecido então como a mais legítima forma de manifestação pública. (...) a noção de “popular” parece indicar neste estágio é o prenúncio do início de longo processo incorporação de setores novos da população brasileira no circuito de interatividade pública, sob condições e com expectativas, entretanto muito distantes do que até configurou-se com a estrutura e finalidade prática no país.<sup>160</sup>

A leitura da *Gazeta de Notícias* nos anos de 1888 e 1889 nos permite constatar que o periódico tinha leitores-consumidores em uma área bem mais ampla que somente a Corte como em Niterói, Itaboraí, Maricá, Macaé, cidades do entorno da Cidade do Rio de Janeiro e municípios do Vale do Paraíba e do sul de Minas Gerais. Esta análise nos permite romper com a dúvida de quais seriam os leitores dos jornais da Corte, pois nesse período tinha sido criado mais de 100 títulos<sup>161</sup>. O dado é surpreendente para uma população alfabetizada de 200 mil<sup>162</sup>, entre mulheres e crianças, ou seja, elas eram leitoras e não consumidoras. Podemos, então, propor que os leitores-consumidores desses títulos e, sobretudo, da *Gazeta de Notícias* estavam dispersos pela Corte, pelas cidades da província do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

A importância da *Gazeta de Notícias* no fim do século XIX era ressaltada a todo o momento. No Parlamento, os jornalistas da imprensa “neutra” eram convocados para tirarem dúvidas sobre os discursos, e os políticos escolhiam o periódico para defender suas ideias e se comunicar com os seus eleitores.

Em uma carta-artigo, sobre a criminalidade no município do Rio de Janeiro, o Dr. Pires de Almeida, questionava os dados sobre homicídios que causavam preocupação na população. Ele creditava à imprensa o pânico que havia se instalado na cidade. A sua crítica apresenta um papel importante da imprensa na sociedade.

<sup>160</sup> RIBEIRO, Lavina Madeira. *Imprensa e espaço público: a instituição do jornalismo no Brasil 1808-1964*. Rio de Janeiro: e-paper, 2004, p.122.

<sup>161</sup> FONSECA, Gondin da. *Biografia do jornalismo carioca (1808-1908)*. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1941.

<sup>162</sup> A taxa de alfabetização da cidade do Rio de Janeiro era de 50% da população. – Vide: MACHADO, Humberto. *Palavras e Brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. Niterói: Editora da UFF, 2014, p. 114.

... É por meio dela [Imprensa] que se doutrinam os povos e se propagam as ideias e conquistas da ciência; é ainda por meio dela que se corrigem os desacertos do governo e se encaminha o fiel cumprimento do mandato que delegou a nação. Finalmente, nos países civilizados, onde os poderes supremos, monárquicos ou não formam a trindade dirigente, a imprensa constitui um quarto poder completamente livre, posto no centro daqueles outros como mantenedor do equilíbrio que ele deve reinar.

Entretanto, essa mesma imprensa, nos países novos, que podem ser considerados ainda ensaiando os primeiros passos na estrada da civilização, oferece sérios perigos, quando em vez de discutir as questões políticas ou sociais de interesse geral, mesmo repassadas de certa paixão de que aliais deverá ser isenta para conservar-se no papel instrutivo e moralizador, dá mais importância do que merece a relação dos fatos locais, rixas e disputas tão frequentes nos centros populosos, ou esmiuçando demasiado, e as vezes dramaticamente, a narração de crimes, agita interesses partidários, e desvaira a opinião pública.<sup>163</sup>

Esse artigo é importante, pois demonstra a visão de parte da sociedade do século XIX sobre a imprensa. A imparcialidade deveria ser o papel principal para o bom andamento do país. Desta forma ela deveria ser neutra, para fugir das rixas e disputas partidárias e políticas.<sup>164</sup>

Ferreira de Araújo, em sua coluna, *Cousas Políticas*, procurava manter neutralidade. Em alguns momentos criticava os demais jornais “neutros” por defenderem ideias de partido. Para ele esse posicionamento político deveria ser esclarecido para o leitor. No ano de 1889, essa cobrança pelo posicionamento político ficou mais pesada devido à discussão sobre a República, que crescia no seio da sociedade, ou parte dela.

Nos anos de 1888 e 1889, os jornais e jornalistas passaram a tomar posição na imprensa, ainda que a contragosto. Com Ferreira de Araújo isso aconteceu com a chegada de Ruy Barbosa ao *Diário de Notícias*. Esse jornal havia passado por uma reestruturação, sendo vendido para um novo proprietário, que convidou Barbosa para assumir a função de editor-chefe. Esse direciona o jornal para uma crítica mortal ao Império, à Princesa e a D. Pedro II. Araújo, em sua coluna, defendia o gabinete de João Alfredo e a Princesa Isabel que, para ele, tinham uma importância histórica por fazerem a Abolição. Esse confronto de ideias fez com que Araújo tomasse uma posição, nesse caso escrita. Segundo o trecho abaixo:

Quanto às nossas ideias políticas nunca manifestadas, por isso apenas temos manifestado as nossas tendências republicanas, é esse mais um ponto relativo nesta negregada imprensa neutra, cuja discussão alongaria por demais este artigo. Basta-nos dizer por ora, que não inquirimos do partido político a que se filia o *Diário de Notícias*, mas d’aquela a que

163

*Gazeta de Notícias*, 17 de maio de 1889, p.3.

164

Os artigos desse autor não se repetiram, mas é bastante instrutivo.

pertence o Sr. conselheiro Ruy Barbosa. É que a imprensa neutra, que nós encontramos e a que nos filiamos, era e é dirigida por homens que renunciaram a qualquer posição na vida política do país; que entendem que só assim se justificam de aplaudir ou reverberar atos, que partam deste ou daquela situação, desta ou outra forma de governo; por isso estranhemos que homens que têm uma responsabilidade partidária, e que gozam das vantagens que o partido lhes confere, embora sofram os dissabores, levem mais longe que nós a liberdade de crítica, e cheguem num momento dado a servir-se das armas de que habilmente se servem os adversários.<sup>165</sup>

O jornalista Ruy Barbosa era membro do Partido Liberal, fora Deputado Geral pela província da Bahia, e no governo do Conselheiro Saraiva (1880-1882), foi o responsável pelo projeto de reforma da instrução pública no qual não foi aprovado pelo Parlamento.<sup>166</sup> Era um protegido do Senador Dantas. Ruy Barbosa fora também um dos artífices da Abolição. Para o pesquisador Eduardo Silva, esse político formulara a tese de que o escravismo no Brasil era ilegal, pois não obedecia à Lei de 1831, que proibía o tráfico de escravos. Logo, os escravos que foram introduzidos no Brasil, a partir de 1831, eram homens livres. A Confederação Abolicionista, seguindo essa tese, usava o slogan “a escravidão é um roubo”<sup>167</sup>.

Após a Abolição dos escravos, Ruy Barbosa assumira uma crítica mais pesada à Monarquia, defendendo uma federalização do Império.<sup>168</sup> Embora não assumidamente, a República era o seu objetivo. Na *Gazeta de Notícias*, Ferreira de Araújo, após a mudança editorial do *Diário de Notícias*, foi levado a confessar que tinha uma “tendência republicana”<sup>169</sup>.

O caso não era de estranhar, em cada órgão da imprensa neutra, há tendências manifestadas para este ou aquele quando de ver as questões políticas. E assim que o *Jornal do Commercio*, o patriarca da tribo, é o defensor efetivo da ordem, do respeito à autoridade, assim a *Gazeta de Notícias* essencialmente neutra, sempre teve tendências republicanas. O *Novidades* é um jornal neutro, mas não há de negar que sua felicidade política depende do grupo conservador que caiu do poder em março do ano passado.

Mas a *Tribuna Liberal*, e particularmente um dos seus ilustres redatores tem particular ojeriza à imprensa neutra e partilha da opinião do estadista [argentino] que nos visitou; e que estranhou ao ver neste país partidos sem imprensa, e imprensa sem partidos. Hoje mesmo observando as coisas pela rama, no fez, já ele não poderia formular a bonita frase, porque os partidos têm imprensa.<sup>170</sup>

<sup>165</sup> *Gazeta de Notícias*, 8 de abril de 1889, p.1.

<sup>166</sup> SILVA, Leandro de Almeida. *O discurso modernizador de Ruy Barbosa (1879-1923)*. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009, p. 71-73.

<sup>167</sup> SILVA, Eduardo. *As Camélias do Leblon e abolição da escravatura*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

<sup>168</sup> SILVA, Leandro de Almeida. *O discurso modernizador de Ruy Barbosa (1879-1923)*. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

<sup>169</sup> *Gazeta de Notícias*, 8 de abril de 1889, p.3.

<sup>170</sup> *Gazeta de Notícias*, 1 de abril de 1889, p.1.

O mais Importante do trecho acima é a falta de dois jornais importantes desse período: *O Paiz*, que tinha como editor-chefe Quintino Bocayúva, o líder do Partido Republicano, e o jornal *Cidade do Rio*, que era de propriedade de José do Patrocínio. *O Paiz* se afirmava “neutro”<sup>171</sup>, embora todos, inclusive Ferreira de Araújo, o chamasse de republicano. Patrocínio colocou o seu jornal como defensor da Princesa e do Gabinete de João Alfredo. No entanto, com sua queda, aumentou a crítica ao governo de Ouro Preto e a Monarquia<sup>172</sup>.

As preocupações de Ferreira de Araújo não se concentravam só na política, mas na economia, no comportamento da sociedade imperial e na literatura. Augusto Sacramento Blake em seu levantamento literário do século XIX do Brasil nos orienta que Ferreira de Araújo além de cronista e editor-chefe da *Gazeta de Notícias*, escreveu as peças: “Filha Única”; “Os Médicos”; a comédia “Fagundes”; e “O primo Basílio”, uma comédia em homenagem à Eça de Queiroz. Ele também traduziu as peças: “Jonathan de Gondinet”, de Oswald e Geferd; e “Um chapéu de palha de Itália” de Theobaldo Ciconi.<sup>173</sup>

Ferreira de Araújo também participou como fundador e diretor da Sociedade Central de Imigração, instituição que defendia a imigração europeia e a pequena propriedade para o estrangeiro que se fixasse no país<sup>174</sup>. Araújo foi, também, incentivador de jovens artistas e pintores, oferecendo bolsas para estudarem no exterior<sup>175</sup>.

Não podemos classificar Ferreira de Araújo como representante dos setores médios, mas sim, como inserido no grupo da elite econômica carioca<sup>176</sup>. Ele também fazia parte das

<sup>171</sup> PESSANHA, Andrea Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição. Rio de Janeiro, 1884-1888. Tese de doutorado*. Niterói: UFF, 2006.

<sup>172</sup> ALVES, Uelinton Farias. *José do Patrocínio: a imorredoura cor de bronze*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

<sup>173</sup> SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. Vol 4.

<sup>174</sup> MESQUITA, Sérgio Luiz Monteiro. *A Sociedade Central de Imigração e a política imigratória brasileira (1883-1891)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

<sup>175</sup> *Gazeta de Notícias*, 23 de agosto de 1900, p.2.

<sup>176</sup> Nossa definição de “elite” está baseada na pesquisa Jeffrey D. Needel que ao estudar a cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1870 e 1914, propôs o seguinte conceito: “A elite (...) está identificada a uma definição mais ampla de poder – poder derivado da riqueza, ocupação e status social reconhecido, bem como da posição política e, mais comumente, poder derivado de uma combinação de todos estes fatores”. – Vide: NEEDELL, Jeffrey. *Belle époque tropical: sociedade cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 275.

campanhas e preocupações comuns dos intelectuais do último quartel do século XIX como: a forma e o tipo de imigração e a modernização do país. Seus artigos e posicionamento do jornal *Gazeta de Notícias* refletem essa busca e inquietação. Ao longo desse capítulo e do próximo aprofundaremos essa análise.

### 2.1.1- Tratamento visual e organização da *Gazeta de Notícias*.

As edições diárias da *Gazeta de Notícias* tinham o seguinte arranjo: de segunda a sábado, o periódico tinha 4 páginas; nas duas primeiras, havia notícias e folhetins, e na terceira página apareciam as cartas-artigos que os leitores enviavam para a sede do jornal, na quarta e última os anúncios. Essas cartas-artigos, da página 3, apresentavam os mais variados assuntos: relatos de cura pelo uso de determinado produto farmacêutico, reprodução de uma matéria de outro jornal (da cidade ou de outra província), denúncias, resposta à acusações de uma matéria que saiu na *Gazeta* ou em outro jornal, questionamento às leis ou propostas de leis do governo ou do Parlamento, campanha para candidatos do senado ou da câmara, crítica à economia, etc.

Essas cartas-artigos e o seu teor nos fazem crer que todas ou parte delas eram pagas<sup>177</sup>. Pensamos assim devido ao grande número de depoimento sobre produtos farmacêuticos, bem como longos textos, como, por exemplo, do cafeicultor do Vale do Paraíba, Joaquim José de Souza Breves, que criticava a abolição e a situação difícil que se encontrava com os libertos ingênuos e idosos que viviam em sua fazenda. Questionava quem arcaria com os custos desses libertos que não podiam se sustentar. Essa carta-artigo ocupou 3 colunas.<sup>178</sup>

Essas cartas-artigos são de extrema importância para se entender como o público leitor estava recebendo as transformações sociais e políticas no pós-abolição e antes da Proclamação da República. Vale ressaltar a preocupação na análise da documentação, pois as cartas foram selecionadas pelos redatores, editores e pelo editor-chefe.

<sup>177</sup> Na primeira página das edições do ano de 1875 vinha a seguinte informação: "As pessoas que trouxeram anúncios, ou quaisquer outros artigos para serem publicados na nossa folha, receberão um recibo da publicação, que lhes dará direito a indenização de qualquer quantia excedente ao preço da matéria publicada, conforme as condições estabelecidas nos mesmos recibos". – Vide: *Gazetas de Notícias*, 10 de setembro de 1875, p.1.

<sup>178</sup> *Gazeta de Notícias*, 14 de outubro de 1888, p.5.

A *Gazeta de Notícias* embora fosse reconhecida como um jornal literário e informativo, também tinha a política como um tema importante nas suas edições. O jornal sabia priorizar determinados eventos ou notícias através dos títulos, do tamanho dos artigos e da localização das notícias no jornal (página 1 ou 2). Uma notícia poderia utilizar uma, duas, três ou mais colunas. Os títulos dessas matérias chamavam a atenção do leitor e o tamanho do texto mostrava a sua importância. Por exemplo, ao longo do ano de 1888, o Imperador D. Pedro II estava de viagem à Europa, fato que era acompanhado todos os dias. Os títulos dos artigos eram pequenos e os textos curtos estavam localizados sempre na página 2 ou 3. Entretanto, em maio, com a abertura do ano legislativo e a possibilidade da decretação da Abolição, a notícia da viagem imperial passou para a primeira página e os textos ampliam-se, chegando a ocupar uma coluna.

A política era acompanhada diariamente, principalmente após a abertura dos trabalhos do Parlamento, em maio. Isso era feito através das colunas “Boletim Parlamentar”, “Diário das Câmaras”, “Telegrammas”, “Chronica da Semana” e “Cousas Politicas”<sup>179</sup>, também nas cartas-artigos, na reprodução avulsa dos discursos de um parlamentar e na reprodução de propostas de leis.<sup>180</sup>

O *Boletim Parlamentar* era uma coluna da *Gazeta de Notícias* publicada de terça-feira a domingo. Fazia uma resenha crítica dos atos e discussões políticas da Câmara dos Deputados Gerais e do Senado. O *Boletim* podia alcançar até três colunas do jornal e, em algumas situações, somente cinco linhas. Embora não tenha assinatura, identificamos ao longo da leitura dos artigos que o titular da coluna era o jornalista Demerval da Fonseca<sup>181</sup>.

O *Diário das Câmaras* era publicado de terça-feira a domingo, compunha-se de um resumo das discussões e discursos da Câmara de Deputados Gerais e do Senado. Também variava de tamanho de meia coluna a uma página inteira (oito colunas).

A *Chronica da Semana* era uma coluna de Demerval da Fonseca, publicada aos domingos. Nela se comentavam vários temas que aconteciam na semana como:

<sup>179</sup> Mantivemos a grafia original.

<sup>180</sup> É provável que sejam matérias pagas pelos parlamentares.

<sup>181</sup> Demerval da Fonseca tinha a formação em medicina como o Ferreira Araújo, no tempo de estudante foi colega de José do Patrocínio, que fez farmácia, juntos criaram o jornal *Ferrões* em 1875. Demerval da Fonseca após se graduar entrou para a *Gazeta de Notícias*, logo após trouxe José Patrocínio para o jornal. Patrocínio era o jornalista responsável por acompanhar os trabalhos do Parlamento para o periódico, após sua saída, Demerval foi o seu substituto. – Vide: ALVES, Uelinton Farias. *José do Patrocínio: a imorredoura cor de bronze*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

assassinatos, falta d'água, relações familiares e a política. O seu tamanho variava, podendo chegar a 3 colunas.

Já a coluna *Cousas Políticas*, publicada às segundas, apresentava a crônica da semana política. Era escrita pelo próprio editor-chefe, Ferreira de Araújo, embora não fosse assinada. Nela há sempre uma crítica à Monarquia, mas também há elogio aos governos, à Princesa Isabel ou ao Imperador.

Em 1888, a *Gazeta de Notícias* inaugurou um sistema de notícias de outras províncias do Império através de uma parceria com jornalistas dessas regiões. As matérias eram transmitidas por telegramas. Essas informações constavam na coluna “*Tellegrammas*”, onde aparecem os atos do Partido Republicano Paulista e as conferências de Silva Jardim em Santos, São Paulo, cidades de Minas Gerais e no Vale do Paraíba. Assim o periódico deu ciência do início da coluna: “A *Gazeta de Notícias* acaba de desenvolver o seu serviço telegráfico, no interior do Império, de modo a poder informar com a máxima presteza os seus leitores, de todas as ocorrências que os possam interessar”.<sup>182</sup>

Essa coluna permitiu a *Gazeta de Notícias* falar da Abolição ou da República sem se comprometer, pois as informações eram enviadas por parceiros do jornal que assinavam as reportagens.

Após a “Lei Aurea”, inaugurou-se uma coluna republicana no jornal com o título de *Propaganda Republicana* e posteriormente mudou de nome para *Política Republicana*. Ela ficava na primeira página, podendo alcançar até três colunas, era assinada por Silva Jardim. Observamos que as posições assumidas por Jardim não repercutiam nas demais colunas opinativas do jornal. Acreditamos que, se assim fizesse, a *Gazeta de Notícias* romperia com a sua proposta de “neutralidade”.

As edições de domingo variavam de seis ou oito páginas. As duas finais eram de anúncios<sup>183</sup>, as páginas 3 e 4 de cartas-artigos e as demais de notícias e folhetins.

---

<sup>182</sup> *Gazeta de Notícias*, 5 de janeiro de 1888, p.1.

<sup>183</sup> Os anúncios podiam também aparecer nas páginas um ou dois como se fosse uma notícia ou reportagem. Uma estrutura muito criativa.

## 2.2- Gazeta de Notícias e a Abolição.

O movimento abolicionista nos anos de 1885 e 1887 tomou grande força através de *meetings*, saraus e conferências. A ideia de libertação dos escravizados se ampliava. Nesse período, a Confederação Abolicionista estava em seu momento mais importante, atuava no convencimento da sociedade e dos políticos, e na arrecadação de fundos para a libertação de cativos.<sup>184</sup> Já em São Paulo, a ação dos “*Caifazes*”, incentivando a fuga dos cativos, provocava um verdadeiro tormento para os fazendeiros escravistas. As fazendas paulistas se esvaziavam com a fuga em massa dos escravizados. Os proprietários de terras não sabiam mais como proceder, pois perceberam que a força pública não era mais capaz de conter o movimento.<sup>185</sup>

A *Gazeta de Notícias* abriu o ano de 1888 fazendo uma retrospectiva do ano anterior, em uma série de artigos intitulados “Ano Político de 1887”. Nesses artigos foram discutidos a economia do Império, a crise militar, a moléstia do Imperador, o escravismo, a Câmara dos Deputados e o ministério de Barão de Cotegipe do Partido Conservador. Durante o ministério de 20 de agosto aumentou em muito a campanha abolicionista e enfrentou a decisão dos militares do exército de não mais capturar escravos fugidos. A polícia passou a ser responsável por tentar conter as fugas e os abolicionistas. O chefe de polícia da Corte, Coelho Bastos “O rapa coco”, era um exemplo desse período<sup>186</sup>.

O jornal *Gazeta de Notícias* observou que Cotegipe fora escolhido pelo Imperador para conter o movimento abolicionista, uma reação às tentativas dos presidentes do Conselho de Ministros Dantas (1884) e Saraiva (1885) de implantá-la. Argumentava o jornal: “O partido conservador, com particularidade o ministério Cotegipe, foi chamado ao poder, a fim de sustentar a escravidão”.<sup>187</sup> No entanto, o periódico percebia no seio do Parlamento, no ano de 1887, “uma mudança de humor”<sup>188</sup> em relação à Abolição imediata ou negociada.

<sup>184</sup> JESUS, Ronaldo P.. *Visões da Monarquia: escravos, operários e abolicionistas na Corte*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

<sup>185</sup> AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004. COSTA, Emília Viotti da. *A Abolição*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

<sup>186</sup> SILVA, Eduardo. *As Camélias do Leblon e abolição da escravatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

<sup>187</sup> *Gazeta de Notícias*, 9 de janeiro de 1888, p.1.

<sup>188</sup> *Ibidem*.

A pesquisadora Angela Alonso observa que Cotegipe ao assumir o Gabinete em 1885, a escravidão já estava ilegítima<sup>189</sup>. Esse buscava apenas postergar ao máximo a escravidão, para isso contava com o controle do Parlamento e a parceria com os Senadores Paulino de Souza, Antônio Prado e João Alfredo. A autora classifica a política de Cotegipe como “política do cacete”<sup>190</sup> e tinha três modalidades: manipulação eleitoral, ludíbrio da lei e repressão aos opositores<sup>191</sup>. No entanto, no ano de 1887, tal política começou a perder força.

A *Gazeta de Notícias*, em janeiro de 1888, apontava que duas lideranças do Partido Conservador assumiram posição “aboliconista”: o Senador João Alfredo e o Senador e Ministro da Agricultura Antônio Prado. O periódico assim revelou a mudança de posição dos dois senadores: “... Um e outro não hesitaram em alienar correligionários e dividir o seu partido, para trazer à redenção dos escravos o concurso da autoridade de dois espíritos moderados e reflexivos”<sup>192</sup>

Tais atitudes estavam de acordo com o movimento aboliconista que se ampliava no Império e a intensa fuga de escravos das fazendas de São Paulo. A *Gazeta de Notícias* revelava que, na província do Rio de Janeiro, os escravos estavam insatisfeitos, mas não havia fuga em massa. Para demonstrar isso o periódico apresentou uma greve dos escravos:

... Enquanto a parede [greve] dos escravos da fazenda do Becco, cruzando os braços diante das enxadas, advertia a província do Rio de Janeiro de que os seus ares também não andam puros, a dispersão da escravaria paulista, principalmente em Capivary, assinalou o mês de outubro com acontecimentos que datam época nesta questão.<sup>193</sup>

Para a *Gazeta de Notícias*, o fim da escravidão não excederia a três anos, sendo essa uma das propostas levantada por Antônio Prado em São Paulo, ou seja, uma libertação coordenada.

Os fatos começaram a avançar mais do que os políticos podiam supor ou propor. Nas edições do jornal, no mês de janeiro, começaram a aparecer proprietários de escravos que davam a liberdade aos seus cativos de forma imediata e sem restrições. Na coluna “Telegramma” aparece a seguinte notícia:

<sup>189</sup> ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento aboliconista brasileiro (1808-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 280.

<sup>190</sup> Ibidem, p. 287-293.

<sup>191</sup> Ibidem, 288.

<sup>192</sup> *Gazeta de Notícias*, 9 de janeiro de 1888, p.1.

<sup>193</sup> Ibidem.

Quillombo, 7. (São Paulo)

José Estanislão do Amaral reuniu seus escravos e declarou-lhes que, finda a colheita seriam libertos, recebendo desde já 10\$000 mensalmente.

Igual declaração fizeram Teophilo de Oliveira Camargo e a Exma. Sra D. Francisca Amalia da Silva Camargo, que possui mais de 400 escravos, dos quais nem todos ficaram satisfeitos.

São desta senhora os 58 escravos que fugiram e estão presos em Itu, donde, segundo eles declaram, não sairão sem as respectivas cartas.<sup>194</sup>

No relato acima podemos perceber que os escravos assumiam posição que achavam mais justas: “... nem todos ficaram satisfeitos”<sup>195</sup>. Os 58 escravos de propriedade da Sra. Francisca Camargo preferiam ficar presos a voltar para fazenda por uma promessa de liberdade. Os mesmos propunham que só retornariam para a fazenda e a colheita se tivessem “as respectivas cartas”<sup>196</sup>. O historiador Sidney Chalhoub observou que os escravos na década de 1880 usavam das mais variadas formas para alcançar a liberdade. Uma delas era recorrer à polícia e à justiça para serem “livres”. Muitas vezes os escravos preferiam ser condenados ao trabalho “eterno nas galés” do que ficarem sobre o julgo de um senhor “mau”. Para Chalhoub, esses exemplos eram mais frequentes nos escravos urbanos do que nas áreas agrícolas.<sup>197</sup>

Humberto Machado observou que a imprensa, ao apresentar as alforrias que os escravos recebiam, exaltava a atitude dos senhores. Não havia demonstração da insatisfação dos escravos com o cativo ou o processo de revoltas que cresciam nas fazendas. “Para a imprensa, tornava-se mais importante ressaltar a conciliação, explicitada nas várias matérias sobre o assunto”.<sup>198</sup>

Nas províncias do sudeste do Império, havia avanço e retrocesso em relação aos cativos. Em São Paulo, por exemplo, buscava-se encontrar uma fórmula para amenizar os ânimos dos escravizados e garantir a colheita. Já em Minas, o presidente da província se indispôs com a Câmara Provincial, pois, em janeiro de 1888, ele indeferiu a criação de um imposto sobre a circulação de escravizados. O valor de 500\$000 (quinhentos mil réis) seria cobrado pelo trânsito de escravos dentro da província. Tal cobrança era uma tentativa de inviabilizar o escravismo na província. A *Gazeta de Notícias* toma posição:

<sup>194</sup> *Gazeta de Notícias*, 8 de janeiro de 1888, p.1.

<sup>195</sup> Ibidem.

<sup>196</sup> Ibidem.

<sup>197</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

<sup>198</sup> MACHADO, Humberto. *Palavras e Brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. Niterói: Editora EdUFF, 2014, p. 223.

Qualquer poderoso interesse devia ter influído no espírito do Sr. presidente da província de Minas, para praticar o ato que praticou, mandando suspender os efeitos da publicação da resolução provincial que decretou o imposto de 500\$ sobre cada escravo transferido de um para outro município; e se, a alguém parecer ofensa isto, reflexionando verá que ofensa haveria em supor que apregoado jurisconsulto como S.Ex. cometesse tal erro contra direito escrito, por ignorância, como ofensa seria supor que o ato foi produto de irreflexão, ... A lei, pois, deu às assembleias provinciais a faculdade de legislar impostos para aquelas despesas, acrescentando que as câmaras poderão propor os meios; e o Sr. presidente de Minas volta tudo isto pelo avesso, para supor ou para impingir que as assembleias não podem decretar impostos sem propostas das câmaras...<sup>199</sup>

Esse imposto era importante, pois encarecia a negociação com os escravos. Os abolicionistas consultados pelo jornal viam com bons olhos a criação de impostos como esses.

A Assembleia Provincial de São Paulo recebeu um projeto dos republicanos que instituía um imposto de 400\$ sobre os escravos que entrassem na província. Segundo a *Gazeta de Notícias*, o projeto foi apoiado pelos liberais, liderados por Rodrigo Lobato, e pelos conservadores, liderados por Antônio Prado, sendo, em seguida, aprovado.

Posteriormente, foi aprovado outro imposto de 400\$ sobre cada escravo da província. Tal tributo inviabilizava, em definitivo, a escravidão. O periódico assim definiu esse momento:

Por telegrama de São Paulo, publicamos que fora aprovado na assembleia provincial o imposto de 400\$ sobre cada escravo matriculado na província, o que vale dizer que por meio indireto foi decretada a abolição.<sup>200</sup>

O projeto teve amplo apoio dos liberais e republicanos. Já os conservadores ficaram divididos, com somente dois deputados votando a favor do projeto. Tal indecisão estava na emergência da colheita de café daquele ano.<sup>201</sup>

Celia Maria de Azevedo observou que na Assembleia Provincial de São Paulo desde a década de 1870 houve discussão e criação de impostos que buscavam impedir a entrada de escravos. Algumas vezes esses impostos foram removidos por pressão dos cafeicultores, outras vezes foram corrigidos os valores para baixo. Para a pesquisadora tais

---

<sup>199</sup> *Gazeta de Notícias*, 16 de janeiro de 1888, p.2.

<sup>200</sup> *Gazeta de Notícias*, 9 de março de 1888, p.1.

<sup>201</sup> *Ibidem*.

impostos buscavam priorizar a entrada de imigrantes europeus, pois os recursos dos impostos eram revertidos para a política de imigração provincial.<sup>202</sup>

As duas províncias do Império, São Paulo e Minas, indicavam que a Abolição era uma proposta real, ao menos nas determinações das Assembleias Provinciais. Entre janeiro e março de 1888, a discussão na Corte era de como deveria ser feita a libertação dos escravos. O Senador Antônio Prado, Ministro da Agricultura do Gabinete do Barão de Cotegipe, propôs uma Abolição negociada, com a libertação plena em um prazo de três anos e a obrigatoriedade da fixação do liberto à região onde era escravizado.

Com essa pressão, o Gabinete de Cotegipe fez vazar, através da *Gazeta de Notícias*, uma proposta de extinção da escravidão que seria apresentado no Parlamento. A proposta era uma Abolição imediata indenizatória, paga por serviços prestados pelos libertos por um período variável de até três anos. Vale ressaltar como o projeto foi divulgado pelo jornal:

Ontem, logo depois de passar o carro do Sr. Presidente Conselho pela rua do Catete, um curioso levantou do chão um papel com os seguintes dizeres: Art. 1º - Fica abolida desde já a escravidão em todo o Império. Art. 2º - De acordo com a ultima matricula, e feita a respectiva dedução, o valor do escravo se converterá em valor de serviços do liberto. Art. – Os ex-senhores serão indenizados desse valor pelos próprios libertos...<sup>203</sup>

O periódico, com essa forma de apresentação da notícia, procurava apresentar um distanciamento, pois era crítico do governo do Barão de Cotegipe. No artigo, também era informado que o Gabinete pretendia aprovar o projeto até junho. Dois dias depois, o jornal voltava a falar sobre o projeto de Cotegipe. No mesmo espaço, a coluna “Apanhados”, para dar ênfase ao furo de reportagem que trouxe no dia 24 de janeiro:

Muita gente anda a fazer comentários, nos bondes, à porta dos cafés, nas salas de suas casas, sobre o projeto que caiu do carro do Sr. presidente do conselho, apanhado por um curioso, veio para estes apanhados, do que saiu para boca do mundo que lê a Gazeta, ...<sup>204</sup>

Nesse artigo, o jornal comentou que o pré-projeto tinha o objetivo de salvar o Gabinete de Cotegipe, “com sua tática de raposa”<sup>205</sup>, e imobilizar os Senadores Prado e João Alfredo. Ambos tinham se manifestado pela Abolição que, nesse momento, era chamada de “reforma”. O periódico apresentava-se cético sobre a evolução da proposta abolicionista, pois tinha dúvida se haveria vontade política para se apresentar e aprovar o

<sup>202</sup> AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda Negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004, p. 143.

<sup>203</sup> *Gazeta de Notícias*, 24 de janeiro de 1888, p.1.

<sup>204</sup> *Gazeta de Notícias*, 26 de janeiro de 1888, p. 1.

<sup>205</sup> Ibidem.

projeto. Para o jornal, se a proposta de Cotegipe evoluísse, o seu Gabinete ficaria mais fortalecido. A *Gazeta de Notícias* nos dias subsequentes não deu mais repercussão ao projeto.

Em fevereiro de 1888, em uma carta-artigo assinada por um pseudônimo “Agricultor”, apareceu na *Gazeta de Notícias* uma voz contrária ao processo abolicionista. Essa carta-artigo, com o título de “A abolição e o conselheiro Paulino”, informava que o Senador fluminense Paulino de Souza havia feito uma reunião para a próxima eleição. Sugeriu que o político estava montando uma reação ao processo abolicionista e criticava a imprensa por não informar o que estava acontecendo em São Paulo. A lavoura paulista estava desorganizada devido à atuação dos liderados de Antônio Bento<sup>206</sup>. Tal processo, entre fugas e alforrias dos escravizados, havia gerado um prejuízo para agricultura de 250 mil contos de réis. O autor propôs uma reação ao movimento abolicionista e imaginava que Paulino de Souza seria o líder.

Em sua coluna, Ferreira de Araújo identificou as duas lideranças políticas do Parlamento que poderiam impedir ou avançar o processo de abolição dos escravos: os senadores conservadores Paulino de Souza e Antônio Prado. Os dois tinham as mesmas origens sociais, eram grandes agricultores, embora Paulino procedesse da região cafeeira velha e Prado da região dinâmica de São Paulo. Ambos haviam mantido posturas contrárias a Lei de Rio Branco (1871). No entanto, Prado “viu que, dado o primeiro golpe na instituição, esta não resistiria por muito tempo, e ensaiou o trabalho livre”<sup>207</sup>. Já Paulino de Souza, fora contra todas as leis emancipacionistas porque “defendendo o status quo, ainda hoje, defende o que defenderá amanhã, e sempre, até o seu último alento”<sup>208</sup>. A previsão de Araújo se confirmaria, Paulino de Souza foi, ao longo de 1888 e 1889, o grande adversário da Abolição e o defensor incondicional da indenização.

Antônio Prado e Paulino de Souza estiveram presentes nas edições da *Gazeta de Notícias* até a Proclamação da República. O periódico acompanhava a atuação dos republicanos paulistas como Eduardo Prado, irmão de Antônio Prado, e suas propostas em

<sup>206</sup> O bacharel em direito Antônio Bento organizou uma sociedade secreta, com sede na Confraria dos Homens Negros da Igreja Nossa Senhora dos Remédios, mais conhecida como “Os Caifazes”. Emilia Viotti da Costa assim os descreve: “Os Caifazes operavam (...) instigando os escravos a fugir, fornecendo-lhes os meios; protegendo-os durante a fuga. Retiravam-nos das fazendas onde viviam, para empregá-los em outras como assalariados”. – Vide: COSTA, Emilia Viotti da. *A abolição*. São Paulo: Edusp, 2010, p.112.

<sup>207</sup> *Gazeta de Notícias*, 27 de fevereiro de 1888, p.1.

<sup>208</sup> *Ibidem*.

relação à Abolição dos escravos, assim como a atividade econômica e política de São Paulo ao longo dos anos de 1888 e 1889. O que demonstra a importância que a província para o Império ou para o jornal.

Os passos do Senador Antônio Prado foram acompanhados em São Paulo ou no Rio de Janeiro, onde era Ministro da Agricultura. No dia 29 de fevereiro, o jornal comemorou o aniversário do Senador, com duas reportagens. Uma delas na coluna “Telegramma”, que informou a seguinte notícia na cidade de Maceió:

Houve aqui pomposas manifestações populares em honra do senador Antônio Prado, da propaganda de libertação da província de São Paulo e do presidente da província. Na noite de ontem, enorme multidão, composta de todas as classes sociais, foi ao palácio de governo cumprimentar província e pediu a transmissão da notícia dos festejos ao senador Antônio Prado...<sup>209</sup>

Importante perceber que a lei do imposto sobre a posse do escravo não havia sido aprovada pela Assembleia Provincial. Assim, o jornalista, autor do telegrama, tentava induzir os leitores que a libertação era uma realidade. Havia uma necessidade, ou regra, de relatar que nas manifestações populares havia pessoas de todas as “classes sociais”. Nos comícios de Silva Jardim, os jornalistas noticiavam sempre que havia participação de todas as “classes sociais” e também de mulheres. O pesquisador Ronaldo de Jesus vê com desconfiança essas revelações dos periódicos. Para ele, essas multidões estavam restritas às camadas superiores e médias da população, “segmento chamados “cidadãos ativos””.<sup>210</sup>

Na outra reportagem, o periódico informou que o Senador Antônio Prado, no dia de seu aniversário, recebeu muitas comissões em sua residência. Em resposta a uma delas fez um discurso. Segundo a *Gazeta de Notícias* em artigo intitulado “Senador Prado”:

Animado, porém, pelo vosso apoio e inspirando-me no sentimento de patriotismo que medra no coração de todo paulista, redobrarei de esforços, quaisquer que sejam as eventualidades do futuro na evolução necessária das ideias que inspiram os partidos, para corresponder a vossa confiança e espero que o estímulo da lembrança do dia de hoje, gravada indelevelmente em minha memória, vencendo a fraqueza das minhas forças, dar-me-á o alento necessário para afrontar os perigos da luta em prol dos mais caros interesses da pátria, consubstanciados hoje na causa da abolição.<sup>211</sup>

O discurso de Antônio Prado marca sua posição e a linha que atuaria o Partido Conservador Paulista pressionando o Presidente do Conselho, o Barão de Cotegipe, para

<sup>209</sup> *Gazeta de Notícias*, 29 de fevereiro de 1888, p.2.

<sup>210</sup> JESUS, Ronaldo P.. *Visões da Monarquia: escravos, operários e abolicionistas na Corte*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 47.

<sup>211</sup> *Gazeta de Notícias*, 29 de fevereiro de 1888, p. 2.

dar início ao processo de Abolição dos escravos. Prado, nessa estratégia utilizou a imprensa para divulgar sua ideia. Devemos também observar que sua defesa da extinção da escravidão não era humanitária ou em defesa dos escravizados, mas uma atitude para o bem de São Paulo. Uma atitude pela sobrevivência da lavoura paulista devido à falta de mão de obra para a colheita do ano de 1888. A pesquisadora Angela Alonso assim observou:

..Antônio da Silva Prado, (...) até então sustentáculo [do governo] ao Sul do país, aos sentir os efeitos do abolicionismo na própria fazenda, contemporizou. Perpetrou golpe duro no gabinete [Cotegipe] porque de dentro: abandonou a cadeira de ministro para coordenar a frente dos três partidos e vinte grandes cafeicultores com vistas a salvar a ordem em São Paulo.<sup>212</sup>

Cinco dias após o discurso do Senador Antônio Prado, o Presidente do Conselho, o Barão de Cotegipe, pediu demissão do cargo para a Princesa Regente. Essa convocou o Senador Conservador João Alfredo para formar um novo ministério.

Com a queda de Cotegipe, na *Gazeta de Notícias* se intensificaram as notícias de libertações espontâneas e reuniões de fazendeiros em São Paulo e no Rio de Janeiro (Campos dos Goytacazes) com o objetivo de libertar os escravos. Atendendo à proposição da Confederação Abolicionista, no dia 14 de março de 1888, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro aprovou a libertação total em seu território. No mesmo dia, foi informado ao Conselheiro do Império, Thomas Bastos, que sua família, em Araruama, havia libertado seus escravos, em número de mil<sup>213</sup>. No dia 25 de março, o Conselheiro e Senador Sinimbu e parentes do Conselheiro Lourenço de Albuquerque deram liberdade aos seus escravos<sup>214</sup>. Com isso, a *Gazeta de Notícias* colocava a elite política do Império no processo abolicionista.

O Gabinete de João Alfredo passou a ter um tratamento respeitoso no periódico, devido à opção abolicionista que ele procurava fazer. Na eleição para deputado provincial do Rio de Janeiro, em decorrência do falecimento do titular, os principais candidatos eram Ferreira Vianna, Conservador, e Quintino Bocayúva, Republicano. A Confederação Abolicionista apoiou a candidatura de Ferreira Vianna, pois a via como oportuna para a conquista da Abolição definitiva. Na coluna “A pedido”, a Confederação lançou um

<sup>212</sup> ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1808-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 337.

<sup>213</sup> *Gazeta de Notícias*, 15 de março de 1888, p.1.

<sup>214</sup> *Gazeta de Notícias*, 25 de março de 1888, p.2.

manifesto em que defendeu a candidatura de Vianna. No documento, a preocupação era de mostrar que a campanha abolicionista se desenvolveu fora das preocupações partidárias ou das escolas políticas. Nenhum partido assumira a luta pela libertação dos escravos, “todos foram igualmente réus de egoísmo desumano, que vitimou a raça oprimida”.<sup>215</sup> Também apresenta preocupação com os dois projetos que estavam gestando dentro do Gabinete de João Alfredo: abolição imediata ou com prazo e prestação de serviço.

Ferreira Vianna era também o Ministro da Justiça e, por isso, justificava a escolha do candidato pela Confederação Abolicionista:

... desde que já somos obrigados a subentender dos atos das palavras do ministro candidato, que ele é abolicionista radical; e dever de todos aqueles que querem a abolição imediata sem indenização, é votar no ministro para advertir o ministério de que ele só pode lealmente propor a extinção absoluta do cativo.<sup>216</sup>

Não sabendo ao certo qual a quantidade de eleitores que eram abolicionistas, o “Manifesto” propunha que todos os “abolicionistas sinceros”<sup>217</sup> votassem em Ferreira Vianna e, assim, ele foi eleito.

Após a eleição, João Clapp, presidente da Confederação Abolicionista, lançou um artigo “Abolição e República”. Foi a primeira vez que apareceu o termo “República” na *Gazeta de Notícias* no ano de 1888. Nesse artigo, Clapp declarou-se republicano abolicionista e o motivo da publicação era que o nome dele fora retirado do Clube Republicano Rio-grandense e anunciado em uma nota no jornal *O Paiz*.<sup>218</sup>

No seu artigo, João Clapp justificou o apoio à candidatura de Ferreira Vianna afirmando que o seu princípio era a igualdade humana e as sagradas escrituras. Seu objetivo era a libertação dos escravizados: “pouco me importa militar ao lado dos homens, que são monarquistas, e que vêm combater comigo, contra os que se chamam republicanos e procuram embaraçar por todos os meios a vitória dos grandes princípios da escola democrática”.<sup>219</sup>

---

<sup>215</sup> *Gazeta de Notícias*, 18 de abril de 1888, p.2

<sup>216</sup> Ibidem.

<sup>217</sup> Ibidem.

<sup>218</sup> *Gazeta de Notícias*, 7 de maio de 1888, p.2.

<sup>219</sup> Ibidem.

O artigo de Clapp apareceu dois dias após a abertura das atividades do Parlamento. Nele, a Regente Princesa Isabel em sua “Fala do Trono”, após uma preparação com o ministério<sup>220</sup>, propôs a abolição imediata dos escravos. Para a Princesa:

... Extinção do elemento servil, pelo influxo do sentimento nacional e das liberalidades particulares, em honra do Brasil adiantou-se pacificamente de tal modo, que hoje é aspiração aclamada por todas as classes, com admiráveis exemplos de abnegação da parte dos proprietários.

Quando o próprio interesse privado vem espontaneamente colaborar para que o Brasil se desfaça da infeliz herança que as necessidades da lavoura haviam mantido, confio que não hesitareis em apagar do direito pátrio a única exceção que nele figura...<sup>221</sup>

O teor da “Fala do Trono” já era conhecido pela *Gazeta de Notícias*. Vale ressaltar que a Princesa Isabel utilizou como argumento para a Abolição imediata a libertação espontânea que estava acontecendo em maior número desde 1887 e se intensificou no ano de 1888. Nas cartas-artigos do jornal foi pequena a aparição de textos contrários a Abolição, o que poderia ser uma estratégia do editor ou ausência de coragem dos proprietários de escravos assumirem posicionamento contrário. Nas poucas manifestações contrárias, que surgiram no periódico, os autores utilizavam pseudônimos.

Uma manifestação contrária foi a de J. Honório Perpetuo, de São João do Príncipe, em uma carta-artigo de 14 de abril, onde denunciava que muitos fazendeiros tinham declarados falsas as libertações dos escravos que lhes eram atribuídas pelos jornais. Na *Gazeta de Notícias* não identificamos nenhum desmentido de fazendeiros. Interessava a Honório Perpetuo, no seu artigo, denunciar a divulgação falsa de que o “Comendador Breves”, grande proprietário de escravos e cafeicultor do Vale do Paraíba, havia libertado seus três mil escravos. Para o autor, o Sr. Breves era um bondoso senhor de escravos, pois cuidava dos velhos doentes e ingênuos. Em suas fazendas havia professores que ensinavam aos ingênuos as primeiras letras. “Até libertas casadas que possuem mais de cem escravos, e que valem mais de 200:000\$000, assim é verdade que libertou todos os seus escravos que completaram 60 anos...”<sup>222</sup> Entretanto Breves, relatou Honório Perpetuo, ao ver os velhos libertos lançados pelos proprietários nas estradas condenados à morte, preferiu mantê-los em suas fazendas e protegê-los.

<sup>220</sup> *Gazeta de Notícias*, 29 de abril de 1888, p.1.

<sup>221</sup> *Gazeta de Notícias*, 4 de maio de 1888, p.1.

<sup>222</sup> *Gazeta de Notícias*, 14 de abril de 1888, p.3.

O artigo de Honório Perpétuo nos mostra que os agricultores não estavam aceitando a Abolição como certa. Tal pressuposto não foi captado pela *Gazeta de Notícias*.

Após a “Fala do Trono” da Princesa e a abertura das atividades do Parlamento, que tinha maioria conservadora, os liberais, em reunião política definiram que apoiariam somente a Abolição imediata. No entanto seriam contra as outras propostas do governo<sup>223</sup>.

A Confederação Abolicionista trabalhou nos dias posteriores à “Fala do Trono” no convencimento dos deputados e senadores para aprovarem a Abolição imediata.<sup>224</sup> Sua tática foi distribuir boletins pela cidade convocando o “povo” a ir acompanhar as discussões sobre o projeto abolicionista no Parlamento.

No dia oito de maio de 1888, o Gabinete de João Alfredo apresentou o projeto da Abolição imediata. Coube ao Ministro de Agricultura, Rodrigo Silva<sup>225</sup>, ler para os deputados o projeto sendo grandemente aplaudido. O presidente da Câmara, Duarte de Azevedo, nomeou uma comissão que no mesmo dia, avaliou o projeto e o aprovou para discussão na Câmara. O deputado Figueira foi o único que protestou contra esse rito mínimo. Após a apresentação, os ministros se retiraram do Parlamento e foram acolhidos com vivas e flores.<sup>226</sup>

Posteriormente, foi organizado um préstito com os estandartes da Confederação Abolicionista e uma banda a frente que se encaminhou para Rua do Ouvidor e saudou a imprensa abolicionista e se dispersou no Largo do São Francisco. Parece que havia dois grupos sociais nesse evento. A *Gazeta de Notícias*, assim apresentou o final do evento: “... dissolveu-se o préstito, que era seguido por avultado acompanhamento do povo”.<sup>227</sup>

Em 11 de maio de 1888, a Câmara dos Deputados aprova o projeto unanimemente, sendo enviado ao Senado. Nessa sessão, o deputado Afonso Celso Junior propôs que o dia da Proclamação da Abolição da escravidão fosse um “dia de festa nacional”.

No dia 12 de maio de 1888, os jornais da Corte resolveram fazer um festejo pela decretação da lei abolicionista. Eles organizaram uma associação com o nome de

<sup>223</sup> *Gazeta de Notícias*, 6 de maio de 1888, p.1.

<sup>224</sup> *Gazeta de Notícias*, 7 de maio de 1888, p.1.

<sup>225</sup> Rodrigo Silva era ministro interino, o titular da pasta era o Senador Antônio Prado que estava enfermo em São Paulo.

<sup>226</sup> *Gazeta de Notícias*, 9 de maio de 1888, p.1.

<sup>227</sup> *Ibidem*.

“Imprensa Fluminense” composta pelos jornais: *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Commercio*, *Cidade do Rio*, *Diário de Notícias*, *Revista ilustrada*, *Época*, *Gazeta da Tarde*, *Novidades e Apóstolo*. Não fez parte da associação o jornal *O Paiz* e nem foi explicado o porquê. Nesse momento, o jornal estava defendendo uma Abolição com indenização<sup>228</sup>.

A associação “Imprensa Fluminense” tinha o objetivo de levantar os meios para organizar os festejos para a lei que extinguiria a escravidão no Império. O festejo deveria ser “grandioso e digno da vitória a comemorar”.<sup>229</sup> Os membros da associação ficariam responsáveis por angariar fundos com os comerciantes e capitalistas da cidade. Formou-se uma diretoria com o presidente João Carlos de Sousa Ferreira (*Jornal do Commercio*), vice-presidente Ferreira de Araújo (*Gazeta de Notícias*), 1º secretário Demerval da Fonseca (*Gazeta de Notícias*), 2º secretário Fernando Mendes de Almeida (*Diário de Notícias*), tesoureiros Henrique de Villeneuve (*Jornal do Commercio*) e Arthur Azevedo (*Diário de Notícias*)<sup>230</sup>. Decidiram que os festejos iniciariam em uma quinta-feira, dia 17 de maio, e terminaria no dia 20 de maio, domingo. No dia 21 de maio, segunda-feira, seria distribuída uma edição especial intitulada “Imprensa Fluminense”. O jornal especial publicaria anúncios e a tesouraria do *Jornal do Commercio* era a responsável pelo recebimento dos pedidos<sup>231</sup>.

Os festejos iniciavam com uma missa campal às 9 horas da manhã no Campo de São Cristóvão. Nos demais dias, aconteceriam corridas no Derby Club, préstito de alunos das escolas públicas e privadas, distribuição de poesias, bandas pelas ruas, espetáculos especiais com entrada grátis nos teatros Sant’anna, Lucinda e Recreio Dramático, regatas na Baía, um baile popular no Largo do Paço e um desfile de Carruagens. O liberto não foi mencionado em nenhum momento no planejamento da festividade. O festejo era uma comemoração da entrada do Brasil na civilidade. O pesquisador Ronaldo de Jesus havia percebido que, nos eventos patrocinados pela Confederação Abolicionista, o escravizado e o liberto não eram convidados a participar. Seus momentos, nesses episódios, eram somente quando quatro ou cinco negros recebiam suas alforrias. As festas, conferências e quermesses eram organizadas como uma barreira para o “povo”, raia miúda, pois a

<sup>228</sup> PESSANHA, Andrea Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição. Rio de Janeiro, 1884-1888*. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2006.

<sup>229</sup> *Gazeta de Notícias*, 12 de maio de 1888.

<sup>230</sup> *Gazeta de Notícias*, 15 de maio de 1888.

<sup>231</sup> *Ibidem*.

contribuição ou as entradas cobradas eram altas para esse segmento<sup>232</sup>. O programa festivo planejado pela Imprensa Fluminense tinha o mesmo ritual. Nesse caso, não era necessária a presença do liberto, pois a libertação já estava feita. A associação dos jornais comemorava a entrada do Brasil no âmbito das nações civilizadas. Ronaldo de Jesus constatou:

..., a festa [da Imprensa Fluminense] parecia expressar a alegria e o alívio de estudantes, jornalistas, funcionários públicos, políticos profissionais, médicos, engenheiros, artistas, poetas, escritores, professores e advogados. Todos aqueles que durante uma década inteira estiveram envolvidos com a campanha pela Abolição. Alívio e entusiasmo de amplos segmentos dos setores médios urbanos da corte, por não mais habitar um país escravista e que, daquele momento em diante, desatrelado do atraso colonial, estaria apto a galgar um lugar mais digno entre as nações civilizadas.<sup>233</sup>

Em votação no Senado, o projeto abolicionista foi aprovado com voto contra dos Senadores Barão de Cotegipe, Belisário, Ribeiro da Luz, Paulino de Souza, Pereira Franco, Pereira da Silva, Nunes Gonçalves, Fernandes da Cunha e Diogo Velho. O Barão de Cotegipe foi o orador contra o projeto e mostrou preocupação com a situação da lavoura e com os libertos, ingênuos e idosos que ficariam sem ocupação e proteção. Segundo ele, a experiência tinha demonstrado que, ao ser liberto, o ex-escravizado abandonava a lavoura. O Senador defendia que os fazendeiros deveriam libertar os escravos por livre vontade e não serem forçados pelo Estado. Para Cotegipe, havia uma disparidade na disposição de mão de obra entre as regiões e indagava quem substituiria o escravizado. Segundo ele, as províncias do sul, inclusive São Paulo, podiam ficar sem os escravos, pois tinham os colonos para substituí-los. Já as províncias da Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro não tinham como substituir os escravizados.<sup>234</sup>

O Barão de Cotegipe, em seu discurso contra a Abolição, defendeu que a Lei Abolicionista, como estava sendo proposta, alavancava a República<sup>235</sup>: “[É] preciso nos prepararmos para os novos combates...”.<sup>236</sup> Cotegipe terminou seu discurso afirmando que grandes males iriam surgir, sendo necessário algumas medidas “não só da lavoura,

<sup>232</sup> JESUS, Ronaldo P. de. *Visões da Monarquia: escravos, operários e abolicionistas na Corte*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p.152.

<sup>233</sup> Ibidem, p.171.

<sup>234</sup> *Gazeta de Notícias*, 13 de maio de 1888, p.2.

<sup>235</sup> A “república” é um termo que pouco aparece nas edições da *Gazeta de Notícias* nos primeiros meses de 1888. Nos artigos e colunas dos articulistas do periódico não há referência a mudança da forma de governo ou pensamento político republicano até 14 de maio de 1888.

<sup>236</sup> *Gazeta de Notícias*, 13 de maio de 1888, p.2.

como dos que vão ser libertos”<sup>237</sup>. As preocupações do Senador não sensibilizaram o Parlamento e a Lei Abolicionista foi aprovada e sancionada pela Princesa Isabel.

No dia 14 de maio de 1888, a *Gazeta de Notícias* editou um jornal com a lei abolicionista. A reprodução da mesma ocupou cerca de 60% da primeira página. Um recurso visual não utilizado até então, pois o periódico sempre foi editado com oito colunas e pequenos títulos indicando artigos e notícias. Houve grande procura e, segundo o jornal, foram necessárias três edições extras para saciar a curiosidade do público.

Nessa edição de 14 de maio de 1888, a manchete principal é “Brasil Livre” abaixo “Treze de maio” e mais abaixo “Extinção da escravidão”, depois os artigos da Lei 3353 de 13 de maio de 1888 e, por fim, as assinaturas da Princesa Isabel e do Ministro Rodrigues Augusto da Silva. Abaixo da reprodução da Lei, aparece outra manchete “A José do Patrocínio, a *Gazeta de Notícias*”. O texto que segue após a manchete, citada anteriormente, é um editorial em que são apresentadas a campanha e os principais líderes do movimento abolicionista. O título do editorial sugere que a vitória da “extinção da escravidão” se devia a atuação de José do Patrocínio e do jornal *Gazeta de Notícias*. O filólogo Luiz Maria da Silva Pinto aponta que a preposição “a” indica alguma relação de causa ou pessoa significada pelo nome.<sup>238</sup> Entretanto, no editorial do periódico não há uma autoexaltação do seu papel no movimento.

---

<sup>237</sup> *Gazeta de Notícias*, 13 de maio de 1888, p.2.

<sup>238</sup> PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.



Quadro I: Comparativo das primeiras páginas das edições do jornal *Gazeta de Notícias*.

No estudo da *Gazeta de Notícias*, no ano de 1888, existe a dificuldade de classificá-lo como um exaltado defensor da causa abolicionista. As menções à escravidão e à “campanha abolicionista”, que aparecem nas edições do jornal, só podem ser classificadas como relatos. O periódico, para falar sobre o abolicionismo utilizou as colunas “Telegrammas” e as cartas-artigos. Já nas colunas opinativas, “Cousas Políticas” e “Chronica da Semana”, não observamos nenhuma posição contundente sobre a libertação. No entanto, ressaltamos que, com a subida do Senador João Alfredo para presidente do Conselho de Ministro, com a missão dada pela Princesa Regente de fazer a “Abolição imediata”, o periódico passou a ter uma posição mais incisiva a respeito.

Angela Alonso constatou, em seu estudo, que a imprensa modificou sua postura no ano de 1888 em relação a Abolição:

A grande imprensa, antes neutra ou contrária, passou a dar a abolição como inevitável no começo de 1888. Sintomaticamente foi a tomada de posição do mais respeitado jornal do país, *Jornal do Commercio*. O jornalismo de médio<sup>239</sup> porte da Corte e das capitais

239

Angela Alonso considerava a *Gazeta de Notícias* um jornal de médio porte: “Então, em 1875, apareceu um jornal médio, novidadeiro, barato, esquerdista sem partido, vagamente antiescravista, a

provinciais aderiu, e antipático amainaram o laivo, deslocando a conversa da escravidão para a imigração.<sup>240</sup>

O pesquisador Humberto Machado, estudioso de um período mais longo da campanha contra a escravidão e da imprensa do Rio de Janeiro, classifica a *Gazeta de Notícias* como um jornal abolicionista. Para o autor, ao longo da década de 1880, o periódico teve uma posição conciliadora com o escravismo, e, em certos momentos, ambígua favorecendo, assim, os proprietários. No entanto, ele reconhece que foi na *Gazeta* que apareceu a primeira propaganda abolicionista no Rio de Janeiro.<sup>241</sup>

No editorial da *Gazeta de Notícias* de 14 de maio de 1888, a luta e a vitória abolicionista foram retratadas. O responsável pela vitória foi nomeado: José do Patrocínio.

José do Patrocínio combateu e venceu. O que está feito não é exclusivamente obra do seu trabalho, da sua dedicação e das suas convicções. Não é tudo dele; mas é o principal. A alma, o espírito popular e desinteressado foi ele que os introduziu na campanha cujo resultado ai está festejado entusiasticamente por um povo inteiro. (...) – o seu nome está hoje inscrito no vasto coração de uma nação.<sup>242</sup>

Outros heróis foram lembrados como: Joaquim Nabuco, João Clapp, Senador Dantas e o Senador Antônio Prado. Para o periódico, esses contribuíram para que o país alcançasse o mundo civilizado: “... Nada mais simples é o que sucede em todo o mundo civilizado; ...”<sup>243</sup>

No estudo da *Gazeta de Notícias*, no ano de 1888, observamos que o jornal procurou informar sobre os movimentos políticos para a libertação dos cativos e as libertações espontâneas que aconteciam nas fazendas. O periódico não apresentou o lado dos proprietários escravistas e como eles se sentiam em relação ao crescimento abolicionista. Esses só conseguiram se expressar nas edições do jornal, em algumas ocasiões, através das cartas-artigos. Outro grupo, não ouvido, foi o dos escravizados que não se expressavam ou defendiam posição.

---

*Gazeta de Notícias*”. - ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1808-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p 116.

<sup>240</sup> Ibidem, p. 334.

<sup>241</sup> MACHADO, Humberto. *Palavras e Brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. Niterói: Editora Eduff, 2014, p. 131-132.

<sup>242</sup> *Gazeta de Notícias*, 14 de maio de 1888, p.1.

<sup>243</sup> Ibidem.

### 2.3- Gazeta de Notícias no Pós-Abolição.

O editorial da *Gazeta de Notícias*, de 14 de maio de 1888, previu o futuro do liberto: “Não há mais escravos; todos são livres; todos são iguais; todos têm aberta diante de si uma carreira por onde podem avançar até onde seus talentos o permitirem”.<sup>244</sup> Um discurso essencialmente liberal, mas que, no entanto o periódico ignorava as condições dos libertos de competirem pelos melhores postos de trabalho, pois a escravização lhes tirara essa possibilidade. Ao mesmo tempo o jornal reconhecia que os libertos já tinham uma profissão, eram trabalhadores do campo ou das cidades, muitos ensinados pelos seus senhores.

O mesmo editorial indicou a discussão que estava em curso no Parlamento e no Ministério da Justiça sobre o futuro dos libertos nas cidades e no campo. Havia a notícia de que muitos libertos saíram das fazendas e ficavam vagando pelas matas, invadiam as fazendas e roubavam mantimentos. Assim opinou a *Gazeta de Notícias*:

Nada de querer, por meio de leis sobre vagabundagens, curar em poucos rabiscos de penas as consequências de uma lepra que lavrou três séculos os nossos organismos. Não se deixou que os senhores vicejassem impunes durante três séculos? Por que não se há de deixar os vagabundos sossegados ao menos durante três meses?<sup>245</sup>

O jornal observava que havia uma dívida entre os senhores e os libertos. Aqueles que exploraram os escravos por três séculos, obtiveram lucros. Como compensação para os escravizados, o periódico propôs três meses de sossego sem o importuno das autoridades. A *Gazeta de Notícias* não divulgou, por exemplo, que nos anos anteriores, políticos como Joaquim Nabuco, em 1884, havia proposto uma mudança da lei agrária para estabelecer a pequena propriedade para os libertos e seus filhos como garantia do futuro<sup>246</sup>; ou que o Senador Dantas, em 1887, propôs a criação de colônias agrícolas, a margem dos rios e das estradas, para educar os ingênuos e libertos<sup>247</sup>; ou que o Deputado Afonso Celso idealizou o estabelecimento de escolas para a instrução profissional<sup>248</sup>; e o engenheiro e abolicionista André Rebouças foi o propositor da “democracia rural” e do assentamento de libertos<sup>249</sup>.

---

<sup>244</sup> *Gazeta de Notícias*, 14 de maio de 1888, p.1.

<sup>245</sup> Ibidem.

<sup>246</sup> MACHADO, Humberto. *Palavras e Brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. Niterói: Editora Eduff, 2014, p. 270.

<sup>247</sup> Ibidem, p.252.

<sup>248</sup> Ibidem.

<sup>249</sup> Ibidem.

Todas essas propostas haviam sido derrotadas no Parlamento, mas buscavam reduzir as desigualdades sociais provenientes de séculos de escravismo e do latifúndio. A *Gazeta de Notícias* não tocou nesses pontos. Para o jornal, a ação individual dos libertos seria capaz de tirá-los de uma situação de miséria e levá-los para a prosperidade. Ao mesmo tempo, o editorial mostrava de que lado estava, pois a opção dos proprietários paulistas pela libertação, como o Senador Antônio Prado, estava em não desorganizar ainda mais a mão de obra na lavoura. Para isso, o antídoto era a imigração.

A historiadora Hebe Mattos, em sua pesquisa sobre os anos finais da escravidão e os primeiros anos do Pós-Abolição, constatou a dificuldade que as lavouras da Zona da Mata Mineira, Vale do Paraíba e a região de Campos de Goytacazes tiveram com o fim do trabalho compulsório. Ela observou que os grandes proprietários da região, reunidos em março de 1888, pois davam como certa a Abolição, procuraram encontrar novas formas de relação com a mão de obra negra. Os agricultores entenderam que deveriam conquistar a simpatia dos escravos, e futuros libertos, para não perderem as roças de cereais e as colheitas de café e cana-de-açúcar. Eles chegaram a um consenso que a contratação dos libertos deveria ser “por empreitada, parceria e jornal”<sup>250</sup>. No entanto tal acordo não funcionou após 13 de maio de 1888, com a debandada dos libertos das fazendas. Os fazendeiros passaram a competir pela mão de obra oferecendo melhores salários, ou a melhor “combinação”<sup>251</sup>. Mesmo assim muitas colheitas foram perdidas, e foi nessa conjuntura que a imigração de braços foi desejada pelos lavradores. Hebe Mattos observa:

Nesse contexto, a imigração europeia - e mesmo asiática - era encarada como panaceia, capaz de inverter a correlação de forças que parecia aos fazendeiros extremamente desfavorável. Para alguns, somente a imigração poderia estabelecer “a concorrência no mercado de trabalho” e fazer “cessar as exigências dos libertos.”<sup>252</sup>

No Parlamento, o Deputado Coelho Rodrigues e o Senador Barão de Cotegipe passaram a propor indenização para os ex-proprietários de escravos. No entanto, os mesmos associavam a indenização com a criação de algum benefício para os libertos como as colônias agrícolas e os colégios de instrução profissional. Cotegipe entendia que a

<sup>250</sup> MATTOS, Hebe. *Das Cores do Silêncio*. São Paulo: Editora Unicamp, 2013, p. 250.

<sup>251</sup> LAGO, Luiz Aranha Correa do. *Da escravidão ao trabalho livre: Brasil de 1550-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 141.

<sup>252</sup> *Ibidem*, p. 264.

indenização era uma forma de sobrevivência das instituições monárquicas, por isso, era necessária e urgente.<sup>253</sup>

Até o fechamento do ano legislativo de 1888, o Barão de Cotegipe apontou ou e registrou nas sessões do Senado o recebimento de abaixo-assinado e monções de lavradores, pedindo a indenização. A associação entre indenização e a forma de governo eram sempre discutidas nos debates da Câmara e do Senado. No entanto, o projeto de indenização de Cotegipe foi rejeitado por uma votação de 31 a 10 votos.<sup>254</sup> A derrota na proposição indenizatória não fez os deputados e senadores se acalmarem e novas propostas foram feitas no ano de 1889. Para José Murilo de Carvalho, a campanha indenizatória só se acalmaria com a implantação da República, pois foi definitivamente derrotada.<sup>255</sup>

Na coluna “Diário das Câmaras” eram descritas as representações que os deputados indenizistas recebiam dos lavradores:

O Sr. Coelho Rodrigues justifica duas representações, uma dos Fazendeiros de Pernambuco e outra dos fazendeiros de Minas, pedindo dinheiro pelo valor da liberdade dos homens libertos pela lei de 13 de maio de 1888. (...)

O Sr. Bulhões de Carvalho diz que recebeu carta de Ubá pedindo dinheiro pelo valor das liberdades, da lei de 13 de maio; o orador justifica essa carta. (...)

O Sr. Oliveira Ribeiro, justifica e manda à mesa uma petição dos fazendeiros de Sergipe, pedindo dinheiro pela liberdade dos escravos.<sup>256</sup>

Os deputados indenizistas argumentavam que os lavradores foram espoliados e violados do sagrado direito de propriedade<sup>257</sup>. Já a *Gazeta de Notícias* não tomava posição clara sobre a indenização, pois suas edições recebiam cartas-artigos defendendo ou requerendo-a. Nesses artigos, os lavradores a demandavam devido à situação difícil em que se encontravam e denunciavam a falta de mão de obra. Os libertos se retiraram das fazendas e as plantações ficaram abandonadas. Combinavam preço por determinados serviços, mas os deixavam pela metade, pois eram arregimentados por outro lavrador. As emoções nas cartas-artigos eram variadas, mas prevaleciam súplicas aos Senadores Cotegipe, Paulino de Souza e ao Imperador. Em uma carta-artigo de autoria do “Conservador da Roça” é feita uma reclamação típica:

<sup>253</sup> *Gazeta de Notícias*, de maio a novembro de 1888. (Coluna: Boletim das Câmaras)

<sup>254</sup> *Gazeta de Notícias*, 19 de julho de 1888, p.1.

<sup>255</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem: a elite política. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

<sup>256</sup> *Gazeta de Notícias*, 22 de agosto de 1888, p.1.

<sup>257</sup> *Gazeta de Notícias*, 19 de julho de 1888, p.1.

Questões políticas-sociais.

Honra à realeza

Parabéns à lavoura do Ouvidor por já ter feita a sua colheita. A esses lavradores da palestra nos botequins, de bigodes almiscarados pela cerveja e cognac, camélias produziu um feito inesperado.

Além das colheitas feitas e não obstante não ser ainda a ocasião a mais propícia para semear-se os cereais, já estão com as roças plantadas.

Enquanto que nós os desgraçados cá do interior, a velha indiana do João Alfredo estamos com menos da metade das colheitas para fazer e obrigados a exportá-la imediatamente para obtermos os meios de pagar o salário ao trabalhador rebelde, o qual, apesar de só trabalhar regularmente quatro dias na semana, isto é, de terça a sexta-feira, e sem fazer caso de dinheiro por que mal recebe o ordenado gasta inutilmente, não que trabalhar barato e é inconstante no trabalho experimentando constantemente novos padrões.

Além de tudo os braços escasseiam com a imigração para o Oeste de São Paulo que tem agentes por toda a parte com promessas mentirosas. Isto é quanto aos alfredistas ou redimidos das camélias; e enquanto o caboclo vulgarmente chamado, é uma lástima, continuam na antiga vagabundagem, não há contrato que sirva, fazendo sempre pressão sobre o ordenado, e é a pior praga que concorre com o trabalho liberto, incutindo nele a sua indolência e insolência. Não obstante as duas classes de trabalhadores repelirem por ódios antigos, o caboclo continua a viver a custa do negro.

(...) Prova isso que o trabalho é bem pago; não obstante, se perderá parte da grande colheita de café por insuficiência de braços.

Contudo, não nos admiramos que a rua do Ouvidor, o reflexo do Olimpo, tenha concluído a sua colheita, colonizado o império dos deuses e pago as dívidas. (...)

No entanto, é essa mesma lavoura que reclama a indenização. A indenização é uma dívida do império, porque tanto direito tem o rei ao trono como o senhor tinha sobre o escravo: mas não é com a venda do voto que se protesta contra a ilegalidade de um decreto. (...)

Se aos libertos temos necessidade de avisar todos os dias que eles são homens livres, ao eleitor temos o dever de lembrar que ele é um cidadão, que todos temos a responsabilidade cívica do mau estado dos negócios públicos, concorrendo um para fazer o inferninho.

O eleitorado queixe-se de si mesmo por manter a centralização, só útil aos patriotas da barriga e a casa de Bragança.

Já é tempo de acabar-se com o servilismo político, para com orgulho dizermos: já não há escravos no Brasil.<sup>258</sup>

O autor do artigo, Conservador da Roça, demonstrou que as plantações estavam em dificuldades, pois os lavradores não conseguiam controlar a mão de obra e não havia dinheiro (moeda) suficiente para pagar os libertos. Os mesmos tiravam proveito mudando de contrato por melhor oferta. O salário, ou remuneração por serviço, ficava maior porque os libertos eram aliciados por emissários do Oeste Paulista. O autor protestava então contra a atitude do governo de João Alfredo que fez a Abolição, mas não se preocupou com os lavradores. Tudo isso acontecia porque os políticos compravam seus votos. Assim, a situação que os lavradores estavam vivendo era em decorrência da falta de consciência na hora escolher os seus representantes, ou seja, um problema criado por eles mesmos. O Brasil só se modificaria com a libertação do eleitorado. Para o Conservador da Roça a

indenização tinha que ser resolvida pela Monarquia. No rodapé de seu artigo, ele defende: “A indenização só pode ser negada pela República, apesar de ser mais sagrada essa dívida do Estado (...). A escravidão foi autorizada pelo Estado e tolerada por todas as classes da nação.”<sup>259</sup>

A posição dos lavradores exposta nas folhas da *Gazeta de Notícias* se difere de uma carta, resgatada por Humberto Machado, do Conde de Nova Friburgo ao Dr. José da Costa Leitão de 21 de julho de 1888. Nessa carta, Friburgo relata que pouco sofreu com a Lei de 13 de maio, pois os trabalhos ocorriam normalmente. Para ele, os ex-escravos estavam contentes por terem proventos. Os contratos de trabalho eram feitos com libertos fortes, preterindo os fracos e os anciões<sup>260</sup>. A confrontação entre o Conservador da Roça e o Conde de Nova Friburgo nos mostra uma diferença importante, talvez o primeiro seja médio e ou pequeno proprietário e o segundo grande proprietário. No município de Cantagalo, onde Friburgo tinha sua fazenda, era diferente da região onde Conservador da Roça tinha negócios. Cantagalo não fora atingida pela falta de mão de obra e pelo aliciamento dos emissários do Oeste Paulista e nem pela competição entre os lavradores<sup>261</sup>. Outros autores de carta-artigo, na *Gazeta de Notícias*, reclamavam dos mesmos problemas: falta de mão de obra, alta do salário, falta de capital e desejo de indenização.

Hebe Mattos em sua pesquisa, no Vale do Paraíba, encontrou os mesmos problemas dos agricultores retratos pela *Gazeta de Notícias*, ou seja, perda de colheitas e competição entre os lavradores pelo trabalho dos libertos. Poucos dos grandes proprietários de terras conseguiram não ter perdas nas suas produções agrícolas.<sup>262</sup>

Outro grande proprietário de terras e escravos, Joaquim José de Souza Breve<sup>263</sup>, também se manifestou na *Gazeta de Notícias* escrevendo uma carta-artigo, que foi

<sup>259</sup> *Gazeta de Notícias*, 6 setembro de 1888, p.1.

<sup>260</sup> MACHADO, Humberto. *Palavras e Brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. Niterói: Editora Eduff, 2014, p. 268-269.

<sup>261</sup> LAGO, Luiz Aranha Correa do. *Da escravidão ao trabalho livre: Brasil de 1550-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

<sup>262</sup> MATTOS, Hebe. *Das Cores do Silêncio*. São Paulo: Editora Unicamp, 2013.

<sup>263</sup> “O Comendador Joaquim José de Sousa Breves [1804-1890] foi o mais opulento fazendeiro de café no Brasil Imperial, plantou 5 milhões de pés de café e era proprietário de mais de seis mil escravos, empregava-os nas suas diversas fazendas, onde o serviço reclamasse momentaneamente maior quantidade de braços”. – Vide: [http://www.genealogiahistoria.com.br/index\\_historia.asp?categoria=4&categoria2=4&subcategoria=139](http://www.genealogiahistoria.com.br/index_historia.asp?categoria=4&categoria2=4&subcategoria=139) – acesso: 20/07/2016

publicada na página 5, com o título “A S. M. o Imperador”<sup>264</sup>. O artigo, ocupou três colunas, e nele, Joaquim Breves fez um resumo das leis emancipacionistas e da situação da lavoura “serra acima”, e propunha um novo sistema de financiamento da lavoura onde renderia para a nação 200 mil contos de réis por ano. Com esse lucro, o Império poderia pagar “a propriedade escrava” e trazer imigrantes para o país. Para Breves, esses imigrantes deveriam vir com uma fortuna média de 20 a 30 contos de réis para que comprassem fazendas no Brasil. Esse projeto de financiamento e a criação de um novo banco traria a felicidade: “... 1º) dos pobres libertos; 2º) dos lavradores em geral; 3º) de toda a nação; ...”<sup>265</sup>

O artigo de Joaquim Breves é de grande relevância, pois ao descrever a situação da lavoura no pós 13 de maio, aproxima-se das exposições dos outros lavradores denunciando. O autor assim apresenta a situação:

... grande quantidade de indivíduos em serra acima terão de morrer à fome, porque quase ninguém tem feito plantação de milho e arroz, estando passado o tempo próprio; e quanto à colheita de café, tem sido somente exportada pelos ladrões, que são coniventes com os libertos, que, além de roubarem o café nas tulhas e nos terreiros, também furtam nos cafezais e tudo vendem por pouco mais de nada, assim como furtam animais, gado, porcos e carneiros e tudo mais que podem, de maneira que, tendo eu colhido antes da lei cerca de 20 mil arrobas de café e contando completar uma colheita de 100 mil arrobas, ainda até hoje somente tenho a mesma porção que tinha colhido, porque os libertos que vão colhendo desaparecem logo e ainda roubam na tulhas, ...<sup>266</sup>

Breves também observou a dificuldade dos lavradores de contratar os trabalhadores, devido ao preço alto cobrado:

... um lavrador com seis bons trabalhadores não pode colher, um ano pelos outros, mais de 100 arrobas de café, que, vendido, termo médio, a 6\$, produz 600\$; ora, os seis trabalhadores não querem trabalhar por menos de 100\$ por ano; o que importa também em 600\$, ficando assim absorvida toda a importância do café, que não pode chegar nem para o dispêndio do café.<sup>267</sup>

Quanto aos ingênuos e idosos, o autor informou que assumiu o seu custo sustentando-os e alimentando-os. Importante frisar que os lavradores da região, próximos às fazendas de Breves, ainda não haviam encontrado a fórmula para manutenção da

<sup>264</sup> *Gazeta de Notícias*, 14 de outubro de 1888, p.5.

<sup>265</sup> *Ibidem*.

<sup>266</sup> *Ibidem*.

<sup>267</sup> *Ibidem*.

produção e para a nova relação do trabalho.<sup>268</sup> O pesquisador Luiz Lago observa que esses problemas dos cafeicultores, do Vale do Paraíba, estavam associados com a baixa produtividade dos cafezais, que não permitia aos lavradores darem uma boa remuneração aos libertos. O autor então observa como os lavradores se comportaram: “Nos anos seguintes, outros tipos de arranjos para o trabalho na lavoura foram adotados no estado [Rio de Janeiro], sem que se viesse emergir um padrão predominante, e os diferentes tipos eram frequentemente encontrados em combinação”.<sup>269</sup>

Ao mesmo tempo em que a *Gazeta de Notícias* apresentava as situação dos cafeicultores e a nova relação de trabalho no Pós-Abolição, também apareceram algumas denúncias sobre a exploração dos libertos. Em 24 de fevereiro de 1889, na coluna “A pedido”, foi divulgado um agradecimento ao chefe de polícia. Um liberto de nome Maciel fora preso e forçado a trabalhar em uma fazenda de um subdelegado. Após ser transferido para Niterói, o autor do artigo, José da Costa Feijó, intercedeu pelo liberto afirmando que o mesmo era “trabalhador” e o chefe de polícia resolveu libertá-lo. José Feijó, então, emitira o artigo de agradecimento ao policial<sup>270</sup>.

Outra denuncia apresentada na *Gazeta de Notícias* encontra-se no artigo “Nova Escravidão”. O autor, de nome Conscius, clamava por providência, pois no município de João Príncipe os libertos eram forçados a trabalhar nas fazendas de uns delegados de polícia por míseros salários de 60 reis por dia ou 1\$320 por mês. Para o autor da denúncia, esses fazendeiros se viam protegidos pelos cargos que ocupavam no governo<sup>271</sup>. Artigos como esse eram raros na *Gazeta de Notícias* e sempre eram assinados, não representando, assim, um posicionamento do jornal. Podemos também perceber que as denúncias eram uma forma de condenação ao governo e ao Império, pois os transgressores eram sempre de funcionários públicos.

---

<sup>268</sup> Hebe Mattos retrata em sua pesquisa as dificuldades que o Comendador Joaquim José de Souza Breves teve com a nova relação de trabalho dos libertos em suas 20 fazendas. Tais problemas não foram conhecidos pelos leitores do jornal *Gazeta de Notícias* - Vide: MATTOS, Hebe. *Das Cores do Silêncio*. São Paulo: Editora Unicamp, 2013, p. 265-270.

<sup>269</sup> LAGO, Luiz Aranha Correa do. *Da escravidão ao trabalho livre: Brasil de 1550-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 141.

<sup>270</sup> *Gazeta de Notícias*, 24 de fevereiro de 1889, p.2.

<sup>271</sup> *Gazeta de Notícias*, 6 de junho de 1888, p.3.

Humberto Machado<sup>272</sup> observou que denúncias de exploração dos libertos eram mais comuns no jornal *Cidade do Rio*, de José do Patrocínio. Já na *Gazeta de Notícias*, o liberto era retratado quase sempre associado a infortúnios ou a circunstâncias de moral questionável. Como exemplo, podemos apresentar o caso retrato no artigo com o título de “Incestuosa e desumana”<sup>273</sup>.

O artigo relata que uma mulher de cor preta, de nome Maria Silveira, queria entregar uma criança de seis meses no Hospital da Misericórdia, alegando que a criança havia sido encontrada abandonada na porta de sua casa. O doutor Samuel Pertence, desconfiado, a submeteu a um exame e verificou a existência de leite em seus seios. Sendo ela levada ao Chefe de Polícia, foi interrogada e, após verificação, se constatou que a Maria Silveria era na verdade Castorina Maria Nilveria e que vivia amasiada com seu irmão. Após ser admoestada pelo chefe de polícia a “indigna mulher” foi liberada.<sup>274</sup>

Outro exemplo é o caso do “Preto Rui”:

O preto Rui Francisco estava anteontem com o diabo no corpo. Tanto bebeu que embriagou-se e nesse estado atirou fogo em um rancho de Sapê no Campinho, pertencente a preta Izidora da Conceição.  
Rui foi recolhido ao xadrez.<sup>275</sup>

Outra forma de apresentar os libertos, na *Gazeta de Notícias*, era associando-os ao Império em agradecimento pela libertação. Nos aniversários da Princesa Isabel, do Imperador, na chegada da família imperial, são retratados fazendo festas:

Paraíba do Sul, 7.

Rezou-se hoje a missa que os libertos das fazendas União e São Lourenço, do Visconde de Entre Rios, mandaram celebrar.  
Os libertos apresentaram-se acompanhados da sua banda de música, e depois da missa, saíram em passeata.  
Mais de 1000 pessoas acompanharam o grupo dos libertos, que percorreram as diversas ruas da cidade, dando entusiásticas provas do seu reconhecimento e gratidão a princesa Isabel.(...)  
Houve grande número de foguetes, salvas, girandolas, etc.  
Os libertos cantaram o hino da independência e deram vivas a Imperatriz, a Princesa Imperial e a S. M. o Imperador.<sup>276</sup>

<sup>272</sup> MACHADO, Humberto. *Palavras e Brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. Niterói: Editora Eduff, 2014.

<sup>273</sup> *Gazeta de Notícias*, 2 de setembro de 1888, p.1.

<sup>274</sup> Ibidem.

<sup>275</sup> *Gazeta de Notícias*, 16 de setembro de 1888, p.3.

<sup>276</sup> *Gazeta de Notícias*, 8 de setembro de 1888, p.2.

O jornalista teve a preocupação de associar o festejo à Monarquia e ao nome da Princesa, bem como a forma ordeira da festa promovida pelos libertos. A historiadora Maria Tereza Chaves Mello observou que a imprensa carioca na década de 1888 associava o Império ao atraso e ao privilégio.<sup>277</sup> Essa preocupação da *Gazeta de Notícias* em apresentar essa associação da Família Real com os libertos estava em demonstrar que a manutenção do sistema monárquico era apenas um desejo dos libertos. Os negros, escravo ou não, eram vistos como incapazes e atrasados.<sup>278</sup>

Os libertos também estavam associados à insegurança e aos conflitos. Nos meses de julho a dezembro de 1888, houve confrontos entre os negros e os defensores da República<sup>279</sup>. Foi nesse período que surgiu ou se formou a Guarda Negra<sup>280</sup>. A *Gazeta de Notícias* apresentou a atuação da “Guarda” no Rio de Janeiro e em São Paulo, embora não falasse sobre sua origem nem a quem estava associada. Em janeiro de 1889, foi reproduzido um artigo do jornal *Novidades* sobre a Guarda Negra, com o título “Notas políticas”:

... Na ocasião a que nos reportamos, a proverbial leviandade do presidente do conselho pô-lo a descoberto. Respondendo as felicitações da guarda-negra, o Sr. João Alfredo disse que desejava que prosperasse e aumentasse para a defesa das instituições do Sr. D. Pedro II e da Sra. D. Isabel I. Não há quem ignore que a guarda-negra é uma sociedade de fins até há pouco secreta e armada.<sup>281</sup>

Esse artigo aparece após uma reunião republicana com Silva Jardim e Lopes Trovão, na Sociedade Francesa de Ginástica, que foi impedida de acontecer devido à intervenção de um grupo de monarquistas, em sua maioria pretos e libertos.

A *Gazeta de Notícias* retratou esse evento como o “Grande Conflito”. Na edição de 01 de janeiro de 1888, descreveu todo o dia anterior, desde a chegada de Silva Jardim ao

<sup>277</sup> MELO, Maria Tereza Chaves. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do império*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007, 179-181.

<sup>278</sup> HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

<sup>279</sup> *Gazeta de Notícias*, de julho a dezembro de 1888.

<sup>280</sup> MATTOS, Augusto Oliveira. *Da espontaneidade à ação política: a Guarda Negra da Redentora (discussão historiográfica)*. Apud: Sérgio Ricardo da Mata, Helena Miranda Mollo & Flávia Florentino Varella (org.). *Caderno de resumos & Anais do 2º. Seminário Nacional de História da Historiografia. A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas*. Ouro Preto: EdUFOP, 2008. MACHADO, Humberto. *Palavras e Brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. Niterói: Editora Eduff, 2014.

<sup>281</sup> *Gazeta de Notícias*, 1 de janeiro de 1889, p.3.

Clube, a formação de grupos contrários à conferência republicana na rua, a agressão aos participantes do evento, a interferência da polícia, a insegurança que se instalou nas ruas do centro da cidade do Rio de Janeiro e a tranquilidade que só retornou tarde da noite<sup>282</sup>.

O periódico observou que os grupos antirrepublicanos, após acabarem com a reunião, se dirigiram à Rua do Ouvidor, jogaram pedras e forçaram as portas das sedes dos jornais, sendo o principal alvo o jornal *O Paiz*. A *Gazeta de Notícias* não comentou ter sido atacado. A confusão teve três feridos graves com tiro, estando um deles ferido na testa. Somente por volta das 21 horas, a situação se acalmou em decorrência da atuação das guardas da polícia e do exército.<sup>283</sup>

Na longa descrição do “Grande Conflito”, a *Gazeta de Notícias* não usou o termo “Guarda Negra” para classificar o grupo contrário à Conferência Republicana liderada por Silva Jardim. No entanto, nessa edição surgiu um comunicado da Guarda Negra:

#### Guarda Negra

Em nome dos cidadãos que, levados pelo sentimento da gratidão e do patriotismo, hipotecaram a sua vida e a sua honra a Princesa Redentora, protesto contra as injúrias e aos atentados dos negros-republicanos contra os homens de cor, e declaro que só por não ser o nosso propósito perturbar a ordem, nem provocar a anarquia, a *Guarda Negra* não toma o desforço que devia tomar, porque tem força de sobra para desafrontar o seu nome e a sua raça.

A nossa calma é mais um sacrifício feito no governo, que no dia 13 de Maio fez uma pátria bastante grande para conter nossa gratidão e a torpeza dos assalariados do escravismo, mascarados em republicanos.

Dia virá, porém, em que se mostrarão face a face os cidadãos que representam a honra de três séculos de trabalho martirizado, e o impudor dos explorados que há trezentos anos nos incitam a desafronta.

O chefe-geral, Clarindo de Almeida.<sup>284</sup>

O artigo reproduzido do jornal *Novidades*<sup>285</sup> argumentava que a Guarda Negra era uma instituição secreta e armada, embora sua inauguração fosse registrada no jornal *Cidade do Rio de Janeiro* no dia 10 de julho de 1888.<sup>286</sup> O pesquisador Augusto Oliveira Mattos argumenta que não seria possível atribuir à Guarda Negra o confronto na Sociedade

<sup>282</sup> *Gazeta de Notícias*, 1 de janeiro de 1889, p.1.

<sup>283</sup> Ibidem.

<sup>284</sup> Ibidem.

<sup>285</sup> Ibidem.

<sup>286</sup> MATTOS, Augusto Oliveira. *Da espontaneidade à ação política: a Guarda Negra da Redentora* (discussão historiográfica). Apud: Sérgio Ricardo da Mata, Helena Miranda Mollo & Flávia Florentino Varella (org.). Caderno de resumos & Anais do 2º. Seminário Nacional de História da Historiografia. A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas. Ouro Preto: EdUFOP, 2008. MACHADO, Humberto. *Palavras e Brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. Niterói: Editora Eduff, 2014.

Francesa de Ginástica, pois não havia uniformes ou hierarquia definida, mas admite que era uma ação de capoeiras<sup>287</sup>. Já, o estudioso da “Guarda Negra”, Carlos Eugênio Líbano Soares<sup>288</sup> defende que ela estava inserida na existência de várias maltas de capoeiras do Rio de Janeiro. Para o autor, parte delas tinha relação com os políticos do Partido Conservador e com a polícia na década de 1880.

No artigo de Clarindo de Almeida, exposto acima, a preocupação era de demonstrar que a Guarda Negra estava sendo injuriada por “negro-republicanos”<sup>289</sup> e que pela ordem ela não reagiria.<sup>290</sup>

A “Guarda Negra” apareceu com certa frequência nas páginas da *Gazeta de Notícias*. O periódico relatou que, em São Paulo, o abolicionista Antônio Bento, líder dos Caifazes, rejeitou a criação da Guarda na província. O jornal informou que, no dia 6 de janeiro de 1889, foi feita uma reunião no teatro Polythema com “homens de cores”<sup>291</sup>, para deliberar se deveria ser organizada também em São Paulo. O convidado principal, Antônio Bento, declarou que não tinha ponderado sobre que atitude tomar a respeito. Então, os libertos presentes no teatro tomaram a decisão da não criação da organização em São Paulo<sup>292</sup>.

Posteriormente, a *Gazeta de Notícias* voltou a relatar sobre a “Guarda Negra” e Antônio Bento em São Paulo. Segundo o periódico:

O Dr. Antônio Bento fez hoje ao Sr. Gaspar da Silva, redator do Mercantil uma imponente manifestação.

O Dr. Antônio Bento declarou que à vista da infâmia da Plateia, e vendo O Mercantil desprotegido pelo governo e pela polícia, como conservador que era saía da obscuridade e vinha fundar a guarda negra, para garantir o trono e a ordem.

O Dr. Antônio Bento teve ruidosa ovação.<sup>293</sup>

<sup>287</sup> MATTOS, Augusto Oliveira. *Da espontaneidade à ação política: a Guarda Negra da Redentora (discussão historiográfica)*. Apud: Sérgio Ricardo da Mata, Helena Miranda Mollo & Flávia Florentino Varella (org.). Caderno de resumos & Anais do 2º. Seminário Nacional de História da Historiografia. A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas. Ouro Preto: EdUFOP, 2008.

<sup>288</sup> SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição: os capoeiras na Corte Imperial, 1850-1890*. Rio de Janeiro: Access, 1999.

<sup>289</sup> *Gazeta de Notícias*, 1 de janeiro de 1889, p.1.

<sup>290</sup> *Ibidem*, p.3.

<sup>291</sup> *Gazeta de Notícias*, 7 de janeiro de 1889, p.2.

<sup>292</sup> *Ibidem*.

<sup>293</sup> *Gazeta de Notícias*, 6 de março de 1889, p.2.

Nesse relato do dia 6 de março de 1889, fica demonstrado a ligação de Antônio Bento com o Partido Conservador e sua preocupação com a Monarquia. Observamos também a importância que o líder abolicionista tinha com o público negro e que a Guarda Negra não era essencialmente uma organização de libertos.

No ano de 1889, a Guarda Negra assinou dois outros artigos na *Gazeta de Notícias*, sempre na página três, como carta-artigo, defendendo a Monarquia e a Princesa.

Importante observar que, nesse momento, a discussão na sociedade era sobre a indenização e a distribuição de terras para os libertos.<sup>294</sup> A Guarda Negra, nesses artigos, não demonstrou preocupação com a situação social dos libertos, nem propôs estratégias políticas para melhoria dos iguais.

Os libertos eram importantes para um segmento dos republicanos, ao menos como retórica<sup>295</sup>. Nos relatos dos pêniplos de propagandas de Silva Jardim, da *Gazeta de Notícias* foi apontada a presença de libertos que tentavam impedir as conferências. Entretanto, os mesmos eram sempre alcançados pela persuasão do republicano. Eles eram sempre convertidos à causa republicana. Alguns exemplos:

Vista Alegre, 5

A conferência do Sr. Dr. Silva Jardim causou profunda impressão. O teatro onde ela teve lugar estava literalmente cheio; todas as tribunas foram ocupadas por senhoras. Ao terminar, foi o ilustre democrata vivamente saudado, acompanhando-o povo até a estação. O expresso de Vista Alegre não pôde acomodar a todos os que quiseram acompanhar o Dr. Jardim.

Muitos libertos aderiram a causa republicana, fazendo ao Dr. Silva Jardim ruidosa manifestação.<sup>296</sup>

Providencia, 16

Depois da conferência, do Dr. Silva Jardim, houve em Angustura profuso banquete de 100 talheres, sendo magnífico o serviço feito pela casa Pascoal.

(...) Estiveram presentes muitas senhoras.

Instigados, os libertos queriam perturbar a ordem. Os republicanos, prevenidos, acalmaram os ânimos.

O Dr. Jardim seguiu para a fazenda Bom Destino, de D. Maria do Carmo e filhos.

O liberto, que apontara a arma contra ele, foi pedir-lhe desculpas. O Dr. Jardim deu-lhe conselhos.

Na festa de Angustura o partido republicano despendeu grandes somas.<sup>297</sup>

<sup>294</sup> MACHADO, Humberto. *Abolição e cidadania: a guarda negra da redentora no Rio de Janeiro*. In: Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica Rio de Janeiro: vol. 5, n.3, setembro-dezembro, 2013, p. 505-524.

<sup>295</sup> FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *A esperança e o desencanto: Silva Jardim e a República*. São Paulo: Humanitas, 2008.

<sup>296</sup> *Gazeta de Notícias*, 6 de março de 1889, p.2.

Os libertos também estavam em outros eventos republicanos. Esses tentavam impedir todas as reuniões propagandistas. A *Gazeta de Notícias* tinha a preocupação de apresentar os ex-escravos como os responsáveis pelos impedimentos, ou badernas, contra os eventos políticos. Os libertos sempre estavam associados aos delegados de polícia e aos monarquistas, ou seja, não era uma ação autônoma. O periódico constantemente informava que os republicanos agredidos atuavam junto aos libertos-desordeiros, convencendo-os de que a República seria benéfica para eles.

São Fidelis, 15

Chegou a Pádua, Nilo Peçanha. Foi recebido na estação com entusiasmo, música, foguetes e vivas.

Os libertos aconselhados pelas autoridades, percorreram as ruas provocando os republicanos. Tentaram invadir armados o recinto do edifício onde realizava-se a conferência.

Reinou verdadeiro pânico entre as famílias.

Tendo os libertos agredido o orador e mais pessoas, foram repelidos com energia.

Depois que o Dr. Nilo começou a orar, os libertos ouviram com atenção.

O orador manteve-se na altura do seu privilegiado talento. Foi aplaudido freneticamente.

Foram levantados vivas à república e a revolução.<sup>298</sup>

Nesse momento, 1889, parece-nos que havia uma preocupação real de parte dos republicanos de alcançarem os libertos. A pesquisadora Maria Fernanda Fernandes que observa que o Silva Jardim<sup>299</sup> se preocupava em reorganizar o trabalho dos libertos, ou melhor, uma nova relação, mais ordeira, do trabalho<sup>300</sup>.

No dia 13 de maio de 1889, entretanto, a associação “Imprensa Fluminense” não se reuniu para fazer a festa de aniversário da Lei Aurea. As festas foram organizadas pelo governo e pela Confederação Abolicionista. Na *Gazeta de Notícias* o aniversário da Lei Aurea não recebeu o mesmo espaço do ano anterior. Na edição de 14 de maio de 1889, as festividades ocuparam metade da primeira página. Não houve manchetes garrafais ou gravuras, como no ano anterior. O jornal limitou-se a acompanhar os festejos.

Na edição de 14 de maio de 1889, apareceu a coluna “Política Republicana”, escrita por Silva Jardim, que expôs a situação de miséria do liberto no Pós-Abolição. O autor fez

<sup>297</sup> *Gazeta de Notícias*, 17 de março de 1889, p.2.

<sup>298</sup> *Gazeta de Notícias*, 16 de abril de 1889, p. 2.

<sup>299</sup> FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *A Esperança e o desencanto: Silva Jardim e a república*. São Paulo: Humanitas, 2008, p. 94-95.

<sup>300</sup> É bastante ilustrativo que em março de 1888 foi organizado um Congresso Agrícola em Campos para tratar da nova relação com os libertos. A presidência do mesmo foi dada aos republicanos-abolicionistas Francisco Portela, Nilo Peçanha e Cândido Lacerda. – Vide: MATTOS, Hebe. *Das Cores do Silêncio*. São Paulo: Editora Unicamp, 2013, p. 246-247.

uma longa crítica à Monarquia e ao governo argumentando que o mesmo não aproveitou o “13 de maio” para criar condições para desenvolver o país e não se ocupou dos libertos, oferecendo-lhes terras devolutas, instrumentos de trabalho e uma instrução elementar. Ao fim do artigo, concluiu: “O tempo virá em que os descendentes da raça negra, bem inspirados e esclarecidos lhe tomem disto severas contas. A república benevolente e serena aguarda dia de fraternidade e justiça”.<sup>301</sup>

Embora sem poder de voto, os libertos eram importantes dentro do jogo político nos anos iniciais do Pós-Abolição. Os defensores da indenização associavam suas propostas ao bem estar dos da “raça negra”<sup>302</sup> e o mesmo acontecia com os republicanos que procuravam demonstrar que eles sempre eram alcançados pela eloquência dos seus discursos. A República seria benéfica para os libertos. No entanto, não foi observada nas edições da *Gazeta de Notícias* nenhuma preocupação dos libertos por terras ou melhores condições de trabalho. As poucas vezes que a “Guarda Negra” emitiu comunicado, o seu foco era a defesa da Monarquia e da Princesa.

A *Gazeta de Notícias* retratava o liberto<sup>303</sup> como um problema social, inculto e desumano. Isso se aproxima das observações de Lília Moritz Schwarcz, que ao estudar os jornais paulistas no final do século XIX, constatou:

..., a partir do final da década de 1880, e quanto mais nos aproximamos da data da libertação dos escravos e do consequente “acesso” destes à cidadania, mais vão reificando-se e tornando-se predominantes representações que se referem ao caráter degenerado desses elementos.<sup>304</sup>

Para a autora, há uma transformação mais efetiva na descrição do negro após a Proclamação da República.

O negro era então representado como um indivíduo que, através de suas ações, distanciava-se dos padrões de comportamento da jovem República, o que se explicava perfeitamente a partir da delimitação de seu passado ou através da verificação de suas características raciais.<sup>305</sup>

---

<sup>301</sup> *Gazeta de Notícias*, 13 de maio de 1889, p. 2.

<sup>302</sup> Ibidem.

<sup>303</sup> A *Gazeta de Notícias* classificava todos os negros nascidos livres, os negros livres antes de 1888 e os negros libertados no dia 13 de maio de 1888 como libertos.

<sup>304</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 224.

<sup>305</sup> Ibidem, p. 225.

Hebe Mattos, em sua pesquisa, analisou fontes como jornais da região cafeeira do Vale do Paraíba, os atos das Câmaras Provinciais e os relatórios dos presidentes das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, e constatou que, com o advento da República houve uma diferenciação racial e um preconceito em relação aos libertos. Segundo a autora:

... Ela [República] acabaria por abandonar a referência aos libertos, prevalecente nos últimos meses da Monarquia, passando a operar principalmente a dicotomia “nacionais x imigrantes” (europeus). Estenderia, assim, a todos os nacionais, à exceção da elite, a marca da inferioridade racial e do cativo. Nasceria, então, uma República, onde, do ponto de vista da maioria de seus intelectuais, faltava um povo. Caberia aos imigrantes europeus formá-lo.<sup>306</sup>

Ao elaborar essa dissertação, objetivou-se pesquisar um período infinitamente menor. No entanto, nesse pequeno tempo observado, devemos salientar que o liberto ou negro foi uma peça importante nas proposições políticas do Império, notadamente na oposição republicana (parte dela) e dos indenizistas. Embora os primeiros buscassem uma mudança da forma de governo e os outros uma sobrevivência financeira, eles não se esqueciam de propor políticas de compensação para os libertos. Uma carta, de 11 de agosto de 1889, da Princesa Isabel para o Visconde de Santa Vitória, um dos sócios do Barão de Mauá, onde nos revela que o sentimento de compensação dos libertos era algo forte entre parte da elite e da Monarquia:

Fui informada por papai que me colocou a par da intenção e do envio dos fundos de seu banco em forma de doação indenização aos ex-escravos libertos em 13 de maio do ano passado, e o sigilo que o Sr. pediu ao presidente do gabinete [Visconde de Ouro Preto] para provocar reação violenta dos escravizados. Deus nos proteja se os escravocratas e os militares saibam desse negócio, pois seria o fim do atual governo e mesmo do Império e da casa Bragança no Brasil. Nosso amigo Nabuco, além dos Srs. Rebouças, Patrocínio e Dantas, poderiam dar auxílio a partir do dia 20 de novembro, quando as Câmaras se reunirem para a posse da Nova Legislatura [havia dito eleição para Câmara dos Deputados Gerais em agosto]. Com apoio dos novos deputados e os amigos fieis de papai no Senado será possível realizar as mudanças que sonho para o Brasil.

Com os fundos doados pelo Sr. teremos oportunidade de colocar estes ex-escravos, agora, livres, em terras suas próprias trabalhando na agricultura e na pecuária e delas tirando seus próprios proventos. Fiquei mais sentida ao saber por papai que esta doação significou mais de 2/3 da venda dos seus bens, o que demonstra amor devotado do Sr. pelo Brasil. (...)

Mas não fiquemos mais no passado, pois o futuro nos será promissor, se os republicanos e escravocratas nos permitirem sonhar mais um pouco.<sup>307</sup>

<sup>306</sup> MATTOS, Hebe. *Das Cores do Silêncio*. São Paulo: Editora Unicamp, 2013, p. 362.

<sup>307</sup> PRINCESA ISABEL. Apud: ALVES, Uelinton Farias. *José do Patrocínio: imorredoura cor de bronze*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p. 228-229.

A julgar pelo conteúdo dessa carta o ex-escravizado só perdeu com o advento da República. A *Gazeta de Notícias* não captou essa defesa veemente pelo liberto. O periódico defendia a pequena propriedade para o imigrante europeu que, para o jornal, era necessário para o país se desenvolver. Os nacionais, inclusive os libertos, poderiam usufruir desse benefício.

### CAPÍTULO III - Gazeta de Notícias: o caminho da imigração e da República.

Com o fim do escravismo no Brasil, em 13 de maio de 1888, duas forças se movimentaram nos anos de 1888 e 1889: a discussão sobre o modelo de imigração e a mudança da forma de governo do Brasil. Paralelo a isso, existiu a proposta de indenização para os ex-proprietários dos escravos.

A edição de 14 de maio de 1888 da *Gazeta de Notícias* já apontava que novas discussões e mudanças eram necessárias para que o Brasil alcançasse o status “civilizatório” adequado: “Está extinta a escravidão; iniciada nova era, propostas novas questões. Não nos precipitemos”.<sup>308</sup> O periódico, ao longo desses dois anos defendeu a implantação de uma política imigratória em que criasse uma “classe média agrícola”<sup>309</sup> no Brasil e ideias para a mudança da forma de governo.

Ao longo deste capítulo, apresentaremos como foi o comportamento do jornal diante dessas duas forças que tomaram conta do Império.

#### 3.1- Pós-abolição e a discussão imigratória na Gazeta de Notícias.

A transição do trabalho escravo para o livre foi amplamente discutida nas edições da *Gazeta de Notícias* dos anos de 1888 e 1889. No entanto, já era recorrente desde o início da década de 1860, quando se propôs a discussão sobre o fim da escravidão e a possível substituição pelos “chins”. Esse debate motivou a criação da Sociedade Central de Imigração, que tinha como premissa pensar qual era a melhor forma para trazer o imigrante europeu e evitar a importação dos “chins” para o país.

Embora D. João VI tenha introduzido um pequeno grupo de chineses no Brasil, especificamente para o desenvolvimento da cultura do chá, eles só passaram a ser uma opção de mão de obra para agricultura a partir do Congresso Agrícola de 1878<sup>310</sup>. Nele

<sup>308</sup> *Gazeta de Notícias*, 14 de maio de 1888, p.1.

<sup>309</sup> HALL, Michael. *Reformadores de classe média no império brasileiro: a sociedade central de imigração*. São Paulo: Revista de História, nº 105, 1976.

<sup>310</sup> A historiadora Karoline Carula observa: “Antes de 1850 foram poucos aqueles que cogitaram a possibilidade do emprego de braços chineses na lavoura. Segundo Jeffrey Lesser, no final de 1854, o governo brasileiro determinou que seus representantes em Londres trouxessem para cá seis mil

foram feitas muitas propostas, entre elas a introdução dos chineses como mão de obra para a agricultura. O presidente do Conselho de Ministros, do Partido Liberal, Visconde de Sinimbu encomendou estudos para o desenvolvimento da imigração dos chineses. O cônsul nos Estados Unidos, Salvador Mendonça, foi o responsável pela pesquisa e descrição da experiência norte-americana com os imigrantes asiáticos.

No estudo de Salvador Mendonça, entregue em abril de 1879, aconselhava o Império a importar os chineses:

... não via dificuldades na adaptação dos chineses no Brasil, pois seu país de origem era semelhante em relação às terras e, em parte, ao clima, o que facilitaria a produção de café e de outros produtos agrícolas. (...) também atribuía, em seu estudo, algumas características psicológicas e físicas dos prováveis imigrantes quanto à capacidade e disposição ao trabalho, a inteligência e inclinação ao descumprimento da lei, indicando a imigração oriunda da região do Cantão como a geradora dos chineses mais adaptados ao trabalho requerido pelo Império brasileiro.<sup>311</sup>

A proposta de Mendonça e a disposição de Sinimbu de importar os “chins” foram combatidas pelos abolicionistas e parte da comunidade intelectual do Império<sup>312</sup>. No entanto foram as dificuldades de um acordo comercial entre o Brasil e a China que impediram o início da imigração dos chineses no governo de Visconde Sinimbu<sup>313</sup>.

A proposta para imigração de chineses retornou em 1883, quando Tng-King-Sing, diretor da Companhia Chinesa de Navegação do Rio de Janeiro, chegou ao Rio de Janeiro com objetivo de estabelecer uma linha marítima regular entre o Império asiático e o brasileiro. Na sua proposta comercial, se comprometia a trazer, em um prazo de três anos, vinte um mil “chins” ao custo de 35\$000 a cabeça. A presença do representante chinês e sua proposta provocaram um rebuliço e murmúrios na cidade, sobretudo a rejeição a imigração dos asiáticos.<sup>314</sup>

---

imigrantes da China. Entretanto, poucos chineses foram trazidos e o contrato firmado serviu para inflar o debate sobre a utilização de tal mão de obra. Ainda de acordo como o autor, existiam menos de mil chineses no Brasil entre as décadas de 1850 e 1860”. - Vide: CARULA, Karoline. *Darwinismo, raça e gênero: conferencias e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889)*. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012, p. 174.

<sup>311</sup> PEREIRA, Gabriel Terra. *O advento da República e ação de Salvador de Mendonça*. São Paulo: Editora Unesp; Cultura Acadêmica, 2009, p. 52.

<sup>312</sup> LIMA, Silvio Cezar de Souza. *Determinismo biológico e imigração chinesa em Nicolau Pereira (1870-1890)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, 2005, p. 105.

<sup>313</sup> MESQUITA, Sergio Luiz Monteiro. *A Sociedade Central de Imigração e a política imigratória brasileira (1883-1891)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2000, p. 63.

<sup>314</sup> Ibidem, p. 69.

Por causa disso, os ilustres imigrantes alemães Karl Von Koseritz, jornalista e político no Rio Grande do Sul, Hermann Blumenau, fundador da cidade catarinense de Blumenau, e o suíço Hugo Gruber, pugnadores de uma colonização através de imigrantes europeus, juntos com Alfredo Taunay e o engenheiro André Rebouças, resolveram convocar uma reunião com os burocratas, homens de letras e fazendeiros para discutir o problema da imigração, e tomar a resolução que se mostrasse mais conveniente. O encontro aconteceu em 14 de outubro de 1883, num dos salões do Liceu de Artes e Ofícios.<sup>315</sup>

Como resultado dessa reunião, foi fundada a Sociedade Central de Imigração em novembro de 1883. Essa tinha a intenção de “promover o aumento da imigração europeia para o Brasil”<sup>316</sup>. Ela defendia que o imigrante no Brasil deveria ser alocado em pequenos lotes de colônias agrícolas. Para a Sociedade, a oferta dos lotes seria um incentivo para a permanência do imigrante e sua família no país.<sup>317</sup>

A Sociedade Central de Imigração utilizava boletins mensais distribuídos para a sociedade, artigos nos jornais e contatos com políticos no Parlamento para divulgação de suas ideias. Visconde de Taunay, Senador Conservador, era o vice-presidente da Sociedade e o seu principal representante político; outro membro importante era André Rebouças, engenheiro e professor da Escola Politécnica, secretário da Sociedade, amigo de José do Patrocínio e da família Imperial. Tais relações políticas e pessoais permitiram que as propostas da Sociedade de Imigração chegassem ao centro do poder.<sup>318</sup>

Após a Abolição, a “Sociedade” passou a defender a “Democracia Rural”, que pode ser conceituada como a ampliação do acesso à propriedade fundiária para aqueles que reunissem determinadas condições para cultivá-la.<sup>319</sup> Esse grupo de proprietários era prioritariamente de imigrantes, no entanto, podia ser nacionais brancos e libertos. As terras

---

<sup>315</sup> MESQUITA, Sérgio Luiz Monteiro. *A Sociedade Central de Imigração e a política imigratória brasileira (1883-1891)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2000, p. 69-70.

<sup>316</sup> Ibidem, p.73.

<sup>317</sup> MESQUITA, Sérgio Luiz Monteiro. *A Sociedade Central de Imigração e a política imigratória brasileira (1883-1891)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2000. HALL, Michael. *Reformadores de classe média no império brasileiro: a sociedade central de imigração*. São Paulo: Revista de História, 1976, nº 105.

<sup>318</sup> MESQUITA, Sérgio Luiz Monteiro. *A Sociedade Central de Imigração e a política imigratória brasileira (1883-1891)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

<sup>319</sup> Ibidem.

escolhidas para a implantação dessas pequenas propriedades fundiárias seriam junto às linhas férreas, para facilitar o escoamento da produção.

As ideias da Sociedade Central de Imigração não eram as únicas a respeito do tratamento e da organização da imigração. Havia outra proposta, estas eram as ações imigratórias desenvolvidas na província de São Paulo pela Sociedade Promotora de Imigração. A instituição foi fundada em 1886 e terminou suas atividades em 1895, quando entregou todo o patrimônio para o Estado de São Paulo<sup>320</sup>. Embora tenha iniciado como uma sociedade civil com capital de 500:000\$000 (quinhentos contos de reis) dividido igualmente entre os seus participantes, esse capital jamais foi utilizado, pois a Sociedade Promotora atuava através de contratos anuais com o governo provincial de São Paulo que lhe cedia os recursos necessários para seus projetos.

Os membros dessa “associação” eram políticos e fazendeiros paulistas como: os irmãos Prado, o Senador Antônio Prado<sup>321</sup> e o Deputado Provincial Republicano Martinho Prado Júnior; e também o Deputado Provincial Nicolau de Souza Queiroz. Participavam também os ex-presidentes da província como Jorge Tibiriçá e Visconde de Parnahyba. Essa relação entre os fazendeiros e políticos permitiu à Sociedade Promotora de Imigração assinar contratos com o governo da província que eram referendadas pela Assembleia Provincial.

A Sociedade Promotora de Imigração cuidava da divulgação de São Paulo na Europa, da arregimentação do imigrante, do traslado marítimo, dos agasalhos, além do alojamento de oito dias em Santos e da sua entrega nas fazendas. Em seu período de existência, foi a maior responsável pela entrada de imigrantes na província e posteriormente no estado.

Enquanto a Sociedade Central de Imigração se colocava como um corpo consultivo do Império<sup>322</sup>, a Sociedade Promotora de Imigração era uma entidade executora. No

---

<sup>320</sup> PETRI, Kátia Cristina. *A sociedade promotora de imigração: a política de subvenção para imigração em São Paulo (1871-1894)*. Rio Grande Sul: X Encontro estadual de história, 2010. SANTOS, Ivison Poletto. *O público e o privado nas sociedades de imigração: o caso da sociedade promotora de imigração (1886-1895)*. Pelotas: Sociedade em debates, 2008, p. 55-60.

<sup>321</sup> Ministro da Agricultura nos Gabinetes de Barão de Cotegipe (1885/1887) e João Alfredo (1888/1889); e Conselheiro do Império em 1888.

<sup>322</sup> MESQUITA, Sérgio Luiz Monteiro. *A Sociedade Central de Imigração e a política imigratória brasileira (1883-1891)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

entanto, em São Paulo havia experiências acumuladas de como tratar o imigrante. Verena Stolcke e Michael Hall<sup>323</sup> assinalam que os cafeicultores fizeram vários experimentos para a transição do trabalho escravo para o livre. Um processo que para os autores foi com uma relativa não violência, embora Celia Maria Marinho de Azevedo<sup>324</sup> assinale que a opção dos fazendeiros pela imigração europeia tenha sido em parte o medo e a perda do controle sobre os escravos e libertos após as sucessivas leis emancipacionistas.

Os autores Verena Stolcke e Michael Hall observaram que desde 1850 os fazendeiros paulistas buscavam uma nova mão de obra que pudesse organizar e controlar com eficiência. Para isso, passaram pelas etapas do contrato de parceria, contrato de locação de serviços e, por fim, o colonato dos imigrantes. O colonato com baixos salários<sup>325</sup>, que os fazendeiros impuseram, deu certo devido à abundância de imigrantes que a Sociedade Promotora de Imigração trouxe para a região cafeeira paulista.

Nos anos de 1887 e 1888 as lavouras paulistas se desorganizaram com a retirada dos libertos e posteriormente a venda cara de seus serviços. No entanto, esse fenômeno foi muito mais forte nas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, após o 13 de maio de 1888. Luiz Corrêa Lago<sup>326</sup> observou que em São Paulo essa desorganização foi de menor intensidade, pois os libertos ao deixarem as lavouras, as vagas foram preenchidas pelos imigrantes.

..., embora a Abolição tenha provocado uma desorganização do trabalho nas áreas de café mais antigas, a transição para o trabalho no centro-oeste paulista não enfrentou grandes dificuldades em função do afluxo maciço de imigrantes europeus após 1887 e durante boa parte da década de 1890, que garantiu uma oferta de mão de obra para os cafezais da região durante a maior parte da década.<sup>327</sup>

---

<sup>323</sup> STOLCKE, Verena; HALL, Michael. *A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo*. São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 3, n. 6, p. 80-120, set. 1984.

<sup>324</sup> AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda Negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004.

<sup>325</sup> Ao longo de nossa pesquisa nas edições da *Gazeta de Notícias*, nos anos de 1888 e 1889, observamos que o salário praticado pelos grandes proprietários de terras paulistas era superior aos oferecidos pelos congêneres fluminenses e mineiros. Sendo esse um dos fatores pela forte atração dos imigrantes europeus para a província de São Paulo.

<sup>326</sup> LAGO, Luiz Aranha Corrêa. *Da escravidão ao trabalho livre: Brasil 1550-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

<sup>327</sup> Ibidem. p. 201.

Para Luiz Côrrea Lago, a imigração em São Paulo substituiu com folga a população escrava, pois os escravizados eram, em 1886, 107.329<sup>328</sup> indivíduos e no período de 1887 a 1891, entraram na província o total de 299.118<sup>329</sup>. O autor constatou que os libertos após se retirarem das lavouras por um tempo, ao retornarem “... foram frequentemente relegados a atividades auxiliares menos bem remuneradas no setor agrícola do estado, bem como no setor urbano, ...”<sup>330</sup>

Já no Rio de Janeiro e em Minas Gerais a imigração não foi suficiente para substituir a mão de obra dos libertos, os poucos imigrantes foram para a região de forma espontânea.<sup>331</sup> Aliado a isso, a produção cafeeira na província do Rio de Janeiro estava em declínio, sendo assim não podia atrair com “bom salário”<sup>332</sup> o imigrante. Os proprietários de terras fluminenses então buscaram outros caminhos para continuarem com seus negócios:

..., no Vale do Paraíba, a ausência de colonos europeus e a produtividade em declínio dos antigos pés de café em seu solo esgotado forçaram os fazendeiros a buscar soluções para seu “problema de mão de obra”. As novas formas de organização do trabalho adotadas incluíam o trabalho assalariado em turmas e diversos tipos de parceria ou meação, (...). Somente em casos raros os estrangeiros eram atraídos para a região para trabalhar segundo os mesmos arranjos ou por salários fixos, já que, na maioria das fazendas, a produtividade dos pés de café não permitia um pagamento satisfatório por alqueire de café colhido. O que surgiu, portanto, foi um sistema em que parceiros muitas vezes davam mais atenção ao cultivo de seus próprios gêneros alimentícios do que aos pés de café, situação que muitos fazendeiros tinham de aceitar para não correr o risco de perder seus “trabalhadores”.<sup>333</sup>

Já Sérgio Buarque de Holanda<sup>334</sup> e José Murilo de Carvalho<sup>335</sup> observaram que a implantação da República foi a inauguração do controle político da aristocracia agroexportadora do café, sobretudo de São Paulo. Eles estabeleceram essa definição através da política de valorização do café e a adoção da imigração subvencionada pelo estado de São Paulo. No entanto, observamos que a valorização de São Paulo na política

<sup>328</sup> LAGO, Luiz Aranha Corrêa. *Da escravidão ao trabalho livre: Brasil 1550-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 154.

<sup>329</sup> Ibidem, p. 196.

<sup>330</sup> Ibidem, p. 202.

<sup>331</sup> Ibidem. Os imigrantes trazidos pelo Império, entre os anos de 1887 e 1889, tinham o direito de escolher a província que iriam se fixar. Nesse sentido que o termo “espontânea” está sendo utilizado.

<sup>332</sup> *Gazeta de Notícias*, 9 de outubro de 1888, p. 2.

<sup>333</sup> LAGO, Luiz Aranha Corrêa. *Da escravidão ao trabalho livre: Brasil 1550-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 187.

<sup>334</sup> HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico: do império a república*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

<sup>335</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem: a elite política. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

era significativa já nos anos de 1887 em diante, pois na composição do Gabinete do Barão de Cotegipe, já aparece o Ministro da Agricultura Senador paulista Antônio Prado que permaneceu no cargo no Gabinete de João Alfredo.

Antônio Prado nessa época estava sempre em mudança de pensamento e posição política. Fora contra a Lei do Ventre Livre, mas depois, passou a defender a Abolição. Quanto à imigração, também variou com o tempo. Inicialmente foi defensor (mesmo sendo paulista e grande proprietário de terras) das colônias agrícolas e da pequena propriedade. Maria Petrone comenta sobre essa posição:

É interessante notar que Antônio Prado, apesar de pertencer à importante família de fazendeiros de São Paulo, defendeu (...) principalmente quando senador por São Paulo, a criação de núcleos coloniais e de uma legislação que favorecesse a divisão das grandes propriedades para possibilitar a aquisição de terras ao imigrante. Achava que com o aumento da imigração e tendo os colonos acumulado capitais suficientes, seria vantajoso aos grandes proprietários subdividir suas terras para vendê-las aos mesmos.<sup>336</sup>

Já como Ministro da Agricultura, após a Abolição, passou a ter outra posição. Prado propôs então uma grande política migratória:

O governo tem em vista fazer um contrato para 500.000 imigrantes virem em 5 anos. Para isto é necessário maior verba, a qual deverá subir a 8, 9 ou 10 mil contos. Nesse contrato previsto será atendida a divisão de imigrantes por todas as províncias do império. O governo não se oporá para onde lhe convier, o que pode fazer é oferecer maiores vantagens aos que a imigração se dirija simultaneamente para as províncias do norte.<sup>337</sup>

Essa opção migratória “a onde lhe convier”<sup>338</sup> privilegiava São Paulo, que já tinha um programa de atração de imigrantes estabelecido. A Sociedade Promotora de Imigração incentivava que os imigrantes residentes convidassem seus parentes para virem para a província. Os contratadores europeus divulgavam São Paulo na Europa e não o Brasil. Os imigrantes desconheciam as outras regiões do país. Fingindo desconhecer esse problema, Prado continuou: “O governo não se empenha pela imigração para São Paulo, é ela que para lá vai espontaneamente; e o seu desejo é que a imigração se dirija simultaneamente para todos os pontos do império”.<sup>339</sup>

<sup>336</sup> MARIA TERESA SCHORER PETRONE. Apud: MESQUITA, Sergio Luiz Monteiro. *A Sociedade Central de Imigração e a política migratória brasileira (1883-1891)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2000, p.65.

<sup>337</sup> *Gazeta de Notícias*, 8 de agosto de 1888, p. 3.

<sup>338</sup> Ibidem.

<sup>339</sup> Ibidem.

Ao longo dos anos de 1888 e 1889 a política imigratória de Prado foi questionada por parlamentares das outras províncias e pela Sociedade Central de Imigração. Para os parlamentares havia um privilégio para São Paulo constado pelas estatísticas de entrada dos imigrantes. Já a Sociedade de Imigração questionava a opção pela política que transformava o estrangeiro em trabalhadores e não em proprietários de terras.

A *Gazeta de Notícias* entendia que a opção de São Paulo por “imigrantes” era devido à grande fertilidade das terras, o clima e o alto salário. O periódico sugeria os caminhos possíveis para as outras províncias: “Como lutar? Experimentando outros meios de atração. Em vez de oferecer a princípio unicamente salário, ofereça-se logo terras em que o imigrante estabeleça definitivamente, garantindo-lhes a subsistência nos primeiros tempos...”<sup>340</sup>

Em uma reunião no Parlamento com os senadores, Antônio Prado admitiu a visão proposta pela *Gazeta de Notícias*. São Paulo com sua exuberância e “alto salário” atraía o imigrante “... colocar-se [nas fazendas] como trabalhadores, e o resultado tem sido satisfatório”.<sup>341</sup> No entanto, para outras regiões isso não era possível. Prado então complementa:

Se os agricultores de Pernambuco houvessem deliberado admitir, nos seus estabelecimentos, braços estrangeiros, nas mesmas condições que presidem este regime na fazendas de São Paulo, asseguro que dentro de um ano aquela rica província teria recebido 20 a 30.000 imigrantes, e o bem estar destas primeiras levas incitaria e facilitaria a introdução de outras. Assim não tem acontecido, porém, talvez porque a lavoura da cana não se presta ao regime adotado em São Paulo, e a consequência é que na província de Pernambuco os imigrantes ao menos pela maior parte, terão de ser colocados como pequenos proprietários.<sup>342</sup>

Prado com essa estratégia fazia os senadores e os deputados discutirem qual a melhor fórmula para o assentamento dos imigrantes nas províncias, mas permitindo a entrada maciça deles em São Paulo, subsidiada pelo governo Imperial e Provincial. Em janeiro de 1889, a *Gazeta de Notícias* em um artigo na coluna “A pedido”, acusou Antônio Prado de ter pago ao irmão 800 contos de reis por serviço de imigração<sup>343</sup>. Demonstrava, assim, a relação próxima do Ministro com a instituição paulista de imigração.

<sup>340</sup> *Gazeta de Notícias*, 5 de setembro de 1888, p.1.

<sup>341</sup> *Gazeta de Notícias*, 4 de outubro de 1888, p.3.

<sup>342</sup> *Ibidem*, p.3.

<sup>343</sup> *Gazeta de Notícias*, 26 de janeiro de 1889, p.1.

No dia primeiro de maio de 1889, a *Gazeta de Notícias* anunciou que Antônio Prado havia “resignado” de seu cargo de Ministro da Agricultura<sup>344</sup>. Sua saída estava associada ao desgaste que Gabinete de João Alfredo sofria com a atuação de Barão de Cotegipe e Paulino de Souza no Parlamento. Esses defendiam a indenização, a colonização e a imigração dos “chins”. Pautas que Antônio Prado era contra.

Podemos concluir que nos anos de 1888 e 1889 não havia uma política de atração de imigrantes definida para o Estado Imperial. Isso acontecia devido ao trauma causado pela Abolição aos ex-proprietários de escravos, principalmente das províncias do Rio de Janeiro, Minas e Bahia. A pauta de indenização era defendida junto com a criação de colônias agrícola para imigrantes e nacionais. Ao mesmo tempo os paulistas seguiam uma política imigratória em que o imigrante era uma mão de obra assalariada para os cafezais.

### 3.1.1- Colonização, Sociedade Central de Imigração, Burgos Agrícolas e os Chins.

A *Gazeta de Notícias* defendia a imigração europeia e a distribuição de terras para os imigrantes e os nacionais. Como vimos acima o periódico não condenava a imigração desenvolvida em São Paulo, pois era exclusivamente europeia e estava associada a um “alto salário” para os colonos-trabalhadores. Para o periódico, o imigrante, com seu alto salário, poderia ser absorvido pela sociedade e se transformaria em consumidor, contribuindo para o desenvolvimento do país.

Os trabalhos da Sociedade Promotora de Imigração eram acompanhados com certa distância pelo jornal, em geral na coluna “Telegrammas”. Não observamos nenhuma circular ou nota de sua autoria no periódico entre os anos de 1888 e 1889. A província de São Paulo para a *Gazeta de Notícias* era um lugar de sucesso e prosperidade, devido ao solo extremamente fértil e ao clima favorável para a produção do café. Sua prosperidade permitia atrair um maior número de imigrantes, pois havia percebido primeiro que a escravidão entraria em decadência.

---

<sup>344</sup>

*Gazeta de Notícias*, 1 de maio de 1889, p.2.

Na *Gazeta de Notícias* a preocupação era com as outras regiões do Império. Em 28 de maio de 1888, Ferreira de Araújo, em sua coluna, apontava as necessidades de mudança que o Império estava vivendo após a Abolição:

... Três coisas podem explicar a apatia aparente do governo, em contradição com o vasto programa que apresentou no parlamento: a moléstia do imperador [estava na Europa se recuperando], as festas entusiásticas da abolição e a ausência do conselheiro Antônio Prado [estava doente em São Paulo] que devia apresentar os resultados de seus estudos e prática sobre imigração e coisas correlatas. (...)

Enquanto não resolve o problema da imigração em larga escala, na escala que é necessária, o governo pode empregar os seus esforços em fazer vingar o projeto, apresentado pelo honrado barão de Cotegipe sobre favores ao trabalhador nacional. Ai está o núcleo de formação da pequena propriedade, da organização do trabalho do aproveitamento de uma força considerável, que ai anda a dispersa inutilizada.<sup>345</sup>

Verena Stolcke e Michael Hall<sup>346</sup> observaram que no Pós-Abolição não havia falta de mão de obra no Brasil, mas a mesma estava muito dispersa pelo país; havendo uma concentração nas áreas de maior dinamismo econômico, os custos com a mão de obra diminuiriam. Neste sentido, a imigração resolveu o problema, principalmente em São Paulo. Ferreira de Araújo, no mesmo artigo já indicado, deu sua opinião sobre o caminho possível da falta de mão de obra no Império:

... Mas como trabalhador nacional não basta, e é preciso promover a imigração, ai está a apodrecer na pasta do ministério da agricultura o projeto dos *Burgos Agrícolas*, do Sr. Manuel Gomes de Oliveira, o mais completo, o mais barato, o de maior alcance econômico, financeiro e social, que tem sido apresentado.

Em relação as medidas de outra ordem, necessárias para que o imigrante venha e fique, para que constitua aqui propriedade, família, pátria, e o faça livremente, gostosamente, por ter adquirido o bem estar para si e para os seus, ai estão os projetos do Sr. Taunay sobre revogação da lei de locação de serviços, sobre o casamento civil, e outros indispensáveis para que o imigrante não se sinta estrangeiro no Brasil e não tenha motivos para lembrar-se saudosamente da terra, da pátria.<sup>347</sup>

Nesse fragmento aparecem as soluções que Ferreira de Araújo e a *Gazeta de Notícias* defenderam ao longo dos anos de 1888 e 1889. A saber, os “Burgos Agrícolas”, a pequena propriedade e as mudanças na legislação do Império, que inserissem o imigrante completamente na sociedade.

Em 5 de junho de 1888, a *Gazeta de Notícias* iniciou uma série de artigos com o título “A Era Nova” onde apresentava as vantagens dos “Burgos Agrícolas” para o

<sup>345</sup> *Gazeta de Notícias*, 28 de maio de 1888, p.1.

<sup>346</sup> STOLCKE, Verena; HALL, Michael. *A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo*. São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 3, n. 6, p. 80-120, set. 1984.

<sup>347</sup> *Ibidem*.

Império. Tais artigos visavam forçar o Parlamento a discutir e aprovar o projeto dos “Burgos”. Eles, em sua maioria, utilizavam duas colunas das edições do jornal e sempre na primeira página, demonstrando assim, a importância que o tema tinha para o periódico.

Em 7 de junho de 1888, o periódico justificou a implantação dos Burgos Agrícolas:

A grande propriedade é insuficiente para a exploração de todas as nossas riquezas naturais; e mesmo para manter-se, tal qual se acha hoje constituída, carece de dois elementos imprescindíveis o que lhe devem ser fornecidos urgentemente: braços e crédito.

Precisa diretamente do braço para o preparo das terras, plantação e colheita e precisa do braço do pequeno proprietário, que se estabeleça na proximidade para fornecer matéria prima, que faça valer os custos maquinismos em que empregou capitais.

Dá-se entre nós o fato singular de haver falta de braços para o trabalho que o reclama, e se ao mesmo tempo falta de emprego que satisfaça as aptidões e tendências de milhares de indivíduos que vivem em inatividade. (...) <sup>348</sup>

Então, a *Gazeta de Notícias* observou que havia um grande contingente de mão de obra ociosa, nacional, liberta, mas necessitada de proteção legal para que pudesse ser inserida nas lavouras e na “indústria”. O periódico não se interpunha com a grande propriedade, pois entendia que a imigração poderia ser utilizada de várias formas.

Há imigrantes de duas classes e todos podem ser uteis. Há o imigrante que vem com intenção de adquirir pequeno pecúlio com que possa estabelecer em sua terra, e o imigrante que traz consigo a família, em busca de futuro mais próspero nestas regiões abençoadas da América. Aquele é utilizável como assalariado na grande propriedade, é um instrumento útil de trabalho, que convém aproveitar em sua função transitória, este é uma fator de engrandecimento nacional, porque se fixa, faz família, e seus herdeiros já são filhos desta terra. <sup>349</sup>

Era proposto para o segundo tipo de imigrante, que trazia consigo a família, e para os livres nacionais os Burgos Agrícolas. O projeto, desenvolvido por Manuel Gomes de Oliveira propunha estabelecer 20 burgos em diversas províncias e cada um deveria ter mil famílias de lavradores nacionais e estrangeiros. Os burgos deveriam ter 19 hectares de terras contínuas por colonos, nas proximidades de linhas de trens, vias fluviais ou marítimas. Desses 19 hectares, 5 deveriam ser plantados com cereais, cana de açúcar, café, ou cacau, mandioca, fumo, batata, entre outros. Cada lote deveria, também, ter uma casa de 6x20 metros, com ferramentas e animais de criação. Seria construída uma fábrica central para beneficiar os produtos produzidos pelos lavradores, capelas de culto católico e protestante, banco popular, seguro de vida e propriedade, escolas de ensino primário e

---

<sup>348</sup> *Gazeta de Notícias*, 07 de junho de 1888, p.1.

<sup>349</sup> *Ibidem*.

profissional, farmácia, assistência médica, serviço de incêndio, etc. O custo do projeto era de 20 mil contos de réis.

Nos meses de junho e julho de 1888, os “Burgos Agrícolas” foram defendidos nas folhas da *Gazeta de Notícias* na coluna “Era Nova”. No Parlamento, o projeto de Manuel Gonçalves de Oliveira passou a ser discutido e aprovado nas comissões e nas sessões plenárias. Em 13 de novembro de 1888, o projeto foi aprovado pelo Senado. O Ministro Antônio Prado não aprovava o projeto, não aceitava que uma empresa privada, Burgo Agrícola, utilizasse o financiamento do governo, de 400\$ por imigrante, nem a obrigatoriedade do trabalho do imigrante por anos, embora Prado não mencionasse que o mesmo seria proprietário da terra em que trabalhava. No Parlamento disse:

Inadmissível como empresa de imigração, é inadmissível também como exploração agrícola, pela mesma razão que a condena para aquele fim.

Se se tratasse de favorecer a introdução de imigrantes, ou mesmo o estabelecimento de nacionais em grandes núcleos, sem esta cláusula da obrigação de trabalhar 10 anos, eu discutiria a conveniência de conceder a empresa, como experiência, os favores que pede para fundação de um burgo agrícola; mas emprenhar a responsabilidade do governo em uma empresa desta ordem, que teria de absorver boa parte da verba destinada a imigração, não estando de conformidade com o plano de governo, que é abrir as portas do país a imigração, para que ela tome o destino que quiser, oferecendo aos imigrantes todas as facilidades, para a sua felicidade, seria grande erro e resolução inteiramente contrária aos interesses da imigração.<sup>350</sup>

No ano de 1889, a *Gazeta de Notícias* continuou sua campanha para que o governo assinasse com Manuel Gonçalves de Oliveira a efetivação do projeto. Em Abril de 1889, o periódico enumerou as 16 vantagens dos “Burgos Agrícolas”:

- 1- O Estado não aventura um real, apenas serviços prestados e frutos colhidos;
- 2- Só em 1891 que o Estado contribuiria com a primeira prestação;
- 3- Nesse tempo a empresa já teria dispendido 18.000:000\$000;
- 4- Os colonos fixariam definitivamente no país;
- 5- Cada burgo povoaria com colonos proprietários;
- 6- Estabelecia no país vinte instituições de crédito rural;
- 7- Impedia a exportação de capitais que a imigração trazia;
- 8- Assegura contra a morte à família imigrante a propriedade das terras não paga;
- 9- Os burgos conciliariam as vantagens da grande propriedade com as pequenas propriedades;
- 10- Estabeleceria a policultura do solo;
- 11- Discriminaria a produção com função industrial e agrícola;
- 12- Habilitaria o produto brasileiro com os similares europeus;

<sup>350</sup>

*Gazeta de Notícias*, 07 de outubro de 1888, p.2. (Texto adaptado)

- 13- Cada burgo reuniria em si todos os órgãos de civilização de uma sociedade completamente constituída (médicos, hospital, farmácia, escolas, igrejas, banco, etc.)
- 14- O desembolso do Tesouro com a empresa seria pari-passo;
- 15- Um acréscimo de 380.000:000\$000 por obra dos vinte burgos agrícolas a riqueza nacional;
- 16- A empresa dará pão e propriedade a quatro mil famílias brasileiras.<sup>351</sup>

Quando o Gabinete de João Alfredo caiu, o seu substituto, Visconde de Ouro Preto, assinou o contrato com Manuel Gonçalves de Oliveira<sup>352</sup>. A *Gazeta de Notícias* contribuiu, em muito, para que o projeto fosse aceito pelo novo governo. A assinatura do convênio para implantação dos “Burgos Agrícolas” também demonstrou o poder de convencimento que o jornal tinha sobre a classe política.

Essa breve exposição, demonstra que havia uma discussão ou opção pela pequena propriedade nos anos de 1888 e 1889. A pequena propriedade era vista como uma opção para o desarranjo da mão de obra que a Abolição havia provocado. Assim podemos entender o “Fala do Trono” de 1889 de D. Pedro II.

Augustos e Digníssimos Srs. Representantes da Nação,

Animam-me esperanças, que a pátria deposita em seus eleitos, todas as vezes que a eles reunido, venho abrir os trabalhos legislativos.

(...) Em virtude da emancipação civil, que decretastes na sessão transata, vai prosseguindo regularmente a substituição do trabalho, sem os abalos profundos que em toda a parte sucederam a crises desta natureza. A classe agrícola compreendeu que ficara inútil e sem valia uma propriedade, que nem era mais suscetível de posse, e inaugurou resolutamente o novo regime, do qual provirá a regeneração e o aumento das indústrias. (...)

Não têm sido menos solícitos os altos poderes do Estado em auxiliar a agricultura e outras indústrias, favorecendo a corrente migratória, já avolumada, e em grande parte espontânea, pelos exemplos de prosperidade dos estrangeiros que procuram a nossa pátria. Ascenderam as entradas, o ano passado, ao número de 131.000 imigrantes; as dos últimos meses anunciam resultado maior.

Para fortalecer a imigração e aumentar o trabalho agrícola, importa que seja convertida em lei, como julgar vossa sabedoria, a proposta para o fim de regularizar a propriedade territorial e facilitar a aquisição e cultura das terras devolutas. Nessa ocasião resolvereis sobre a conveniência de conceder ao Governo o direito de desapropriar, por utilidade pública, os terrenos marginais das estradas de ferro, que não são aproveitados pelos proprietários e podem servir para núcleos coloniais.<sup>353</sup>

Observemos que o D. Pedro II percebe a mudança que estava ocorrendo na economia e se apropria do caminho possível para a sua transformação com a pequena

<sup>351</sup> *Gazeta de Notícias*, 04 de abril de 1889, p.1.

<sup>352</sup> *Gazeta de Notícias*, 07 de junho de 1889, p.1.

<sup>353</sup> D. Pedro II, Fala do trono por ocasião da abertura da 4ª Sessão da 20ª Legislatura, em 3 de maio de 1889. – Vide: <http://monarquista.com.br/historia-fala-do-trono-1889> - acesso 10/03/2015.

propriedade e a utilização das terras devolutas. Tais proposições estavam muito próximas da Sociedade Central de Imigração e sua proposta de Democracia Rural. Segundo Sérgio Luís Mesquita:

... Democracia Rural pode ser conceituada (...), como a ampliação do acesso à propriedade fundiária para aqueles que reunissem determinadas condições para cultivá-la. (...) Ela se constituiria, no caso do Brasil, num instrumento de transformação sócio-econômica, predestinada pelos adeptos da “democracia rural” a romper a existente polarização social, que enfeixava as energias do país em volta da relação senhor-escravo e do monopólio virtual da propriedade por uma única classe<sup>354</sup>.

É importante frisar que a *Gazeta de Notícias* não repercutiu essa proposta de Dom Pedro II. Acreditamos que, se assim o fizesse seria uma forma de exaltação ao Imperador e ao seu papel na política nacional. Nesses dois anos, 1888 e 1889, o periódico colocara em dúvida a capacidade do Monarca de governar devido a sua doença e acusava o seu médico, o Conde Motta Maia, de administrar em seu lugar. Já a Sociedade Central de Imigração, que passou a ter espaço nas edições do periódico, também não repercutiu a proposta da “Fala do Trono”. Nos seus artigos, só defendia o impedimento da imigração dos “chins”, condenava o tipo de imigração praticado pelos paulistas e propunha mudança das leis para que o imigrante europeu fosse inserido na sociedade nacional.

A defesa da pequena propriedade e a imigração europeia pelo jornal *Gazeta de Notícias* não se transformou na defesa da Monarquia ou do Imperador. Nesse sentido, o periódico preferiu não repercutir ao longo de 1889 a proposta da “Fala do Trono”.

A proposta de imparcialidade da *Gazeta de Notícias* nesses eventos entra contradição, como em vários momentos nessa pesquisa. Com a proposta do Imperador na Abertura dos trabalhos do Parlamento isso fica mais patente, o periódico e Ferreira de Araújo, ignoraram-na ao longo do ano de 1889. Com isso podemos observar que a jornal tinha lado político.

---

<sup>354</sup> MESQUITA, Sérgio Luiz Monteiro. *A Sociedade Central de Imigração e a política imigratória brasileira (1883-1891)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2000, p. 4.

### 3.1.1.1- Os “chins” e os pretos.

O Barão de Cotegipe propôs em 1888 a entrada de chineses para trabalharem na lavoura, pois seria mais barato o salário a ser pago. A *Gazeta de Notícias* se insurgiu contra essa possibilidade, pois mesmo com a negação do Ministro da Agricultura Antônio Prado, que afirmara que não haveria imigração de “chins”, a discussão no Parlamento prosperou nos anos de 1888 e 1889.

A estratégia da *Gazeta de Notícias* contra essa proposta foi a mesma para a implantação dos “Burgos Agrícolas”. Ferreira de Araújo através da coluna “Cousas Políticas” condenava a imigração dos “chins” e, nas edições do periódico, deu espaço para Sociedade Central de Imigração<sup>355</sup> rejeitar a entrada de asiáticos no Império. O jornal também acompanhava as conferências da Confederação Abolicionista contra a imigração dos “chins”. Em um editorial, com o título “A China e os chins”, foi explicado porque essa imigração não era bem vinda:

Considerado como máquina, o seu trabalho produz muito, porque produz barato. Mas poderá um país organizar-se desenvolver-se, melhorar, preso a esse elemento que não desenvolve nem melhora?

O chim, uma vez introduzido num país, estabelece um estado no estado, uma cidade na cidade, vivendo aí como num prolongamento da sua pátria. Produz, mas não consomo. O agricultor, o industrial, ganham com o seu trabalho, mas deste nada aproveita o comercio.

O chim consome menos do que o preto, (...) As economias, o produto integral do trabalho, por assim dizer, vai intacto para a sua pátria. (...).

Para o que não concorre com certeza é para a transformação do trabalho, é para o desenvolvimento progressivo e moral da sociedade, é para a formação de uma grande nacionalidade constituída por elementos fortes e pensadores. (...)

A Califórnia já o teve, a Austrália reclama-o, porque não pode conviver com a raça amarela.

Onde essa raça impera agora é nas colônias que, subjugadas politicamente, são instrumentos da avidez e da cobiça das metrópoles. Que produzam e que mandam o resultado da conta de venda, é o que elas querem, pouco se lhes dando o que o país explorado continue no seu estado de barbaria social.<sup>356</sup>

A *Gazeta de Notícias* considerava a imigração europeia um instrumento civilizatório e, neste caso, os chineses não contribuiriam para esse processo do país. Para o jornal, os “chins” eram inferiores aos pretos. Nesse editorial, foi feita uma pequena comparação com os pretos, ou libertos, que atravancavam o processo civilizatório do

<sup>355</sup> A *Gazeta de Notícias* reproduzia os ofícios que a Sociedade Central de Imigração enviava para os políticos do Império, publicava artigos, anunciava o lançamento dos boletins mensais da instituição e acompanhava suas conferências.

<sup>356</sup> *Gazeta de Notícias*, 08 de outubro de 1888, p.1.

Brasil. Importante observar que o periódico não faz referência aos negros ou libertos em sua campanha para a pequena propriedade defendida para os nacionais. No entanto, o jornal defendia que fosse implantada a “lei de vagabundagem”, proposta por Ferreira Vianna que obrigava todas as pessoas a trabalharem.

Os artigos da Sociedade Central de Imigração eram, em sua maioria, contra os “chins”, utilizando termos como “raça horrorosa”, “raza” ou “desprezível”. Em uma conferência promovida pela Sociedade, o orador José do Patrocínio resumiu a posição da entidade e dos seus escritos:

Os fazendeiros sonham com um ideal irrealizável – reconstituir um trabalho quase sem remuneração para quem o exerce. O chim será causa das rixas e distúrbios; fugirá dos estabelecimentos rurais e virá para os grandes centros de população matar todas as pequenas indústrias, porque ele não tem quase necessidades, não sustenta família, não se veste quase, habita cochicholos imundos, onde se amontam dez em quartos quem comportam dois escravos (...), dado a prática dos mais hediondos vícios, vivendo na miséria sistemática para realizarem o sonho único, que obtém mais na embriagues do ópio, de que a realidade, ...

O chim não há de entrar no Brasil. Todos os brasileiros, a isso se oporão; estrangeiros ficarão sendo aqueles que não têm em conta o progresso, a honra, o futuro da pátria e a dignidade dos seus filhos, constituindo-se assim verdadeiros e indignos renegados, dignos de todas as maldições.<sup>357</sup>

A Confederação Abolicionista também se manifestou sobre a entrada de “chins” através de conferências. Para a entidade, esta imigração era uma nova escravidão, por isso deveria ser rejeitada. Já para a *Gazeta de Notícias*, o “chim” atrasaria o desenvolvimento do Brasil. Ferreira de Araújo, em sua coluna, expõe essa posição:

O chim trabalha barato, enganam-se. O chim trabalha barato o tempo preciso para arrear a concorrência. No Brasil não lhe custará muito chegar a esse resultado, porque o europeu deixará de vir logo que o chim, e o preto entregar-se-á a vadiação, à bebida, ao crime, até desaparecer. Só em campo, o chim fará as suas condições.<sup>358</sup>

Chama-nos atenção a afirmação de Ferreira de Araújo que o “preto entregar-se-á a vadiação, (...) até desaparecer”. Os pesquisadores Lilia Moritz Schwarcz<sup>359</sup> e Andreas Hofbauer<sup>360</sup> observaram que, neste período, havia uma discussão na Academia e nos meios intelectuais da assimilação dos negros na sociedade e o ideal de branqueamento. Hofbauer

<sup>357</sup> *Gazeta de Notícias*, 29 de outubro de 1888, p.2.

<sup>358</sup> *Gazeta de Notícias*, 19 de novembro de 1888, p.1.

<sup>359</sup> SCHWACRZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial de 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>360</sup> HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

levanta que uma das teorias reinantes era que, através da miscigenação, o preto desapareceria do Brasil em um espaço de 100 anos<sup>361</sup>.

Andreas Hofbauer, em sua pesquisa, demonstrou que o ideal de branqueamento na sociedade brasileira era recorrente desde o início da colonização, pois tinha sido trazido pelos portugueses, já inseridos na miscigenação com os mouros na Península Ibérica. O autor comenta:

... Se dúvida, o “branco” funcionava como um julgamento moral (inclusão e exclusão); ao mesmo tempo, “branco” era usado para expressar a tentativa de unir a humanidade (integração): estava na origem da espécie e era também o objetivo da existência humana. (...)

Dessa forma, podia-se esperar que numa terra como o Brasil – considerada extremamente salubre e cristã por definição – a transformação das cores em direção ao branco seria apenas uma questão de tempo, sobretudo se houvesse casamento entre indivíduos de cor da pele branca com outros de cor de pele negra. Assim, a ideia do branqueamento incentivava a crença de que futuras gerações pudessem superar a condição de “inferioridade”<sup>362</sup>.

Hofbauer entende que essa ideia de branqueamento foi absorvida pelos intelectuais e cientistas brasileiros do século XIX, mais precisamente a partir de 1870. Na transição da Monarquia para República, passou a fazer parte da política de governo. A entrada de chineses tem que ser analisado por essa ótica. O pesquisador Silvio Cezar de Souza, estudioso dos cientistas da década de 1870, ao analisar a rejeição da imigração dos chineses, percebeu que os cientistas-médicos se preocupavam em purificar a população brasileira. Analisando um editorial do periódico da Academia Imperial de Medicina, com o título “O mongolismo ameaça o Brasil” constata:

... O texto está de acordo com a maioria dos argumentos raciais anti-chineses. O povo brasileiro, “abatido física e moralmente” devido a herança da escravidão (...) estaria novamente sob ameaça, devido a iminência da “invasão mongólica”. As metáforas médicas do autor tratam a imigração asiática como uma doença prestes a ser “inoculada” no “debilitado” organismo da nação brasileira. Sendo assim, a intervenção do higienista se faz

---

<sup>361</sup> O teórico era João Batista Lacerda, Diretor do Museu Nacional. Andrea Hofbauer observa: “Lacerda acreditava que dois fatores importantes transformariam o Brasil num dos “principais centros do mundo civilizado: a imigração europeia e a seleção sexual (preferencia por casamentos com o branco), que iriam, inevitavelmente, “clarear” a população. O desaparecimento do negro era visto, portanto, como uma consequência “lógica desse processo, como uma questão de tempo: “ (...) é lógico supor que num período de um novo século, os mestiços desaparecerão do Brasil, fato que coincidirá com a extinção paralela da raça negra entre nós.”” – Vide: HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora Unesp, 2006, p. 209.

<sup>362</sup> HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora Unesp, 2006, p. 173

necessário para recuperar o país. Esse artigo demonstrava que os olhos dos médicos continuavam voltados para a questão da escolha do imigrante ideal, ...<sup>363</sup>

A preocupação estava em evitar trazer um povo “degenerado” que atrapalharia o caminho para a formação de uma nação civilizada. Uma vez que o negro já estava aqui e nada se podia fazer, o certo era que desapareceria com o tempo. Com a subida ao poder dos republicanos, essa orientação tomou mais forma, como a proibição da entrada de imigrantes da África e Ásia<sup>364</sup>.

Quanto aos libertos e mestiços, o pesquisador Humberto Machado<sup>365</sup> defende que José do Patrocínio, em seu jornal *Cidade do Rio*, cobrava dos governos a distribuição de terras para esses grupos. Já a *Gazeta de Notícias*, não se pronunciou sobre o assunto e defendia a pequena propriedade para os nacionais<sup>366</sup>. Quando o periódico deu voz à Confederação Abolicionista e a Sociedade Central de Imigração<sup>367</sup> ou à reprodução das conferências de José do Patrocínio, o tema da terra para os libertos, não foi mencionado.

Outra voz que não defendeu a pequena propriedade para os libertos foi a dos republicanos. Na *Gazeta de Notícias*, os republicanos publicavam suas ideias nas cartas-artigos e na coluna “Propaganda Republicana”<sup>368</sup>, assinada por Silva Jardim. Nesses artigos, apareciam todas as matizes do movimento republicano. Vimos que Silva Jardim defendia a inserção dos libertos na sociedade e sua arregimentação no movimento republicano. No entanto não se observou seu envolvimento com a proposta de pequena propriedade. Para a autora Maria Fernanda Fernandes<sup>369</sup>:

<sup>363</sup> LIMA, Silvio Cezar de Souza. *Determinismo biológico e imigração chinesa em Nicolau Pereira (1870-1890)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, 2005, p. 106.

<sup>364</sup> Andreas Hofbauer observou: “... No Congresso, debatiam-se não apenas formas de incentivar a imigração europeia; foram também apresentados projetos que propunham a proibição da imigração de asiáticos e africanos (cf., por exemplo a proposta de um Decreto-Lei de 1890; ...). (...) Ainda no final do Estado Novo, Getúlio Vargas justificaria a assinatura de um Decreto-Lei (1945) que devia estimular a imigração europeia com as seguintes palavras: “(...) a necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população as características básicas desejáveis de sua ascendência””. – vide: HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora Unesp, 2006, p. 213.

<sup>365</sup> MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. Niterói: Editora da UFF, 2014.

<sup>366</sup> O termo “nacionais” não é explicado pelas nas edições da *Gazeta de Notícias*.

<sup>367</sup> José Murilo de Carvalho aponta que André Rebouças, membro da diretoria da Sociedade Central Imigração, requeria uma distribuição de terras para os libertos. Essa voz não foi ouvida na *Gazeta de Notícias*.

<sup>368</sup> Essa coluna em 1889 passou a ter o nome de “Política Republicana”.

<sup>369</sup> FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *A Esperança e o desencanto: Silva Jardim e a república*. São Paulo: Humanitas, 2008.

... preocupação [de Silva Jardim] estendia-se para a “organização do trabalho”, ou seja, a incorporação do negro como mão-de-obra livre, (...), sua relação com os patrões, as questões salariais, etc. Havia o risco de termos uma massa de libertos sem ocupação, párias que contribuiriam para desestabilizar qualquer regime que se implantasse, quer o monárquico, quer o republicano.<sup>370</sup>

Maria Fernanda Fernandes observou que Silva Jardim tinha como lema o oportunismo político, por isso fez uma aliança com os proprietários de terras. Segundo Jardim, era uma oportunidade para o crescimento do movimento republicano. A autora constatou que o republicano nunca propôs uma reforma agrária<sup>371</sup>, talvez com isso perdesse o apoio da “classe conservadora”<sup>372</sup>. Observamos essa omissão dos republicanos em todos os artigos que aparecem na *Gazeta de Notícias*. Os republicanos, ao conseguirem assumir o poder, mantiveram a proposta de imigração de “braços para a agricultura”, onde o principal beneficiado foi o estado de São Paulo. A criação de colônias de imigrantes, com pequena propriedade, caiu no esquecimento.

### 3.2- Gabinete de Ouro Preto, a Gazeta de Notícias e o fim da Monarquia.

Sérgio Buarque de Hollanda<sup>373</sup> afirma que a queda do Gabinete de 10 de Março aconteceu devido à acusação de benefícios que João Alfredo e família receberam dos “Contratos de Loyos” com o governo. Tais contratos eram para a construção de Engenheiros Centrais e um porto na província do Ceará no valor de 10 mil contos de reis. Essa acusação, ou escândalo, fora o ponto máximo de um desgaste político que se impusera ao Presidente do Conselho desde a aprovação da Lei de Extinção da Escravidão e a não opção pela indenização.

João Alfredo, entre os anos de 1888 e 1889, colocara o cargo a disposição do Imperador três vezes e uma vez esteve próximo de receber uma monção de desconfiança

<sup>370</sup> FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *A Esperança e o desencanto: Silva Jardim e a república*. São Paulo: Humanitas, 2008, p. 93.

<sup>371</sup> Na leitura da coluna “Propaganda republicana”, observamos somente uma vez Silva Jardim se referir a doação de terras para os libertos. Foi no artigo de 13 de maio de 1889. Nesse artigo o propagandista condenava o Império por não dar terras devolutas para os libertos. – Vide: *Gazeta de Notícias*, 13 de maio de 1889, p.2.

<sup>372</sup> Classe conservadora na década de 1880 era designação para os grandes proprietários de terra e comerciantes.

<sup>373</sup> HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico: do império a república*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

do Parlamento<sup>374</sup>. Sérgio Buarque de Hollanda percebeu que nesse período havia duas forças no Parlamento que se enfrentavam, e que D. Pedro II tentou conciliar, as forças “paulinista e alfredista”<sup>375</sup> respectivamente, do Senador Conservador Paulino de Souza e o João Alfredo.

A força de Paulino de Souza crescera no ano de 1889, pois com a abertura dos trabalhos do Parlamento havia sido eleito Presidente do Senado<sup>376</sup>. As forças políticas, que no ano anterior, havia dado a Lei Abolicionista sem indenização, mudavam de orientação com essa eleição. Acreditamos que essa mudança, mais o escândalo “Loyos”, colocaram em xeque o governo de João Alfredo.

Em 31 de maio de 1889, o Conselho de Estado Pleno se reuniu presidido pelo Imperador para discutir a crise do governo. Dos nove membros presentes somente três votaram pela dissolução do Gabinete.<sup>377</sup> A *Gazeta de Notícias* relatou que houve discursos acalorados: O Senador Paulino de Souza mostrou para o Imperador que “a tramoia [a crise do Gabinete de João Alfredo] era tanto da oposição com da maioria”<sup>378</sup>; Visconde de Sinimbu declarou que a crise “era por causa dos contratos dos Loyos”<sup>379</sup>; e Andrade Figueira opinou pela dissolução do Gabinete, mas se “possível manter o partido conservador [no poder]”<sup>380</sup>.

Dom Pedro II, então, tomou a decisão pela demissão do Gabinete. A *Gazeta de Notícias* relatou assim: “Sua majestade conferenciou com o ministro [João Alfredo] por espaço de meia hora, declarando que opinava no sentido da maioria do Conselho de Estado”<sup>381</sup>. Essa informação foi uma contradição com o relato, anterior, feito pelo jornal, da reunião do Conselho de Estado. Qual era a verdade? Será que foi um engano de edição? Ou a necessidade da *Gazeta de Notícias* de demonstrar que o Imperador estava incapaz? O

<sup>374</sup> *Gazeta de Notícias*, 1888 e 1889.

<sup>375</sup> HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico: do império a república*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 355.

<sup>376</sup> Com a eleição de Paulino de Souza para presidente do Senado, a *Gazeta de Notícias* muda sua programação visual na coluna “Diário das Câmaras”, na seção senado. Abaixo do título “Senado” passa a ter o nome de “presidência Paulino de Souza”. Talvez o periódico previsse as crises que iriam se instalar ao longo de 1889.

<sup>377</sup> *Gazeta de Notícias*, 01 de junho de 1889, p.1.

<sup>378</sup> Ibidem.

<sup>379</sup> Ibidem.

<sup>380</sup> Ibidem.

<sup>381</sup> Ibidem.

periódico, desde o retorno do Imperador da Europa, em julho de 1888, colocava em dúvida sua saúde ou a capacidade de governar.

O que se seguiu foi uma sucessão de negação de políticos conservadores para assumir a presidência do Gabinete. O Senador Correa foi convidado, mas ao consultar o senador Paulino, “declina”<sup>382</sup> do convite. Dom Pedro II convidou o Visconde Vieira da Silva que conferenciou com João Alfredo e Paulino de Souza e posteriormente fez uma reunião com Imperador e recusou o encargo. A *Gazeta de Notícias* assim informou: “Segundo telegrama, nos avisou o companheiro que estava naquela cidade [Petrópolis] declarou [Vieira da Silva] a Sua Majestade que não tendo conseguido organizar um gabinete que representasse as duas frações do partido conservador, desistia da comissão que fora confiada”<sup>383</sup>.

As duas frações que a *Gazeta de Notícias* nos apresentou passava por Paulino de Souza. Sua proeminência no momento, Presidente do Senado, era determinante na organização dos ministérios e no apoio do mesmo. Com isso, o Imperador esgotou as possibilidades dentro do Partido Conservador e seguiu para o Partido Liberal, a minoria no Parlamento. Sérgio Buarque de Holanda observou que “... o imperador estava disposto a recorrer ao Paulino de Souza (...). Seria uma tentativa, para ainda salvar a Coroa, pela indenização aos antigos senhores de escravos. D. Pedro, porém, ainda teve força, (...), para resistir”<sup>384</sup>.

O Conselheiro Saraiva, do Partido Liberal, foi o primeiro convidado pelo Imperador que não aceitou a “prebenda”<sup>385</sup>, mas indicou o Visconde de Ouro Preto para incumbência. Essa indefinição fez Machado de Assis, com o seu sarcasmo, na coluna “Bom Dia”, consultar um amigo espírita de nome Lapa, que se comunicou com o além, lhe descreveu qual seria o desfecho da escolha do Presidente do Conselho:

Venhamos ao nosso Lapa. Evocado Nostradamus, vi claramente o que ele referiu ao evocador. Em primeiro lugar, a maioria do Conselho de Estado é contrária a dissolução da câmara de deputados, que alguns dizem incorretamente (explicou ele) – dissolução das câmaras. Sairá o gabinete de 10 de Março. É convidado o Sr. Corrêa, depois o Sr. Visconde

<sup>382</sup> *Gazeta de Notícias*, 02 de junho de 1889, p.1.

<sup>383</sup> *Gazeta de Notícias*, 06 de junho de 1889, p.1.

<sup>384</sup> HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico: do império a república*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 355. Essa indicação de Buarque de Holanda não foi observada nas edições da *Gazeta de Notícias*.

<sup>385</sup> *Gazeta de Notícias*, 07 de junho de 1889, p.1.

de Vieira da Silva. Este, apesar de enfermo, tentará organizar um gabinete que concilie as duas partes do partido conservador; não conseguir; será chamado Saraiva que não aceita; sobe Sr. Visconde de Ouro Preto e estão os liberais acima.<sup>386</sup>

Os liberais retornavam ao poder, devido à incapacidade do Partido Conservador encontrar um ponto de conciliação e manterem-se no governo. A posição intransigente de Paulino de Souza foi determinante e, com isso, desorganizava a rede de apoio dos conservadores. Um eleitor, que assinava como “Conservador”, reclamou de Paulino de Souza em uma carta-artigo:

Partido Conservador.

O partido conservador deve agradecer a sua queda ao Sr. conselheiro Paulino até fazer uma manifestação de reconhecimento.

S. Ex. que sempre foi egoísta, autoritário, e que nas condições críticas se refugiava no seu Macuco, não duvidou agora, por capricho de querer ser organizador do ministério, de dar-lhe a queda com seu procedimento desleal e traiçoeiro, ...

S. Ex. pôde gabar-se de ter sido o coveiro do seu partido, e seus amigos políticos (que forem despojados de seus empregos e posições), que lhe agradeçam a precária situação que em nada afeta a S. Ex., por ser senador e conselheiro do Estado.

Esse comunicado, assinado por “Conservador”, nos permite observar como os leitores e eleitores tinham noção dos benefícios que um Partido no poder dava aos correligionários. O autor mostrou a grande perda de empregos que os defensores do Partido Conservador teriam e como isso seria importante. O Senador Paulino de Souza entendia que nada perderia, mesmo que a República fosse implantada<sup>387</sup>. Nas vezes que o Gabinete de João Alfredo ficou em situação próxima da renúncia, o Barão de Cotegipe, também “indenizista”, foi uma figura importante para evitar o retorno dos liberais<sup>388</sup>. No entanto, com seu falecimento em 14 de fevereiro de 1889, o Partido Conservador perdeu um ponto de equilíbrio.

O Visconde de Ouro Preto, ao montar o ministério e estabelecer seu programa de governo, buscava atender a todos os anseios dos principais atores políticos do momento: os

<sup>386</sup> *Gazeta de Notícias*, 07 de junho de 1889, p.1. Seria surpreendente a revelação, mas a previsão foi publicada um dia após a subida dos liberais ao poder.

<sup>387</sup> Paulino de Souza foi um dos primeiros a aderir à República, em novembro de 1889. Seu grupo político na primeira eleição republicana derrotou no Rio de Janeiro os republicanos históricos Alberto Torres e Silva Jardim. – Vide: FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *A Esperança e o desencanto: Silva Jardim e a república*. São Paulo: Humanitas, 2008, p. 209.

<sup>388</sup> Angela Alonso assim descreve Cotegipe: “O refinamento jamais roubou ao barão o senso prático. Era um político de realismo indomado, que idealismo algum conspurcou”. – Vide: ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1808-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 280.

militares, agricultores e os republicanos<sup>389</sup>. A *Gazeta de Notícias* relatou que, na primeira reunião política onde foi apresentado o seu programa de governo, compareceram grande número de deputados e os dois deputados republicanos, Lamounier Godofredo e Monteiro Manso. O programa tinha as seguintes propostas: 1º- Alargamento do voto, acabando com a prova de renda; 2º- Autonomia provincial [defendido pelos republicanos e conservadores paulistas], o presidente seria eleito em lista tríplice; 3º- Liberdade de Culto; 4º- Casamento civil; 5º- Temporalidade do Senado por meio de renovação proporcional.<sup>390</sup>

A *Gazeta de Notícias* informou que Ouro Preto recebeu apoio dos deputados republicanos: “O sr. Lamounier disse que individualmente não negaria seu apoio às medidas democráticas que o gabinete ia propor; ...”.<sup>391</sup> No entanto, na apresentação do programa de governo no Parlamento houve confrontos com os conservadores e dois deputados deram vivas à República declarando-se republicanos: o Padre João Manuel, Conservador, e Cesário Alvim, Liberal.

Os jornais passaram a ser oposição ao Gabinete de Ouro Preto, sobretudo o editor-chefe do *Diário de Notícias*<sup>392</sup>, Ruy Barbosa<sup>393</sup>. Na coluna, “A pedido”, a *Gazeta de Notícias* reproduziu um artigo onde Barbosa afirmava que fora convidado para compor o ministério de 7 de junho com a aprovação do Imperador, mas não aceitara, porque o Ministério Liberal era muito servil ao Monarca:

<sup>389</sup> HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico: do império a república*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 355.

<sup>390</sup> *Gazeta de Notícias*, 08 de junho de 1889, p.1.

<sup>391</sup> *Ibidem*, p.1.

<sup>392</sup> Este foi o terceiro jornal a ter esse nome na Corte, foi editado entre os anos de 1885 e 1895. Gondin da Fonseca assim o descreve: “Este “Diário” começou a 7 de junho de 1885 e foram seus proprietários iniciais Carneiro, Senna & Cia. Desde 7 de março de 1889, sob a direção de Rui Barbosa, o “Diário de Notícias” combateu tenacissimamente os ministérios João Alfredo e Ouro Preto, contribuindo bastante para o advento da República”. – Vide: FONSECA, Gondin da. *Biografia do jornalismo carioca (1808-1908)*. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1941, p. 372.

<sup>393</sup> Ruy Barbosa foi uma oposição ferrenha ao Gabinete de Ouro Preto e ao Imperador. Apoiou através do *Diário de Notícias* os militares, na crise contra o governo, que culminou com o fim da Monarquia. O pesquisador Leandro de Almeida Silva nos dá uma pista porque ele tomou essa decisão tão aguerrida: “...Outro tema de preocupação de Rui Barbosa, de constituição da República foi o federalismo, sendo o ponto de partida de tal discussão sua atuação no Congresso Liberal de 1889. Além da descentralização administrativa, queria a laicização do ensino e a eleição dos presidentes de províncias e senadores (até então designados pelo imperador). A proposta de Rui perdeu de longe a votação, apesar de ter contado com o voto do conselheiro Dantas. ...” – vide: SILVA, Leandro de Almeida. *O Discurso Modernizador de Rui Barbosa (1879-1923)*. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009, p. 77.

O ministério de 7 de junho é um atentado incrível contra o partido liberal, que, se não se levantar em peso contra essa invasão transparente da coroa na situação agora inaugurada, terá merecido a honra de inscrever-se entre os instrumentos do império contra a nação.

Ainda não tornamos a nós do espanto desta notícia, que derrama sobre este novo período político uma triste claridade reveladora de futuras lutas, das quais há de sair, em muito menos tempo do que ontem se supunha, a revolução republicana. ...<sup>394</sup>

Para dar respeitabilidade a sua conclusão, Ruy Barbosa informa:

... O nome do redator-chefe desta folha tinha sido apresentado pelo Visconde de Ouro Preto ao Imperador, e recebido por este com aplauso. Notificada a Sua Majestade a recusa do redator do Diário de Notícias, a resposta que baixa da cidade imperial é esse desengano áulico às ultimas esperanças liberais do povo. ...<sup>395</sup>

Para Ruy Barbosa, a República era iminente, embora não dissesse quem a faria, ou como ela chegaria. Assim, sem ser republicano, tomou uma posição dúbia contra o governo e o Imperador. Ferreira de Araújo, de certa forma compartilhava dessa opinião e tecia crítica ao plano de governo: “... No interesse da monarquia, a pior das saídas era a dissolução dada ao ministério de João Alfredo, porque a eleição far-se-ia entre a monarquia e a república, aquela que teria de carregar com as responsabilidades dos erros do ministério”.<sup>396</sup> Como podemos perceber, para Araújo, o movimento republicano estava forte o suficiente para vencer as eleições. Na próxima eleição-geral, prevista para o ano de 1890, aconteceria uma escolha entre a República e a Monarquia.

Nesse mesmo artigo, Araújo afirmava que a modernização do país era dificultada pelo povo brasileiro:

Não acreditamos muito na possibilidade de conciliar a federação com a monarquia e ainda acreditamos menos no critério com que se possa governar automaticamente um povo analfabeto. Não nos parece, pois, que a aplicação a prática das mais belas teorias seja o meio seguro de preparar o país para todos as eventualidades do futuro.<sup>397</sup>

Ao mesmo tempo dava um nota de confiança ao Gabinete de 7 de junho:

Parece-nos que este ministério fizer de pronto o que seu antecessor discursou; se utilizar as circunstâncias excepcionais em que nos achamos para realizar a conversão da moeda; se desfizer os erros comeditados em matéria de imigração, (...), nos der liberdade de culto, casamento civil, secularização de cemitérios, nós outros da imprensa neutra, que não tem compromisso partidários, e a quem só importa as conquistas reais no caminho do progresso, não temos motivo para negar ao Visconde de Ouro Preto o aplauso ...<sup>398</sup>

<sup>394</sup> *Gazeta de Notícias*, 09 de junho de 1889, p.2.

<sup>395</sup> *Ibidem*.

<sup>396</sup> *Gazeta de Notícias*, 10 de junho de 1889, p.2.

<sup>397</sup> *Ibidem*.

<sup>398</sup> *Ibidem*.

A *Gazeta de Notícias* foi moderada em suas críticas a Ouro Preto e, algumas vezes o apoiou. Isso aconteceu devido ao programa de ajuda à agricultura do ministério: os Bancos de Emissão. A medida buscava atender a falta de moedas que os agricultores passaram a ter após a libertação dos escravos. Para uma compreensão melhor sobre a proposta econômica, recorremos à exposição do próprio Presidente do Gabinete de 7 de junho:

Qual era a situação da lavoura, em seguida a abolição do cativo? A safra de 1888, especialmente a de café, fora abundantíssima, mas não pôde ser toda aproveitada, por falta de braços para colheita e preparo do solo.

Escasseavam os capitais, (...)

A esta safra [1889] pois estava reservada sorte igual a de 1888; seria em grande parte perdida. Era geral o desânimo dos lavradores. Não poucos dos que tinham compromissos, preferiam arrendar suas fazendas, por quantias módicas, a continuar no cultivo, receosos de sacrificarem as economias feitas (...).

Foi então que o Ministério de 7 de junho, ampliando o pensamento que iniciara o antecessor, resolveu fornecer a vários bancos uma certa quantia, para que a fossem aplicando, conjuntamente com soma igual por eles desembolsada, em empréstimos à lavoura e indústrias conexas, mediante hipoteca a longo prazo ou penhor agrícola a juro módico.<sup>399</sup>

A medida não só atendia aos agricultores, como procurava estimular a economia do Império como um todo. Os bancos, escolhidos pelo Governo, passariam a emitir moeda e fariam empréstimos a todo tipo de indústria e comércio.

Quanto à imigração o Gabinete do Visconde de Ouro Preto, provavelmente devido à campanha da *Gazeta de Notícias*, teve como a medida mais importante, a assinatura do contrato para o início dos Burgos Agrícolas em 20 localidades do Império<sup>400</sup>.

Após o Gabinete de 7 de junho sofrer moção de desconfiança pelo Parlamento, no dia 17 de junho foi dissolvida a Câmara e convocada nova eleição. As eleições gerais aconteceriam em 31 de agosto e o início das atividades da nova Câmara em 20 de novembro de 1889.

Sérgio Buarque de Hollanda assim definiu essas eleições e o que se esperava delas: “As novas eleições iriam dar ao governo liberal uma câmara quase unânime, assim como a última eleita sob o partido contrário, fizera uma casa com grande maioria conservadora”.<sup>401</sup>

<sup>399</sup> VISCONDE DE OURO PRETO. Apud: TANURI, Luiz Antônio. *O Encilhamento*. São Paulo: Hucitec-Funcamp, 1981, p. 40.

<sup>400</sup> *Gazeta de Notícias*, 29 de junho de 1889, p.1.

<sup>401</sup> HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira. O Brasil Monárquico: do império a república*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 356.

Essa eleição foi uma oportunidade para testar como o republicanismo estava se desenvolvendo no seio da população eleitora. Como vimos, Ruy Barbosa e Ferreira de Araújo acreditavam em uma iminente vitória dos republicanos.

Os autores Sérgio Buarque de Hollanda e José Murilo de Carvalho demonstram, em seus trabalhos<sup>402</sup>, que o partido no poder era o partido que iria vencer as eleições. Fato confirmado pela composição das várias legislações da Câmara. Murilo de Carvalho desenvolveu um quadro para comprovar sua análise:

| LEGISLATURA | Sistema eleitoral.                  | Representação partidária.             | %             | Dissolução.                    |
|-------------|-------------------------------------|---------------------------------------|---------------|--------------------------------|
| 1881 / 1884 | Direto por distrito de um deputado. | Conservador<br>Liberal                | 61<br>39      | Dissolvida por M. Liberal.     |
| 1885        | Idem                                | Liberal<br>Conservador<br>Republicano | 54<br>44<br>2 | Dissolvida por M. Conservador. |
| 1886 / 1889 | Idem                                | Liberal<br>Conservador                | 18<br>82      | Dissolvida por M. Liberal.     |

Quadro II : Representação de Minorias nas Legislaturas do Segundo Reinado (Adaptado).<sup>403</sup>

Na análise das edições da *Gazeta de Notícias* observamos que nas eleições havia uma competição acirrada entre os partidos, uma demonstração de ideias e de plataformas para atuação no Parlamento.

Durante o curto governo de Ouro Preto aconteceram duas eleições importantes. A primeira foi para Senador da província do Rio de Janeiro e a segunda eleição geral para a Câmara de Deputados. Com a perda do ministério pelos conservadores, um culpado, apareceu: Paulino de Souza. Em uma coluna, “A Pedido”, assinado por “Conservador”:

Ao Partido Conservador da corte e província do Rio de Janeiro.

Está dissolvida a Câmara! Dentro em breve serão as eleições, em que se esforçará o governo por sair vencedor com maioria liberal numerosa. (...).

Como isto deve, causar prazer no conselheiro Paulino de Souza! S. Ex., o coveiro da situação, está coberto com os 13:800\$ que lhe rendem os cargos de conselheiro de Estado e senador do Império da miséria que há de advir a muitos correligionários.

<sup>402</sup> HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira. O Brasil Monárquico: do império a república*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem: a elite política. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

<sup>403</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem: a elite política. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 407.

Não, correligionários; é preciso uma lição a esse tartufo, cuja a chefia só tem sido perniciosa a nossa província, iludindo-a com jactância de força, que não tinha suficiente, e franqueando no momento em que ela mais era precisa deixando de arregimentar a oposição abandonando, deste modo, a causa da lavoura, (...); é preciso que mostremos a S. Ex., que alardeia chefe e nas horas de dificuldade foge para seu Macuco, por um ato de resistência, que já não compete a voz de comando! ...<sup>404</sup>

O “Conservador” observou que Paulino de Souza não pensou na sua base de apoio, nos empregos que a mesma perderia. O autor propõe uma vingança: “... é preciso que mostremos a S. Ex., que alardeia chefe (...), por ato de resistência, que já não compete a voz de comando”.<sup>405</sup> O importante nessa exposição é que o eleitor podia ser pressionado pelo poder dos presidentes da província e, ao mesmo tempo, tinha autonomia reconhecida de escolha. Isso fica mais claro quando observamos a intensa campanha eleitoral que se desenvolveu nas edições da *Gazeta de Notícias* nos meses de junho a agosto de 1889.

Em parte, ou no total, dos políticos em 1889 a percepção da República era prenunciada como iminente. Antônio Prado propôs então que o Partido Conservador partisse para um programa único onde privilegiasse a autonomia das províncias e competisse com os republicanos. O Senador Paulino de Souza não aceitou, fixando a proposta de indenização como base para a campanha eleitoral. Um novo crítico, “Um conservador monarquista”, na coluna “A pedido”, expõe o erro de Paulino:

... A glória de [Senador Antônio] Prado que, compreendendo a época e marchando firme em demanda dos vastos horizontes do futuro, tem sabido colocar acima de tudo o engrandecimento da pátria e, com especialidade de sua província natal. Enfim, parece que s. Ex. [Paulino de Souza] não tendo aproveitado a lição do passado, que persistir na sua política de resistência, que precipitou a abolição do elemento servil e há de apressar o advento da república.<sup>406</sup>

O “Um conservador monarquista” parece-nos informar que a República viria pelo caminho natural das eleições, como era sugerido por Ferreira de Araújo. No entanto Paulino de Souza continuou em sua proposta “indenizista” primeiro na apresentação dos seus candidatos para a lista tríplice senatorial e depois na dos candidatos distritais para Deputado Geral na província do Rio de Janeiro.

Observamos que a campanha eleitoral na imprensa era feita através de “circulares”, onde o candidato apresentava seu currículo e sua proposta de trabalho; ou uma personalidade regional ou nacional apresentava-o; ou simplesmente aparecia um anúncio

<sup>404</sup> *Gazeta de Notícias*, 17 de junho de 1889, p.1.

<sup>405</sup> *Ibidem*.

<sup>406</sup> *Gazeta de Notícias*, 24 de junho de 1889, p.1.

com nome dos candidatos por distrito das províncias. Na *Gazeta de Notícias* essas campanhas ficavam na terceira página, ou seja, eram matérias pagas. No entanto, alguns tinham publicidade gratuita, geralmente do Partido Republicano, onde eram divulgados os candidatos nas reportagens, como esse exemplo da coluna “Telegramma”: “Recife. O eleitorado republicano do 2º distrito de Pernambuco aclamou candidato a eleição geral o Dr. Annibal Falcão... O partido apresenta candidatura por todos os distritos”<sup>407</sup>

Paulino de Souza apresentou assim seus candidatos:

Província do Rio de Janeiro.

Eleição Senatorial.

... elegei para vosso representantes no parlamento, fora de outras preocupações, homens que tomem a efeito a reparação da injustiça sofrida e de público – os interesses conservadores somente para conservadores de boa tempera podem ser convenientemente amparados. (...)

O gabinete de 7 de junho foi ao encontro do movimento radical. Julgando poder apaziguá-lo e satisfazê-lo com a cessão das mais seguras linha de trincheiras e parecendo-lhe ser já o caso de concentrar resistência no último reduto, a instituição monárquica, para mesmo defensor desguarnecido das suas melhores fortificações.

Lista tríplice: Alfredo Rodrigues Fernandes. Carlos Frederico Castrioto. Antônio Rocha Leão.<sup>408</sup>

O Senador Paulino de Souza indicou que a sua preocupação, e a dos seus companheiros, era defender os lavradores da injustiça que sofreram com perda da propriedade dos escravos, e, por isso, o pagamento da indenização. De certa forma, argumentava em defesa da Monarquia e impedir o crescimento do republicanismo e, para isto, os seus candidatos conservadores seriam a solução.

A *Gazeta de Notícias* diariamente noticiava que a adesão à causa republicana crescia e as eleições mostrariam isto. Ferreira de Araújo via, nesse movimento, a vitória republicana inevitável e, ao mesmo tempo, preocupante, pois o Partido Republicano crescia com adesão dos proprietários de terras e seus interesses:

Hoje, a causa é da monarquia, a debandada generaliza-se, o centenário da grande revolução comunica o seu hálito de fogo à propaganda, e quando todos se prepararam para fazer a pergunta – monarquia ou república? – S. Ex. [Paulino de Souza] precisa congrega monarquistas e republicanos em outro terreno, em que a causa nacional é sotoposta aos interesses de poucos milhares de proprietários: o terreno da indenização. (...)

---

<sup>407</sup> *Gazeta de Notícias*, 11 de julho de 1889, p.3.  
<sup>408</sup> *Ibidem*.

E perigoso, porque, se a monarquia se esboroa, se abandonam as classes mas ferrenhamente conservadoras, e estas se preparam para levar a bagagem pesada de suas ideias retrógradas para o campo republicano, onde pretendem viver com a diferença apenas de terem em vez de um imperador vitalício, um presidente eletivo e removível; se o futuro que nos promete, é uma reforma só de ramos sem poder vetar a velha árvores para poder ter brotos novos, que darão dentro em algum tempo menos fruto, realmente não sabemos se valerá apenas mudar de governo.<sup>409</sup>

Parece que Ferreira de Araújo estava profetizando sobre a Primeira República (1889-1930). Entretanto, o jornalista nos permite observar que o movimento republicano estava em crescimento e com possibilidade de assumir o poder, por isso fez essa reflexão do Brasil Republicano.

Em 5 de agosto de 1889 foi divulgado o resultado da eleição senatorial e a lista tríplice vencedora, o Partido Liberal, com Andrade Pinto em primeiro, Bezerra de Menezes em segundo e, por último Rodrigo Peixoto<sup>410</sup>. A chapa Liberal foi a primeira a triunfar no Rio de Janeiro desde 1866 quando foi eleito Francisco Otaviano<sup>411</sup>. É importante observar que nesse período houve sete Gabinetes do Partido Liberal e o grande derrotado foi Paulino de Souza. A coluna “Chronica da Semana” comentou a vitória: “Há mais de vinte anos o ilustre marechal (hoje do passado) habituara o público a ver na sua pessoa o chefe, o senhor, o possuidor da província do Rio; aquele que do alto do Macuco apontava os nomes sobre eleitorado submisso e educado”.<sup>412</sup>

Demerval da Fonseca, titular da coluna “Chronica da Semana”, não argumentou que a vitória fora através da fraude ou do poder do governo Imperial ou Provincial, mas sim que houve uma revolta do eleitorado contra o “Marechal”. Ferreira de Araújo complementa essa opinião:

... É ver que, se não estivesse no poder o partido liberal, a sua chapa não triunfaria compreende-se que no nosso eleitorado, tão restrito, há uma enorme massa de dependentes, que votam sempre com quem está acima, mas ninguém dirá que o ministério Ouro Preto exerceu pressão, corrompeu eleitor, usou da promessa, da ameaça, do suborno, sem escândalo com que tantas vezes esses meios têm sido usados pelos governos. (...) não foi a vitória do governo, foi a derrota do Sr. Paulino.<sup>413</sup>

<sup>409</sup> *Gazeta de Notícias*, 16 de julho de 1889, p.1.

<sup>410</sup> *Gazeta de Notícias*, 5 de agosto de 1889, p.1.

<sup>411</sup> *Gazeta de Notícias*, 6 de agosto de 1889, p.1.

<sup>412</sup> *Gazeta de Notícias*, 11 de agosto de 1889, p.1.

<sup>413</sup> *Gazeta de Notícias*, 12 de agosto de 1889, p.1.

Observe que Araújo não estava descartando a fraude, mas ressaltou que, nessa eleição específica, o poder central não interferiu; o eleitor autonomamente escolheu o seu representante. O escritor, “Um Conservador”, tem a mesma opinião e traz revelações:

... É dever confessar em honra do governo, e mais ainda, do honrado cavalheiro que presidia a província do Rio de Janeiro que tais foram as fraquezas e as liberdades que o telegrafo não anunciou uma única violência.

... Longe vão os tempos, em que o eleitorado não observava, não aduzia e não deduzia. Hoje o eleitor por si mesmo prega prestígio do chefe, pesa as consequências do seu voto, avalia a sua abstenção.

É de crer que os auxílios à lavoura tenham organizado simpatias ao governo, mas justamente pela razão que as fez perder ao chefe conservador [Paulino de Souza].<sup>414</sup>

O interessante é que o “Um conservador”, para defender a derrota de Paulino Souza afirmou que a eleição ocorreu de forma limpa, pois os governistas poderiam intervir como os conservadores-paulinistas faziam. O autor insistiu em apontar na autonomia do eleitor em dar a vitória aos liberais, algo que os jornalistas da *Gazeta de Notícias* já haviam afirmado.

A eleição senatorial aconteceu concomitante com a campanha para eleição geral da Câmara de Deputados. Todos os três partidos lançaram candidatos e se fizeram presentes nas edições da *Gazeta de Notícias*. Observamos que os republicanos tinham publicidade de graça para o pleito na coluna “Tellegrammas” e nas notas ao longo das edições, mas nos textos de apresentação, matéria paga, os tamanhos eram reduzidos e sempre com indicação das chapas para os vários distritos e pouca proposta de atuação na Câmara. Tal constatação, parece indicar que os republicanos tinham pouco apoio financeiro para a campanha. Exceção foi para Quintino Bocayúva e Silva Jardim, que concorreu pelo 8º distrito de Minas Gerais. Jardim tinha uma coluna na *Gazeta de Notícias*, “Política Republicana”<sup>415</sup>, e através dela fez sua proposta para eleição:

Todos sabem que o que eu quero é a destruição da monarquia em nosso país, o mais breve que nos foi possível, pois não acredito que ela nos possa dar mais nenhum bem moral, social ou político, ou científico, industrial, ou artístico. (...)

Sabe-se, pois, que o que quero é a República, para o bem do povo, e pois, para elevação do fraco, do proletário que já existe em nosso país, enfim, para exclusão de todo o privilégio.<sup>416</sup>

<sup>414</sup> *Gazeta de Notícias*, 12 de agosto de 1889, p.1.

<sup>415</sup> Não fica claro para nós se essa coluna era paga pelo republicano ou era um espaço aberto para Silva Jardim na *Gazeta de Notícias*.

<sup>416</sup> *Gazeta de Notícias*, 23 de agosto de 1889, p.2.

Silva Jardim tinha uma visão “oportunista” no sentido de oportunidade política e de propaganda. Para ele, todos os acontecimentos, eventos, tramas e dias eram utilizados para propagar a República. A pesquisadora Maria Fernanda Fernandes constatou que as decisões de Jardim na campanha republicana observavam as limitações e oportunidades das regiões em que estivesse. Para a pesquisadora, Silva Jardim não excedia aos limites para que sua mensagem fosse propagada<sup>417</sup>. Assim, fica difícil entender o que o candidato republicano pretendia com essa proposta, “elevação do fraco, do proletariado”<sup>418</sup>, para um eleitor de Minas Gerais, uma região agrícola. Esse discurso faria mais sentido para a cidade do Rio de Janeiro, onde já aparecia uma industrialização e um proletariado se organizando<sup>419</sup>.

Já Quintino Bocayúva foi apresentado por J. C. Drummond Franklin:

... Autor dos dois importantes manifestos de 1870 e 1889, Quintino Bocayúva, o chefe da democracia brasileira, não é apenas simplesmente uma ilustração admirável: é ao mesmo tempo um caráter puríssimo e um patriotismo consciente.

Caluniado muitas vezes, até pelos seus próprios correligionários, ele tem, todavia, pela grandeza de sua alma e nobreza de sentimentos, um exército de verdadeiras dedicações.<sup>420</sup>

A periodicidade desses anúncios era inconstante. Em geral tais “circulares” só apareciam uma vez. O que nos levanta dúvida sobre sua eficiência de convencimento do eleitorado. Observamos que nessas “circulares” não apareceu a identificação partidária dos candidatos a Deputado Geral. Era mais uma exposição de ideia, como aparece no exemplo a seguir:

Minas Gerais: 9º distrito.

... Tal me parece que ver a orientação política e administrativa do atual gabinete, e tal também a minha; porque na qualidade de lavrador sou obrigado a propugnar pelo interesse de minha classe, e tenho o direito de exigir do estado uma reparação, porém suave para o estado e profícua para o lavrador, considero estas medidas que ficam apontada.

Custódio José Costa Cruz.

<sup>417</sup> FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *A Esperança e o desencanto: Silva Jardim e a república*. São Paulo: Humanitas, 2008.

<sup>418</sup> *Gazeta de Notícias*, 23 de agosto de 1889, p.2.

<sup>419</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008. CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.56-59.

<sup>420</sup> *Gazeta de Notícias*, 29 de junho de 1889, p.3.

O candidato Custódio Cruz defende a indenização, como o Senador Paulino de Souza, Conservador, que era o ardoroso defensor. O Gabinete de Ouro Preto, Liberal, estava desenvolvendo um amplo programa de auxílio à lavoura, por ser contra a indenização. Então podemos supor que o candidato era Conservador, porém após pesquisa descobrimos que o senhor Cruz era do Partido Liberal. O que parece nos indicar que os candidatos não estavam presos a um programa partidário, mas aos seus ideais e ao do eleitor.

Na *Gazeta de Notícias*, o que mais apareceu em campanha foi o Senador Paulino de Souza apresentando seus candidatos de forma individual ou as chapas distritais. Outro que apareceu mais vezes foi Ruy Barbosa que era candidato do 1º distrito do Rio de Janeiro. Em uma reportagem, copiada do *Jornal do Commercio*, Barbosa foi apresentado como candidato pela primeira vez na *Gazeta de Notícias*. O autor da matéria, “Eleitor”, então informou que Ruy não queria ser candidato, mas os eleitores solicitaram. Quem eram esses eleitores? “... 51 representantes das principais classes sociais”<sup>421</sup> A estratégia de convencimento do autor da matéria, era a referência do apoio das principais classes sociais, dos mais ricos e dos mais sábios. O “Eleitor” também apresentou o programa do candidato: “O desassombro que o Conselheiro Ruy Barbosa toma a si a causa da federação e o desinteresse com que se consagra as ideias reformistas, em uma época em que até o Sr. Paulino de Souza reconhece que tem que ser convertidos em lei, tornam necessária a presença de tão conspícuo brasileiro no parlamento nacional. ...”<sup>422</sup> Esse tipo de manifestação, campanha, apareceu outras vezes na coluna “A pedido”. No entanto, a candidatura de Ruy Barbosa também atraiu manifestação contrária no periódico. Um exemplo:

Ninguém ocupa no nosso meio intelectual posição mais elevada nem mais distinta. Nestas palavras, está traduzido o juízo que se faz desse grande cérebro, qualificado de vaticano da inteligência.(...)

Seus amigos, restando um pouco o entusiasmo de ocasião, deviam lembrar-se que s. Ex. é, por seu ilustre nome, assaz conhecido no país, não o é pessoalmente do eleitorado do 1º distrito da corte, ao não teve ainda ocasião de prestar o mais insignificante serviço não podendo por isso esperar o sufrágio do seu nome.

Atualmente não se pode com precisão dizer que partido pertence a Ruy Barbosa. Uns afirmam que continua liberal, mas dissidente desde o dia em que inaugurou a situação; outros garantem que é republicano, mas este partido não o apresentou.

<sup>421</sup> *Gazeta de Notícias*, 17 de julho de 1889, p.3.

<sup>422</sup> *Ibidem*, p.2.

O sr. Ruy Barbosa, se for à câmara irá para a oposição, (...), e com oposição nada lucrará o país e muito menos o 1º distrito.<sup>423</sup>

O articulista procurou desmontar a candidatura de Ruy Barbosa reconhecendo a sua superioridade intelectual, mas devido a não saber a qual posição política que o candidato tomaria na Câmara acreditava que o 1º distrito sairia perdedor. O autor do artigo propunha uma votação pragmática, onde o beneficiário deveria ser o distrito do Rio de Janeiro. Com a vitória, Barbosa certamente seria oposição, assim, quem perderia seriam os eleitores.

A *Gazeta de Notícias* fez uma cobertura nacional comunicando-se com todas as províncias, usando para isso o telégrafo. Recebeu no dia da eleição 613 telegramas, uma espécie de cobertura de tempo real da eleição. Com isso, o jornal pôde dar uma parecer sobre o pleito. Para o periódico, fora uma eleição limpa, sem fraudes e incidentes. Ferreira de Araújo, através de sua coluna, complementou essa opinião. Para ele o sistema eleitoral era ilegítimo e o eleitor o principal problema:

O sistema atual está tão conhecido e estudado como ao antigo, o governo e candidatos hábeis podem fazer com ele o que quiserem. Não somos dos que levam à conta só de corrupção as vitórias que os governos alcançam nas urnas, porque ao fazê-lo e da justiça distribuir a culpa tanto para o governo que corrompe como pela nação que se deixa corromper, e nesse caso não é só o sistema eleitoral que é mau, é também o caráter nacional que é fraco naturalmente ou fraco pela falta de educação política.<sup>424</sup>

Ao mesmo tempo, não conseguiu explicar o fracasso dos republicanos.

... O partido republicano, por exemplo, revelou o ano passado uma atividade que chegou a causar apreensão aos monarquistas, tantos foram as adesões que ele conquistou, e tal era o entusiasmo com que se manifestavam os nossos adeptos. Deve-se dizer em honra da verdade que a prova a que o partido se submeteu nesta eleição lhe foi grandemente favorável em comparação das suas forças conhecidas em princípio do ano passado, mas deve servi-lhe de aviso sobre o valor das conquistas que supôs ter feito depois de 13 de maio, e que não persistiu porque não assentavam em convicções arraigadas.<sup>425</sup>

O Partido Republicano tivera um aumento quantitativo de votos, em relação a última Eleição Geral, mas não fora suficiente para eleger um grupo significativo de deputados. A última campanha eleitoral deu a maioria da Câmara para os Liberais, com seis deputados conservadores e dois republicanos<sup>426</sup>.

<sup>423</sup> *Gazeta de Notícias*, 27 de agosto de 1889, p.2.

<sup>424</sup> *Gazeta de Notícias*, 2 de setembro de 1889, p.3.

<sup>425</sup> Ibidem.

<sup>426</sup> HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico: do império a república*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 356.

Começou-se então a buscar explicar o fracasso. Os republicanos culparam o chefe do partido, Quintino Bocayúva:

O chefe ostensivo do partido republicano já ontem, para louvável providência entoou o De-profuntis a derrota do seu partido. Do alto do seu orgulho para justificar essa derrota o chefe explorou todas as causas, explicou-as, pô-los a nú. Simplesmente não teve a coragem de lançar ao papel, o que certamente está na convicção – é que a causa principal da derrota do partido republicano, é ele próprio, é a direção maquiavélica (...). Na sua lamuria, o chefe derrotado, só vê a influência do governo a esmagar o seu partido.<sup>427</sup>

Para os Conservadores Fluminenses, o culpado pela derrota foi Paulino de Souza. Silva Jardim foi o único que denunciou que, em seu distrito, os seus eleitores foram impedidos de votar<sup>428</sup>. Tal denuncia não teve repercussão em outras matérias da *Gazeta de Notícias*<sup>429</sup>.

Na breve exposição acima, há um forte peso na opção do eleitor pela vitória dos liberais. Por que ele havia optado pelos liberais e não pelos republicanos esse era o questionamento da *Gazeta de Notícias*. Ferreira de Araújo, em sua coluna, responde a essa questão acusando o eleitor “pela falta de educação política”<sup>430</sup> e por temer perder o emprego, “... um voto por medo e por subserviência”<sup>431</sup>. Assim, um leitor do jornal, “Um assinante eleitor”, respondeu a Araújo em uma carta-artigo:

Pode o funcionário mais apto, laborioso e que está habituado a lutar pela vida em outra profissão, votar no governo que não pertence ao partido que está filiado e pelo qual sempre trabalha, deixando de votar em quem lhe deu emprego, que não lhe pede o voto, nem o procura, ao passo que o candidato de seu partido não só o busca com todo o cortejo de interesses e empenhos de que dispõe por seu próprio mérito, mas fala em nome de sentimentos a que o eleitor é completamente favorável, por serem os seus próprios. Nestas circunstancias, deixar de votar no candidato de seu partido para votar no que não o é; deixar de votar no poder que tem a responsabilidade do governo e o dever de fazer o país progredir, para votar na oposição, que a ele se não dirige por pessoa capaz de representar o menor prestígio dela, seria descaso, inépcia e loucura.<sup>432</sup>

O autor, “Um assinante eleitor”, propôs que o eleitor tinha liberdade para escolher, e que sua escolha era baseada em certo pragmatismo e sentimento. Não conseguiu negar,

<sup>427</sup> *Gazeta de Notícias*, 1 de setembro de 1889, p.3.

<sup>428</sup> Denuncia de fraude que a *Gazeta de Notícias* não reproduziu ou repercutiu. A denuncia de Silva Jardim foi a única que apareceu no periódico.

<sup>429</sup> A *Gazeta de Notícias* tinha conhecimento das denuncias, no entanto não as repercutiu. Ferreira de Araújo fez um comentário sobre elas: “Durante a semana falou-se muito em eleições, apareceram queixas e protestos, chegou-se a publicar uma lista de eleitores, de quem se diz que venderam o voto. Naturalmente, isto é lançado em rosto ao governo; mas verdade é que isto deve calar no espírito dos patriotas, com um ensinamento.” – Vide: *Gazeta de Notícias*, 16 de setembro de 1889, p.1.

<sup>430</sup> *Gazeta de Notícias*, 3 de setembro de 1889, p.3.

<sup>431</sup> Ibidem.

<sup>432</sup> Ibidem.

que sendo funcionário público, poderia perder o emprego, mas seu voto estava dentro de suas convicções.

Os artigos, que foram expostos acima, demonstram que o eleitor era a figura importante do processo eleitoral e tinha autonomia para escolher. Os perdedores o culpava pela escolha errada, devido à pressão do Partido que estava no poder, ou a sua incapacidade de ver o que era melhor para o país. Francisco Belisário, em seu livro sobre o sistema eleitoral do Império, assim comentou sobre o eleitor:

... O votante é, por via de regra, analfabeto; não lê, nem pode ler jornais, não frequenta clubes, nem concorre a *meetings*, que os não há; de política só sabe do seu voto, que ou pertence ao senhor fulano de tal por dever de dependência (algumas vezes por gratidão), ou a quem lhe paga por melhor preço, ou lhe dá um cavalo ou roupa a título de ir votar à freguesia.<sup>433</sup>

O autor Francisco Belisário criticava o eleitor na década de 1870, porque havia perdido uma eleição e estava insatisfeito com aprovação da Lei do Ventre Livre (1871). Ele então propôs a mudança do sistema eleitoral vigente. Belisário entendia que tal sistema falseava a representação dos interesses eleitores. Os deputados eleitos “eram quase sempre feitura do governo”<sup>434</sup>, por isso era, necessário encontrar um sistema em que o eleitor realmente fosse representado.

Estudos recentes têm buscado entender melhor a dinâmica eleitoral do Império, não mais preso à fraude e ao domínio do partido no governo como determinação da vitória eleitoral. Miriam Dolhnikoff propõe que a fraude no sistema eleitoral não “...era exclusividade brasileira. Era amplamente praticada nos países que constituíram o berço desse tipo de governo”.<sup>435</sup> Segundo a autora, a existência da fraude não invalidava a representatividade do sistema brasileiro. O próprio Wanderlei Guilherme dos Santos aponta que esse sistema era uma importação das civilizações mais adiantadas: “... com o sistema representativo, e com essa institucionalização [da participação política via eleição]

<sup>433</sup> FRANCISCO BELISÁRIO. Apud: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem: a elite política. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 403.

<sup>434</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem: a elite política. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 402.

<sup>435</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. *Império e governo representativo: uma releitura*. Salvador: Caderno CRH, v. 21, nº 52, p. 13-23, 2008, p.16.

na Inglaterra, nos Estados Unidos, vieram, como vieram no Brasil no século XIX, [...] a violência, a corrupção endêmica, a fraude, a compra de votos”<sup>436</sup>.

Miriam Dolhnikoff entende que é muito difícil medir o quanto a fraude contaminava o processo eleitoral e constata que a elite política, ou os políticos, ao longo do século XIX buscou eliminá-la do sistema eleitoral. Para pesquisadora, a tal busca dos legisladores demonstra que os mesmos não aceitavam a prática estabelecida.

O republicano Silva Jardim avaliando a eleição em que fora derrotado afirmou:

O resultado do conjunto da campanha eleitoral é de um bom ensinamento para o partido republicano.

Ele torna evidente que o voto é uma arma muito fraca nas nossas mãos: que o voto é a arma do governo monárquico.

Deve ainda tornar claro que a função eleitoral, a função parlamentar, é passageira, enquanto que a principal função do cidadão – a apreciação dos negócios públicos, pelo livro, pelo panfleto, pelo jornal, pelo discurso, pelo meeting, é uma função permanente.(...) Para isso lembremos aqueles do nossos que enviamos ao parlamento [dois deputados] que o nosso alvo é dissolver sempre os governos monárquicos para uma oposição violenta honrada e firme.<sup>437</sup>

Jardim nega o sistema eleitoral e a escolha dos eleitores, pois entendia que a mobilização das “massas”, ou a sua manipulação, seria o caminho da vitória republicana. A pesquisadora Vanessa de Faria observou que os políticos, ou a elite política, do Império ao longo do século XIX sempre propuseram aperfeiçoar o sistema eleitoral e eliminar a fraude. No entanto, essas propostas sempre partiam de políticos descontentes com as suas derrotas e com os eleitores, como foi o caso de José de Alencar ou Francisco Belisário.<sup>438</sup>

O caminho da vitória da República pela eleição não aconteceria em um curto espaço de tempo. Os republicanos, com a última eleição de 1889, descobriram que não poderiam derrubar a Monarquia pelo voto. A pesquisadora Maria Fernanda Fernandes observa:

... Bocaiúva tinha a clara certeza de que os republicanos não eram suficientemente fortes para levar à queda do regime monárquico. Apesar da fragilidade da Coroa e do afluxo de novos republicanos ao partido, não havia a perspectiva de se instituir a República pelo

<sup>436</sup> WANDERLEI GUILHERME DOS SANTOS. Apud: DOLHNIKOFF, Miriam. *Império e governo representativo: uma releitura*. Salvador: Caderno CRH, v. 21, nº 52, p. 13-23, 2008, p.16.

<sup>437</sup> *Gazeta de Notícias*, 18 de setembro 1889, p.1.

<sup>438</sup> FARIA, Vanessa Silva de. *Eleições no império: considerações sobre representação política no segundo reinado*. XXVII Simpósio nacional de história. Rio Grande do Norte: 2013.

voto. Por outro lado, sem apoio das forças armadas não seria possível (nem desejável) derrubar a Monarquia.<sup>439</sup>

Vale ressaltar que nem Silva Jardim, nem Quintino Bocayúva aceitaram o resultado da eleição, ou a opinião do eleitor. Não podendo mudar a legislação, como faziam os políticos monarquistas descontentes com as eleições, parte dos republicanos caminharam em direção da derrubada do governo por outros meios.

### 3.2.1- O fim da Monarquia.

Após a eleição e a derrota republicana, uma trama se inicia com a conspiração para a derrubada da Monarquia, onde parte do exército, o clube militar, a mocidade militar e o major Benjamin Constant são os protagonistas. Nessa trama há um personagem secundário, mas importante, a oficialidade do encouraçado chileno Almirante Cochrane.

Ninguém ao certo sabia como a República seria implantada no Brasil. A respeito do fato, Ferreira de Araújo levantou algumas possibilidades:

É possível que a república seja proclamada a algum tempo pelo Sr. Silva Jardim o intemerato propagandista, que procede a golpe de audácia, afrontando as cóleras do poder, e lá anda pelo norte minando a missão de proselitismo do Sr. conde D'Eu; ou pelo correto e comedido Sr. Quintino Bocayúva, chefe do partido, que procura organizar a evolução republicana; mas é muito mais provável que ela surja no dia, completa e armada de Minerva mitológica, do solo de uma câmara que de tal não cogite, do senado que já anda eivado do espírito revolucionário, ora dando indicações à coroa, ora respondendo à Fala do Trono com menosprezo das formulas habituais em nome dos verdadeiros interesses da nação, ou quem sabe mesmo se de uma sessão do conselho de Estado, que também já vai perdendo a circunspecção.<sup>440</sup>

O jornalista Ferreira de Araújo cogitou que a República seria proclamada por ação individual ou de um organismo do próprio estado Monárquico. Nesse sentido, ele acertou, porém, é importante observar que o exército era um ator fora do processo revolucionário republicano. Pelo menos para esse jornalista.

Sérgio Buarque de Hollanda observa que a Monarquia começou a cair com o retorno de Marechal Deodoro da Fonseca ao Rio de Janeiro em 15 de setembro de 1889, de Mato Grosso. O historiador lembra que Deodoro retornava irritado com o Partido

<sup>439</sup> FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *A Esperança e o desencanto: Silva Jardim e a república*. São Paulo: Humanitas, 2008, p. 198.

<sup>440</sup> *Gazeta de Notícias*, 17 de junho de 1889, p.1.

Conservador e envolvido com a política. Em Santos, a caminho do Rio de Janeiro o Marechal dera uma entrevista a um jornal local e mostrara-se surpreso com o resultado da eleição, porque estimara que os republicanos e os conservadores fariam um terço da Câmara. Em sua revolta contra os conservadores, classificava-os como medrosos, fracos e traidores. Admitia, também, que poderia votar nos republicanos e isto, era uma mudança de posição significativa, pois anteriormente ele dizia que a República era uma desgraça.<sup>441</sup>

A *Gazeta de Notícias* não repercutiu essa reportagem ou o posicionamento de Deodoro da Fonseca embora noticiasse sua chegada: “A bordo do Rio de Janeiro, chegou ontem a este porto, a 10 ½ hora da manhã, o Sr. General Deodoro da Fonseca, que regressou das fronteiras de Corumbá, para onde tinha seguido com o 1º e 7º batalhão de infantaria”.<sup>442</sup>

Os republicanos, ou parte deles, haviam entendido que a aliança com o exército seria importante para a vitória<sup>443</sup> mas a *Gazeta de Notícias* não deu essa ênfase ou percebeu essa possibilidade. Ferreira de Araújo, em seu artigo de 16 de setembro, apresentou os caminhos para a República após as eleições sugerindo que o fracasso dos republicanos estava no povo inculto. Assim, ela ao ser implantada deveria optar pela centralização “... enquanto estiver a fazer educação do povo”<sup>444</sup>. A República deveria ser feita por um pequeno grupo em nome de todos e da pátria:

... Porque é preciso não esquecer que, se a vitória republicana se der em prazo curto, os desse partido levados aos primeiros postos do governo têm de servir-se pouco mais ou menos das mesmas armas, de que se têm servido até aqui os governos monárquicos. Acreditamos ainda mais que durante algum tempo a república vitoriosa terá de ser ainda mais arbitrária que a monarquia, se não quiser assistir o esfacelamento deste grande todo.<sup>445</sup>

A República então teria que ser uma “ditadura” e aconteceria devido “a propaganda republicana tão ativada, quer a mudança faça evolutivamente”<sup>446</sup>. Ferreira de Araújo não via que o caminho republicano pudesse ser pavimentado através do exército.

<sup>441</sup> HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico: do império a república*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 357-358.

<sup>442</sup> *Gazeta de Notícias*, 15 de setembro 1889, p.1.

<sup>443</sup> HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira. O Brasil Monárquico: do império a república*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

<sup>444</sup> *Gazeta de Notícias*, 16 de setembro 1889, p.1.

<sup>445</sup> Ibidem.

<sup>446</sup> *Gazeta de Notícias*, 16 de setembro 1889, p.1.

Os episódios da “crise militar” do governo de Ouro Preto, que culminaram com a Proclamação da República, foram acompanhados com certo distanciamento pela *Gazeta de Notícias*. A prisão do tenente Pedro Carolino, com voz de prisão de Ouro Preto em uma visita ao prédio do Tesouro, foi o ponto de inflexão inicial entre o Clube Militar e a Monarquia<sup>447</sup> e não recebeu o mesmo peso do periódico. O jornal noticiou o evento e não o espetacularizou. Nos dias posteriores, o mesmo entendeu que Ouro Preto tinha autoridade de fazê-lo por ser chefe de governo e do exército.

No ano de 1888 as edições da *Gazeta de Notícias* foram marcadas por um simbolismo republicano. O exemplo maior foi a primeira página com a comemoração da “República Argentina” ou a comemoração e preparação para o centenário da Revolução Francesa. O periódico utilizou esses eventos para dar ênfase à “República”. Na edição de 09 de junho de 1888, o jornal utilizou a grande manchete, “À República Argentina”, com objetivo de marcar a forma de governo. Já na em 14 de julho de 1889, o periódico optou por utilizar imagens da Tomada da Bastilha.

---

<sup>447</sup> HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira. O Brasil Monárquico: do império a república*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. CASTRO, Celso. *A proclamação da república*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2000.

|                                                                                    |                                                                                     |
|------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|
|  |  |
| Edição de 09 de julho de 1888.                                                     | Edição de 14 de julho de 1889.                                                      |

Quadro III – Comparação das primeiras páginas das edições da *Gazeta de Notícias*.

O tratamento visual com a chegada do encouraçado chileno Cochrane, foi outro. A recepção aos tripulantes do navio foi organizada pela “Associação Fluminense”, e o título do evento foi “Chile-Brasil”. Dessa vez, não se aproveitou para fazer propaganda da República, pois o Chile também o era.

#### CHILE-BRASIL

Realizou-se ontem à noite no Congresso Brasileiro a reunião da imprensa convocada por nossos colegas do Dia e do Diário de Notícias, para tratar de uma demonstração de apreço à nação do Chile representada na distinta oficialidade do Almirante Cochrane, que deve chegar brevemente ao porto do Rio de Janeiro.<sup>448</sup>

Todas as notícias relacionadas à chegada e permanência do encouraçado chileno no Rio de Janeiro tinha o título “Chile-Brasil”. No corpo do texto às vezes aparece “República

448

*Gazeta de Notícias*, 17 de setembro de 1889, p.1.

do Chile”. Nesse período, a *Gazeta de Notícias* priorizou apresentar gravuras do evento como: o retrato do comandante do navio, o brasão do Chile ou o encouraçado.

Sérgio Buarque de Hollanda aponta que o evento com o tenente Carolino e a nomeação de um tenente-instrutor para a Escola Militar do Ceará, pelo governo, como os estopins para a crise que culminaria com a República. Medeiros Mallet, comandante de Escola Militar do Ceará, havia indicado um determinado tenente-instrutor, mas o Ministro da Guerra não aceitou. No entanto, com a intervenção de políticos locais o tenente-instrutor assumiu o posto. Mallet se sentiu desprestigiado e pediu demissão, caso o tenente fosse mantido na função. Então, o Ministro da Guerra demitiu-o para o bem do “serviço público” e deu ordem para submetê-lo a um conselho de investigação por ter infringido a disciplina. O ato produziu geral indignação entre os militares da Corte e das províncias.<sup>449</sup>

Segundo Celso Castro, esses eventos induziram Benjamin Constant a tomar posição de conspirar em favor da República. Essa motivação tomou corpo após ser convidado para o banquete de homenagem aos oficiais chilenos pelos estudantes da Escola Militar da Praia Vermelha. Castro relata que a “mocidade militar” iniciou no banquete uma saudação a Benjamin Constant diante do Ministro da Guerra, do Comandante da Escola Militar e dos oficiais chileno:

... Se todo o ciclo de homenagens promovido pouco mais de um ano antes pelos alunos à promoção de Benjamin Constant deveria ser retribuído, a hora era essa, e Benjamin não a deixou passar: tomou a palavra e, após sublinhar que estava ali a convite dos alunos fez uma saudação exaltada à “mocidade militar” e um ataque frontal ao governo. O discurso, segundo algumas fontes, teria se encerrado com a afirmação de que o Exército brasileiro não era composto de janízaros e que, “sob a farda de cada soldado, pulsa o coração de um cidadão e de um patriota!” O ministro da Guerra, afrontado, retirou-se antes de Benjamin Constant terminar seu discurso, de quase uma hora. Ao final, Benjamin foi saudado, segundo os jornais de forma entusiástica e delirante.<sup>450</sup>

Castro não informa quais são esses jornais, “...Benjamin foi saudado, segundo os jornais de forma entusiástica e delirante”.<sup>451</sup> A *Gazeta de Notícias* esteve nesse evento, como em todos os locais em que os chilenos compareceram, porém, o periódico não relatou esse acontecimento extraordinário. Assim o jornal apresentou o banquete:

<sup>449</sup> HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira. O Brasil Monárquico: do império a república*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 258.

<sup>450</sup> CASTRO, Celso. *A proclamação da república*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2000, p. 55.

<sup>451</sup> Ibidem.

... os alunos que levantaram estrepitosos vivas aos visitantes, e em seguida aceitaram o jantar que lhes foi oferecido em grande mesa preparada no salão da 2ª companhia (...), e durante o qual foram trocados numerosos brindes dos Srs. General Clarindo, ministro do Chile, Dr. Soeiro Guarany, comandante Bacen, conselheiro Candido de Oliveira, sendo o de honra levantado pelo Sr. ministro do Chile à S.M. o Imperador e família imperial. Houve ainda segunda mesa, sendo trocados diversos brindes e feita uma grande manifestação ao Dr. B. Constant.

Em seguida ao jantar assistiram ao exercício dos alunos, sob o comando do major Savaget, no campo interior da escola...<sup>452</sup>

Para o leitor do jornal, o evento foi normal. Embora algumas dúvidas surjam como: Quem seria Dr. B. Constant? O que foi a grande Manifestação? Por que fizeram a Manifestação? Dúvidas que não foram respondidas nas edições posteriores do periódico. Celso Castro e Sérgio Buarque de Hollanda observam que neste dia os alunos deram vivas a “República ... do Chile”, as vivas eram propositalmente pausada para marcar posição republicana. Certamente os jornalistas da *Gazeta de Notícias* observaram isso, mas optaram em não editar.

Celso Castro relata que a manifestação de apoio à Benjamin Constant continuou, pois o mesmo não foi punido. O governo demorou a tomar posição, mas correu o boato que Benjamin seria preso. No dia 26 de outubro, os alunos da Escola Superior de Guerra fizeram uma manifestação surpresa de apoio ao seu professor e líder. Segundo Castro, o *Diário de Notícias* acompanhou o evento e assim relatou:

Disse [Benjamin] que pertencia à Família, ao Exército e à Pátria por quem se sacrificaria que queria ver o Exército respeitado e inteiramente respeitador, como garantia de segurança da manutenção da ordem e tranquilidade públicas e trabalhando condignamente para o engrandecimento da Pátria, respeitando os direitos públicos, desde que estes cumprissem a lei, e reagindo até, se preciso fosse, na praça pública, quando os desmandos dos governos levassem o desrespeito à lei até a conspurcação dos direitos e brios do Exército, incompatíveis com a dignidade de uma classe patriótica e que ama extremamente a sua Pátria.<sup>453</sup>

Novamente a *Gazeta de Notícias* não repercutiu a informação. Na coluna “Chronica da Semana”, do dia 28 de outubro de 1889, o cronista não comenta nada referente ao exército ou aos chilenos. Até mesmo, quanto aos chilenos, ele já havia declarado que já era um tema cansativo. O periódico, de uma forma deliberada estava omitindo a crise do exército com nuanças republicanas.

<sup>452</sup> *Gazeta de Notícias*, 24 de outubro de 1889, p.2.

<sup>453</sup> *Diário de Notícias*. Apud: CASTRO, Celso. *A proclamação da república*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2000, p.58.

Para Celso Castro, a aproximação entre Benjamin Constant e os líderes republicanos ocorreu após o seu discurso na recepção aos chilenos na Escola Militar. Os primeiros contatos foram com Quintino Bocayúva e Aristides Lobo, sendo a partir daí o início da conspiração. Castro observa: “O golpe foi militar em sua organização e execução; políticos republicanos civis tiveram um papel importante apenas na organização do novo regime, não antes”.<sup>454</sup>

Benjamin Constant convenceu Deodoro da Fonseca a liderar o movimento, e os civis eram necessários para que não fosse só uma quartelada.<sup>455</sup> As reuniões de Deodoro com os republicanos Bocayúva, Aristides Lobo, Francisco Glicério e o pseudo-republicano Ruy Barbosa tiveram o objetivo de ampliar seu convencimento. O interessante desse grupo de republicanos era que todos eram jornalistas e foram derrotados na última eleição para Câmara de Deputados. Barbosa era o único não declarado republicano, mas através do *Diário de Notícias*, tinha iniciado uma intensa campanha contra o governo Liberal de Ouro Preto e contra Monarquia.

Para Maria Teresa Chaves Mello<sup>456</sup>, Ruy Barbosa apoiava os militares para atingir a Monarquia vindo daí sua presença na reunião com Deodoro:

Rui Barbosa escreveu um extenso artigo sobre os atentados do governo aos brios militares como uma trama para fazer “desaparecer da capital do Império o último soldado e ficar o Rio de Janeiro entregue as forças do conde D’Eu: a polícia, a guarda cívica, a guarda nacional”. Benjamin Constant disse-lhe que esse seu artigo, de 9 de novembro, precipitara os acontecimentos. Textualmente: “O seu artigo – Plano contra a pátria – fez a República e nos convenceu da necessidade imediata da Revolução”. (...). Quando o tenente Carolino foi transferido para o Amazonas, levantou ele, em 11 de novembro, sua espada verbal: “O exército foi posto fora da lei, como a lei foi posta ao serviço da conspiração do terceiro reinado”.<sup>457</sup>

Após alguns boatos e hesitação de Deodoro da Fonseca, este aceitou liderar o movimento. Em 15 de novembro, Deodoro depôs o Gabinete de Ouro Preto e Proclamou a República.

A *Gazeta de Notícias* não acompanhou a conspiração ou se recusou a acompanhar, pois a “questão militar” de Ouro Preto foi ignorada em suas edições. Como vimos, o

<sup>454</sup> CASTRO, Celso. *A proclamação da república*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2000, p.61.

<sup>455</sup> Ibidem, p. 60-61.

<sup>456</sup> MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.

<sup>457</sup> Ibidem, p. 208.

periódico não estava alheio aos acontecimentos e era defensor da República. No entanto, observamos que o jornal nos meses de outubro e novembro estava envolvido na discussão sobre os “Bancos de Emissão”. Este tinha sido planejado por Ouro Preto para diminuir as perdas monetárias dos lavradores com a Abolição. Ferreira de Araújo reconhecia que a medida era necessária, mas entendia que no final de pouco tempo haveria uma quebra generalizada do sistema<sup>458</sup>, sendo necessário, segundo ele, criar alguma segurança para o critério de emissão de moeda e empréstimos associados ao plano. As matérias e carta-artigo eram direcionadas para esse debate, ora defendendo o programa econômico de Ouro Preto, ora criticando.

No dia 17 de novembro, a *Gazeta de Notícias* felicitou a Proclamação da República, pois tudo estava calmo:

15 de novembro

O dia de ontem correu calmo e tranquilo.

O povo afluiu as ruas, em busca de notícias, mostrando-se, pela sua atitude corretamente pacífica, interessado na manutenção da ordem.

A rua do ouvidor, durante o dia parte da noite, esteve ocupada pela multidão, que em grupos comentava os acontecimentos.

O largo do Paço foi também, como nos dias antecedentes, um dos pontos procurados pelo povo, que ali reuniu, agitado pelo incessante movimento da curiosidade, que o fazia ir e vir, indagando dos fatos e comentando-os, mas tudo isso com calma e ordem.

Essa tranquilidade do povo, em face dos extraordinários acontecimentos que se deram, é uma nota que desejamos continuar registrar.<sup>459</sup>

Ferreira de Araújo, em sua coluna, expôs aos leitores do jornal uma explicação para a Proclamação da República:

Se a nação brasileira aceitou, pode-se dizer que em algumas horas, a mudança radical se efetuou; se contra essa mudança não houve e não há plausibilidade de resistência séria; não foi só para abolir a monarquia, mas para condenar e abolir para sempre a política que até hoje se tem feito, em que a chicana representava papel importante.<sup>460</sup>

<sup>458</sup> Ruy Barbosa ao assumir o ministério da fazenda republicano continuou a medida econômica de Ouro Preto, e em 1891 a euforia econômica se transformou em uma depressão, com quebra generalizada de empresas. Essa crise ficou conhecida como “Encilhamento”, provando que as preocupações de Ferreira de Araújo estavam corretas. - Vide: TANNURI, Luiz Antonio. *O encilhamento*. São Paulo: Hucitec-Funcamp, 1981.

<sup>459</sup> *Gazeta de Notícias*, 18 e 19 novembro de 1889, p.1. Essa duplicidade era necessária para acalmar a população e convencer que a república tinha sido aceita por todos.

<sup>460</sup> *Gazeta de Notícias*, 18 de novembro de 1889, p.1.

Araújo podia, agora que o sistema político anterior estava destruído, emitir uma opinião muito incisiva, algo que não tinha feito anteriormente. Seu posicionamento marcava a aceitação da República. Continua sua exposição de apoio:

Os homens que estão hoje no governo nunca [entraram] nesse mundo. Só três deles já foram deputados: o Sr. Campos Salles, eleito pelo partido republicano, e que portanto nunca viveu na intimidade dos ministros; o Aristides Lobo, que depois da dissolução em 1868 declarou-se republicano, e republicano ficou até hoje e o Sr. Ruy Barbosa, que, depois de apoiar o seu partido na câmara, foi derrotado nas urnas estando no governo seu maior amigo, e saiu do parlamento com os entusiasmos intactos para ressurgir na imprensa, apto para vida inteira nova.

Entre os seus colegas, há a cabeça pensante do movimento que deu lugar à proclamação da república, o Sr. Benjamin Constant, cuja a religião tem como divisa viver as claras.<sup>461</sup>

Todos os homens indicados eram conhecidos pelos leitores do jornal e nunca foram exaltados ou apresentados como figuras importantes para o país. Ruy Barbosa, ao longo de 1889, fora confrontado por Ferreira Araújo, pois enfrentava em demasiado a Monarquia sem deixar claro sua posição ideológica<sup>462</sup>. Já Benjamin Constant apareceu uma vez no episódio do banquete da Escola Militar da Praia Vermelha. No entanto, para o jornalista esses homens não iriam mais praticar a “chicana” devido a sua integridade, humildade, religião e patriotismo. Continua: “Eles, os vencedores, eram os perseguidos de ontem, tinham por si a força, e empregaram-na só para fazer prevalecer o direito, sem abusar dela para satisfazer rancores”.<sup>463</sup>

O Governo Provisório Republicano manteve todos os contratos e obrigações do governo anterior. Isso, para Ferreira de Araújo, era sinal de que os republicanos eram conscientes e buscavam manter a ordem. Ao longo dos dias 16, 17 e 18 de novembro, os políticos conservadores declararam apoio ao Governo Provisório Republicano, entre eles estavam Antônio Prado e Paulino de Souza. Araújo não comentou, mas afirmava para os leitores da *Gazeta de Notícias* que a República era: “... uma nova educação nacional, à formação do caráter nacional, à formação do caráter novo, (...), este dia 15 de novembro ficará, (...) não só do Brasil, mas na história do mundo”.<sup>464</sup>

Ferreira de Araújo parece que acreditava que os heróis da Proclamação da República, Benjamin Constant e Deodoro Fonseca, acabariam com a “chicana” política.

<sup>461</sup> *Gazeta de Notícias*, 18 de novembro de 1889, p.1.

<sup>462</sup> Ver páginas 47 e 48.

<sup>463</sup> *Gazeta de Notícias*, 18 de novembro de 1889, p.1.

<sup>464</sup> *Ibidem*.

Como a alguns teóricos republicanos e propagandistas no decorrer dos primeiros anos da República viria o desencanto<sup>465</sup>.

---

<sup>465</sup> José Murilo de Carvalho tem esta percepção sobre esse desencanto: “... Porque foi geral o desencanto com a obra de 1889. Os propagandistas e os principais participantes do movimento republicano rapidamente perceberam que não se tratava da república de seus sonhos. Em 1901, quando seu irmão exercia a presidência da República, Alberto Sales publicou um ataque virulento contra o novo regime, que considerava corrupto e mais despótico do que o governo monárquico”. – Vide: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 33.

#### IV- CONCLUSÃO.

Imparcialidade e neutralidade eram sinônimas que já existiam na imprensa nos fins do século XIX. O jornal *Diário de Notícias*, em 1870, se propôs a não tomar partido ou lado político, mas mostraria os eventos e as discussões políticas. Sua preocupação principal era mostrar o cotidiano, a cultura, a moda carioca e do mundo. O periódico foi lançado com o preço de 40 reis, tornou-se popular, mas não conseguiu sobreviver por muito tempo.

A *Gazeta de Notícias*, criado em 1875, seguiu a mesma metodologia editorial, ou seja, propor-se a não ter partido nem ter lado político. Devido a estratégia de ser oferecido onde estava o consumidor: nas ruas, bares, bondes, etc., o jornal tornou-se o mais vendido na cidade do Rio de Janeiro. Os leitores o reconheciam como “neutro” e, devido ao seu sucesso, outros seguiram sua proposta editorial. Os jornais que se autodenominavam “neutros” eram os que mais vendiam, comparado com os jornais partidários, na Corte.

Observamos que a *Gazeta de Notícias* emitia opinião através das cartas-artigos através e de colunas específicas como: “Cousas Políticas”, “Chronica da Semana”, “Telegramma”. Também utilizava as associações como a Confederação Abolicionista ou a Sociedade Central de Imigração, para defender um determinado tema nas suas edições. Havia uma preocupação do jornal de separar a opinião dos relatos dos eventos.

A “Abolição” o periódico só passou a defender de forma veemente em abril e maio de 1888. Nos meses anteriores, utilizava-se da coluna “Tellegramma” para falar da campanha abolicionista e da insatisfação dos escravos nas fazendas, ao mesmo tempo permitia que alguns agricultores se manifestassem contra a extinção da escravidão. Após o 13 de maio de 1888, o jornal possibilitou, sempre através das “cartas-artigo” e da coluna “A Pedidos”, que se requeresse a indenização para os ex-proprietários. Nas colunas opinativas não se encontrou nenhuma preocupação com o futuro do liberto, como a cessão de terras para o seu sustento.

A *Gazeta de Notícias* tomou partido efetivo a respeito da imigração de europeus e da pequena propriedade. O periódico e, sobretudo, Ferreira de Araújo defendiam que o europeu contribuiria para modernizar o Brasil. Por isso, eram contra a entrada de imigrantes asiáticos “chins”, que como negro eram degenerados.

Quanto à República, constatamos que a opção pela sua defesa foi lenta ao longo dos anos de 1888 e 1889 na *Gazeta de Notícias*. Ferreira de Araújo em sua coluna, “Cousas Políticas”, foi apresentando a necessidade de mudança de governo de forma tímida e pouco

incisiva. No entanto, no ano de 1889, Araújo confessou ser de “tendência republicana”, porém, a defesa enfática da República era feita através das cartas-artigos ou da coluna de Silva Jardim “Política Republicana”.

A *Gazeta de Notícias* ficava sempre numa posição dúbia nos eventos marcantes do período estudado, sobretudo em relação à República. Observamos isso nos eventos decisivos que a historiografia apresenta para a Proclamação da República, como no discurso de Benjamin Constant no banquete para a oficialidade da Marinha do Chile ou na exoneração do tenente Carolino. A *Gazeta de Notícias* limitou-se a relatar os acontecidos. Acreditamos que, se assim o fizesse poderia, ser entendido pelos seus leitores de estar rompendo com sua posição de neutralidade.

O apoio à Proclamação da República e à exaltação aos principais personagens do Governo Provisório demonstrou a confirmação de sua “tendência republicana”. O editorial do dia 18 de novembro de 1889 da *Gazeta de Notícias* tinha o objetivo de criar os heróis da República, assim como havia feito no dia 14 de maio de 1888 com José do Patrocínio e João Clapp.

Observamos que o periódico ajudou a sociedade carioca e fluminense a aceitar a Proclamação de República: “O povo afluiu as ruas, em busca de notícias, mostrando-se, pela sua atitude corretamente pacífica, interessado na manutenção da ordem.”<sup>466</sup> Tal apoio tinha um caráter civilizatório, por acreditar na superioridade moral e intelectual dos heróis da Proclamação da República: Marechal Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant.

Ao fim desta pesquisa podemos afirmar que a “neutralidade” da *Gazeta de Notícias* não existiu, pois, mesmo de forma moderada o periódico defendia um lado político partidário. É importante neste caso, ressaltar que os leitores e os políticos do período estudado o reconheciam como um jornal imparcial. Esse reconhecimento permitia condenar a Monarquia, não dar espaço para sua defesa ou opinião a favor. A neutralidade dos jornais no último quartel do século XIX não precisava ser provada, mas sim autodeclarada.

---

<sup>466</sup>*Gazeta de Notícias*, 18 de novembro de 1889, p.1.

## V- FONTES:

*Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 1888, 1889, 1900 e 1901.

FREIRE, Felisbello. *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Aldina, 1894.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da língua brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. Vol. 4.

## VI – REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA:

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1808-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

\_\_\_\_\_. *Apropriação das ideias no Segundo Reinado*. In: Grinberg, Keila e Sales, Ricardo. *Brasil Imperial: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. Volume III. Pág.83-118.

\_\_\_\_\_. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANSELMO, Arthur. *Origens da imprensa em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1981.

ALVES, Uelinton Farias. *José do Patrocínio: a imorredoura cor de bronze*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ASPERTI, Clara Miguel. *A vida carioca nos jornais: Gazeta de Notícias e a defesa da crônica*. São Paulo: Revista Contemporânea, nº 7, pág. 45-55, 2006.

AZEVEDO, André Nunes. *Da monarquia a república: Um Estudo dos Conceitos de Civilização e Progresso na Cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PUC, 2003.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004.

BAHIA, Juarez. *História da Imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BARBOSA, Marialva. *História da Comunicação no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

\_\_\_\_\_. *História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

\_\_\_\_\_. *Os donos do Rio*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

\_\_\_\_\_. *Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)*. São Paulo: Revista brasileira de comunicação, Vol. XX, , pág. 87-102, jul/dez 1997.

\_\_\_\_\_. Marialva. *Imprensa, poder e público*. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 1996,

BASILE, Marcelo Otávio. *O império Brasileiro: panorama político*. In: LINHARES, Maria Yedda Leite. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Campus, pág. 188-301, 2000.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Guttemberg a Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CARVALHO, José Murilo de (coord.). *História do Brasil nação: 1808-2010. A construção Nacional (1830-1889)*. Rio de Janeiro: Fundação Mapfre e Editora Objetiva, 2012. Vol. 2.

\_\_\_\_\_. *A construção da Ordem: a elite política. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_. *A formação das almas: o imaginário da República*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das (Orgs). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CARULA, Karoline. *Darwinismo, raça e gênero: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889)*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

CASTRO, Celso. *A proclamação da república*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. *Trabalho, lar e botequim*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

COSTA, Emília Viotti da. *A Abolição*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

\_\_\_\_\_. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DE PAULA, João Antônio. *O processo econômico*. In: Carvalho, Jose Murilo de (coord.). *A construção nacional: 1830-1889*. Madrid: Fundación Mapfre e Rio de Janeiro: Objetiva, págs. 179-224, 2012.

DOLHNIKOFF, Miriam. *Império e governo representativo: uma releitura*. Salvador: Caderno CRH, v. 21, nº 52, p. 13-23, 2008.

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

FARIA, Vanessa Silva de. *Eleições no império: considerações sobre representação política no segundo reinado*. Rio Grande do Norte: XXVII Simpósio nacional de história, 2013.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *A esperança e o desencanto: Silva Jardim e a República*. São Paulo: Humanitas, 2008.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida N. (orgs). *O Brasil republicano: O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, Vol. I.

FONSECA, Gondin da. *Biografia do jornalismo carioca (1808-1908)*. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1941.

FREIRE, Felisbello. *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

GRINBERG, Keila; SALES, Ricardo (Orgs.). *Brasil Imperial, volume III (1870-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HALL, Michael. *Reformadores de classe média no império brasileiro: a sociedade central de imigração*. São Paulo: Revista de História, nº 105, 1976.

HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico: do império a república*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

JESUS, Ronaldo P. de. *Visões da monarquia: escravos, operários e abolicionistas na corte*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

LAGO, Luiz Aranha Correa do. *Da escravidão ao trabalho livre: Brasil de 1550-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LIMA, Silvio Cezar de Souza. *Determinismo biológico e imigração chinesa em Nicolau Pereira (1870-1890)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, 2005.

MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. Niterói: Editora da UFF, 2014.

\_\_\_\_. *Abolição e cidadania: a guarda negra da redentora no Rio de Janeiro*. In: Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica Rio de Janeiro: vol. 5, n.3, setembro-dezembro, págs. 505-524, 2013.

MACHADO, Maria Helena. *O plano e o Pânico*. Rio de Janeiro: UFRJ/EDUSP, 1994.

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa em tempos de império*. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, págs. 45-80, 2006.

MATTOS, Augusto Oliveira. *Da espontaneidade à ação política: a Guarda Negra da Redentora (discussão historiográfica)*. In: Sérgio Ricardo da Mata, Helena Miranda Mollo & Flávia Florentino Varela (org.). *Caderno de resumos & Anais do 2º. Seminário Nacional de História da Historiografia. A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas*.

MATTOS, Hebe. *Das Cores do Silêncio*. São Paulo: Editora Unicamp, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

MELLO, Maria Tereza Chaves. *A república consentida*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.

MESQUITA, Sergio Luiz Monteiro. *A Sociedade Central de Imigração e a política imigratória brasileira (1883-1891)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

MOREL, Marco. *Da Gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfose da imprensa periódica no Brasil*. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (Org.). *Livros e impressos: retratos do setecentos e do oitocentos*. Rio de Janeiro: Eduerj, págs. 153-184, 2009.

MURICY, Kátia. *A razão Cética: Machado de Assis e as questões de seu tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

NEEDELL, Jeffrey. *Belle époque tropical: sociedade cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O império do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (Org.). *Livros e impressos: retratos do setecentos e do oitocentos*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.

NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito de marca: as relações sociais em Itapetinga*. São Paulo: Edusp, 1998.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos. *A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930)*. Rio Grande: Revista Histórias, nº 2, pág. 125-142, 2011.

PARRY, Roger. *A ascensão da mídia: a história dos meios de comunicação de Gilgamesh ao Google*. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2012.

PEREIRA, Gabriel Terra. *O advento da República e ação de Salvador de Mendonça*. São Paulo: Editora Unesp; Cultura Acadêmica, 2009.

PESSANHA, Andrea Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição. Rio de Janeiro, 1884-1888*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2006.

PETRI, Kátia Cristina. *A sociedade promotora de imigração: a política de subvenção para imigração em São Paulo (1871-1894)*. Rio Grande Sul: X Encontro estadual de história, 2010.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política*. In: FAUSTO, Boris (dir). *O Brasil republicano, tomo III: sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, pág. 7-37, 1997.

PINSKY, Carla Bassanezi. (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2011.

RAMOS, Ana Flavia Cernic. *Ferreira Araújo nas “Balas de Estalo” e nas “Cousas Políticas” da Gazeta de Notícias: imprensa, modernidade e neutralidade*. São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2011.

\_\_\_\_\_. *As Máscaras de Lélío: ficção e realidade nas “Balas de estalo” de Machado de Assis*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2010.

RIBEIRO, Lavina Madeira. *Imprensa e espaço público: a instituição do jornalismo no Brasil 1808-1964*. Rio de Janeiro: e-paper, 2004.

SAES, Décio. *A formação do estado burguês no Brasil (1888 – 1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz editor, 1984.

\_\_\_\_\_. *Classe média e política na primeira república brasileira (1889-1930)*. Petrópolis: Vozes, 1975.

SANTOS, Iverson Poletto. *O público e o privado nas sociedades de imigração: o caso da sociedade promotora de imigração (1886-1895)*. Pelotas: Sociedade em debates, págs. 55-60, 2008.

SANTOS, Sydney M. G. dos. *André Rebouças e seu tempo*. Rio de Janeiro: Moderna, 1985.

SCHWACRZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial de 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SENADO FEDERAL. *Constituições do Brasil: 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações*. Brasília: Senado Federal, 1986, Vol. I.

SILVA, Ana Carolina Ferracin da. *De “papa-pecúlios” a Tigre da Abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2006.

SILVA, Eduardo. *As Camélias do Leblon e abolição da escravatura*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

SILVA, Leandro de Almeida. *O discurso modernizador de Ruy Barbosa (1879-1923)*. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição: os capoeiras na Corte Imperial, 1850-1890*. Rio de Janeiro: Access, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

STOLCKE, Verena; HALL, Michael. *A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo*. São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 3, n. 6, págs. 80-120, set. 1984.

TANURI, Luiz Antônio. *O Encilhamento*. São Paulo: Hucitec-Funcamp, 1981.

TENGARRINHA, José. *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Editora Caminho, 1989.